

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Daniel Soares da Silva

**Referência, necessidade e ciência: um estudo do
essencialismo científico de Saul Kripke**

Guarulhos

Novembro de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Daniel Soares da Silva

**Referência, necessidade e ciência: um estudo do
essencialismo científico de Saul Kripke**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo, área de concentração Metafísica e Linguagem, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientador: Plínio Junqueira Smith

Guarulhos
Novembro de 2012

Daniel Soares da Silva

**Referência, necessidade e ciência: um estudo do
essencialismo científico de Saul Kripke**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo, área de concentração Metafísica e Linguagem, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em filosofia e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Plínio Junqueira Smith (Orientador)

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter

Universidade de São Paulo

Guarulhos

09 de novembro de 2012

Agradecimentos

À minha família, pelo apoio incondicional e por ser fonte constante de incentivos para tudo o que faço.

À Patrícia, por ter entrado na minha vida e a tornado melhor. Agradeço também o interesse demonstrado por este trabalho e as várias sugestões feitas.

Ao Plínio, pela orientação – sempre marcada por grande competência – e por ter aberto espaço, nas disciplinas que ministrou, para o desenvolvimento e a discussão de textos que foram a base inicial dos capítulos desta dissertação.

Aos professores Marcelo Carvalho, Tiago Tranjan e Claudemir Tossato, que contribuíram com observações – os dois primeiros na condição de examinadores na banca de qualificação – que ajudaram a diminuir algumas das limitações desta dissertação.

Aos colegas com quem freqüentei as aulas do mestrado, pelas conversas e experiências compartilhadas durante a convivência na Unifesp.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação Daniela e Douglas, por, nas vezes em que precisei, terem logo demonstrado boa vontade, tornando assim menos penoso o contato com a burocracia.

Resumo

Em janeiro de 1970, Saul Kripke proferiu três conferências na Universidade Princeton. A transcrição dessas conferências foi publicada em 1980 como *Naming and Necessity*. Nessa obra, Kripke critica o descritivismo, explicação então mais aceita para a função referencial dos nomes próprios, e apresenta a sua própria visão sobre o assunto. Em *Naming and Necessity*, Kripke também sustenta uma concepção que ficou conhecida como “essencialismo científico”, a qual afirma a existência de verdades necessárias *a posteriori*. Esta dissertação procura investigar de que maneira se relacionam as idéias sobre a referência e sobre o essencialismo científico no interior do pensamento kripkeano.

Assim, no primeiro capítulo, procura-se apresentar as principais características do descritivismo. Em linhas gerais, a concepção descritivista, cujas origens remontam a certas idéias de Frege e Russell, estabelece que a explicação para a referência de um nome próprio passa pelas descrições associadas ao termo, as quais seriam satisfeitas univocamente pelo objeto designado.

O segundo capítulo se ocupa dos argumentos kripkeanos contrários ao descritivismo. Esses argumentos são de três tipos: modal, epistêmico e semântico. A adequada compreensão desses argumentos, bem como do modelo explicativo alternativo proposto por Kripke, exige certos conceitos fundamentais, como o de mundos possíveis, a distinção entre modalidades epistêmicas e modalidades metafísicas, e o de designação rígida. Por isso, esse capítulo também busca expor tais noções.

Finalmente, o terceiro capítulo é dedicado ao essencialismo científico desenvolvido por Kripke. *Grosso modo*, uma posição essencialista sustenta que os objetos possuem propriedades essenciais; isto é, propriedades que são exemplificadas em todos os mundos possíveis nos quais os objetos existem. O essencialismo científico afirma que cabe à ciência revelar essas propriedades essenciais, as quais seriam verdades necessárias *a posteriori*. O capítulo 3 examina o essencialismo quanto à origem biológica e aquele sobre a origem e composição material dos artefatos, além de outros aspectos relacionados ao tema discutidos por Kripke.

Palavras-chave: Kripke. Descritivismo. Referência. Essencialismo. Necessidade. *A posteriori*.

Abstract

In January 1970, Saul Kripke delivered three lectures at Princeton University. A transcript of these lectures was published in 1980 as *Naming and Necessity*. In this work, Kripke criticizes descriptivism, then most accepted account for referential function of proper names, and presents his own view on the matter. In *Naming and Necessity*, Kripke also advocates a view that became known as “scientific essentialism”, which states that there are necessary *a posteriori* truths. This dissertation aims at understanding the relationship between Kripke’s view about reference and the scientific essentialism.

Thus, in the first chapter, we expose the main features of descriptivism. In general, the descriptivist conception, whose origins go back to certain ideas of Frege and Russell, states that the explanation for the reference of a proper name is based on the descriptions associated with the name, which should be fulfilled only by designated object.

The second chapter is concerned with Kripkean arguments against descriptivism. These arguments are of three types: modal, semantic and epistemic. A proper understanding of the arguments, as well as the alternative model proposed by Kripke, requires certain fundamental concepts, such as possible worlds, the distinction between epistemic modalities and metaphysical modalities, and the rigid designation. Therefore, the second chapter also intends to examine such notions.

Finally, the third chapter turns to the scientific essentialism developed by Kripke. Roughly, an essentialist viewpoint holds that objects have essential properties. That is, properties that are exemplified in all possible worlds in which the objects exist. The scientific essentialism maintains that it is up to science to reveal the essential properties, which would be necessary *a posteriori* truths. The chapter 3 analyses the essentialism about biological origins and essentialism about the origin and composition of material artifacts, and other aspects related to the topic discussed by Kripke.

Keywords: Kripke. Descriptivism. Reference. Essentialism. Necessity. *A posteriori*.

Lista de tabelas

Designação rígida	35
-------------------------	----

Lista de abreviaturas

N&N – Naming and Necessity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	8
CAPÍTULO 1. ALGUMAS IDÉIAS SOBRE A REFERÊNCIA DOS NOMES PRÓPRIOS.....	10
1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 MILL <i>VERSUS</i> FREGE E RUSSELL	11
3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO DESCRITIVISMO: PURO E IMPURO, SIMPLES E MODIFICADO	17
3.1 Teses características do descritivismo modificado.....	23
4 CONCLUSÃO	27
CAPÍTULO 2. KRIPKE E A REJEIÇÃO DO DESCRITIVISMO	28
1 APRESENTAÇÃO.....	28
2 ALGUMAS NOÇÕES IMPORTANTES	29
3 OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS AO DESCRITIVISMO	38
3.1 Argumento modal.....	38
3.2 Argumento semântico	41
3.3 Argumento epistêmico	45
3.4 Retomando as teses características do descritivismo modificado.....	47
4 A CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CAUSAL.....	48
4.1 Alguns problemas	51
5 CONCLUSÃO	58
CAPÍTULO 3. O ESSENCIALISMO CIENTÍFICO.....	60
1 APRESENTAÇÃO.....	60
2 O ESSENCIALISMO – VISÃO GERAL	61
3 A CRÍTICA DE QUINE.....	65
4 O ESSENCIALISMO CIENTÍFICO DE SAUL KRIPKE.....	69
4.1 A essencialidade da origem biológica	70
4.2 A essencialidade da origem e da composição material de objetos físicos.....	73
4.3 Enunciados de identidade e termos para espécies naturais	77
4.4 Designação rígida e termos para categorias naturais	84
4.5 As duas rotas para o necessário <i>a posteriori</i>	90
5 CONCLUSÃO GERAL.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

INTRODUÇÃO GERAL

O objetivo principal desta dissertação é analisar a relação existente entre o conjunto de idéias elaboradas por Saul Kripke a respeito da referência de expressões da linguagem natural e a concepção essencialista sobre a atividade científica que daí decorre. Em outras palavras, pretende-se examinar de que maneira a perspectiva semântica desenvolvida por Kripke, dedicada à explicação da função referencial dos nomes próprios e dos termos para espécies naturais, poderia servir como fundamento para uma perspectiva que permita compreender a ciência enquanto prática humana capaz de revelar as propriedades essenciais dos objetos. Ora, não é nada evidente o vínculo entre essas duas perspectivas, nem mesmo qual tipo de nexo deve haver entre a teoria kripkeana da referência e a sua concepção da ciência. O que se propõe, então, é um exame cuidadoso dessa possível relação.

Para tanto, dividiu-se esta dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, o foco incide principalmente sobre o quadro teórico em oposição ao qual Kripke avança a sua proposta sobre a referência. Assim, esse capítulo procura expor o descritivismo (e as suas principais versões), abordagem que até meados do século XX constituía o modelo explicativo dominante dentro da tradição da filosofia analítica da linguagem e cujas raízes remontam à recepção de certas contribuições associadas a Frege e Russell. Essa discussão é introduzida a partir do contraponto com a concepção sobre os nomes tradicionalmente atribuída a Mill.

O segundo capítulo gira em torno da perspectiva kripkeana sobre a referência. Nele, são apresentadas as principais noções desenvolvidas no esforço de crítica ao paradigma descritivista, como a distinção entre os diferentes tipos de modalidades, a idéia de mundos possíveis, a separação entre o uso de uma descrição enquanto instrumento para fixar a referência e o seu uso para dar o significado do nome e o conceito de designação rígida. Ocupam também parte central desse capítulo os próprios argumentos usados por Kripke com vistas à rejeição do descritivismo, bem como a concepção histórico-causal proposta como alternativa explicativa.

O último capítulo é dedicado ao chamado essencialismo científico. Antes de tal discussão, entretanto, é feita uma caracterização sumária da posição essencialista em geral,

bem como a análise de uma conhecida objeção formulada por Quine, a qual, se bem-sucedida, colocaria em questão a possibilidade mesma de se separar inteligivelmente propriedades necessárias e propriedades acidentais. Como ficará claro, defender a significatividade dessa distinção é indispensável para o projeto essencialista.

Finalmente, uma conclusão geral encerra esta dissertação. Nessa conclusão, pretende-se retomar o trajeto percorrido anteriormente, a fim de estabelecer claramente quais são os laços entre a concepção sobre a referência e a visão científico-essencialista dela resultante¹.

¹ Embora Kripke também apresente a sua concepção semântica, de forma resumida, em *Identity and Necessity*, a base para este estudo é *N&N*, lugar onde as idéias filosóficas atinentes ao tema desta dissertação receberam tratamento mais ampliado. De *N&N*, porém, não se aborda, por estar além do escopo da investigação proposta, o debate relativo ao problema mente-corpo, que ocupa a terceira parte do livro.

CAPÍTULO 1

ALGUMAS IDÉIAS SOBRE A REFERÊNCIA DOS NOMES PRÓPRIOS

1 APRESENTAÇÃO²

O que faz com que ao pronunciarmos o nome “Sócrates”, no contexto de uma aula de filosofia em alguma universidade brasileira, em pleno ano de 2012, sejamos capazes de falar do filósofo em questão, há muito já morto? Em outras palavras, e de maneira mais geral, como pode ser explicada a relação existente entre o uso específico de algum nome próprio³ e a realidade extralingüística por ele nomeada? Esse é, simplificarmente, o problema da referência, um dos tópicos que os filósofos procuram elucidar quando elaboram as suas teorias sobre a linguagem.

Neste capítulo, são expostas, como pano de fundo para a discussão da abordagem metafísico-científica kripkeana, a ser realizada no capítulo 2, algumas idéias a respeito dos nomes próprios vinculadas a John Stuart Mill (1806-1873), a Gottlob Frege (1848-1925) e a Bertrand Russell (1872-1970). A partir de contribuições originais de Frege e de Russell forma-se a concepção dita descritivista, embora seja matéria de disputa determinar se as posições desenvolvidas pelo Frege e Russell históricos possam, apropriadamente, serem consideradas pertencentes ao universo teórico daquilo que, mais tarde, veio a ser conhecido sob o rótulo de “descritivismo”.

Nesse sentido, mais do que reconstruir pormenorizadamente os movimentos de pensamento que, numa perspectiva estrita da história das idéias, poderiam de forma fidedigna ser atribuídos a esses filósofos, o interesse maior, para os fins desta dissertação, centra-se em fazer uma espécie de levantamento de indícios – o qual, apesar de sumário, não deixa de ser significativo – que possa justificar a associação tradicional de certo conjunto de idéias aos nomes de Frege e de Russell. Pretende-se assim delinear os contornos mais marcantes do ponto de vista então hegemônico dentro da filosofia analítica da linguagem. De fato, é o descritivismo assim entendido o grande alvo das considerações críticas de Kripke em *N&N*.⁴

² Uma versão bastante inicial de partes deste capítulo apareceu em Silva (2012).

³ Exemplos de outros nomes próprios são “Karen”, “Brasil”, “Titanic”, “Corinthians” etc. Expressões como “o último país da América a abolir a escravidão” não são exemplos de nomes próprios, no sentido corrente, nem no sentido aqui empregado. Porém, tanto “Brasil” quanto “o último país da América a abolir a escavidão” podem ser considerados *designadores*. Cf. Kripke (1980, p. 24).

⁴ O próprio Kripke, numa conferência bem posterior a *N&N* e de natureza mais exegética (a conferência foi proferida em 2001, mas publicada em 2011), diz o seguinte: “Se eu estava correto em atribuir uma teoria da descrição de nomes próprios a Frege (a qual certamente concorda com seus exemplos) não será o assunto

Tendo isso em vista, a seção 2, depois de breve abordagem das idéias de Mill, é dedicada ao que poderia ser denominado de bases conceituais do descritivismo. Por seu turno, a seção 3 aborda as variantes pura, impura, simples e modificada dessa concepção.

Finalmente, na seção 4, a título de conclusão, retomam-se alguns dos principais aspectos discutidos ao longo deste primeiro capítulo.

2 MILL *VERSUS* FREGE E RUSSELL

A John Stuart Mill costuma-se atribuir a seguinte perspectiva a respeito dos nomes próprios⁵. O significado de um nome próprio como “Platão” – ou de uma expressão como “O filósofo que escreveu a *República*” – é, simplesmente, o objeto de que se fala. Assim, a única contribuição semântica dada por um nome ao contexto maior em que figura seria o próprio objeto referido pelo termo singular em questão. Dito de outra forma, e fazendo uso da terminologia adotada pelo próprio Mill, com os nomes próprios teríamos apenas a relação de denotação, e não de conotação. O trecho a seguir sintetiza tal ponto de vista:

Nomes próprios não são conotativos; eles denotam os indivíduos que são por eles nomeados, mas não indicam ou implicam a vinculação de quaisquer atributos àqueles indivíduos. Quando batizamos uma criança com o nome “Paulo” ou um cachorro com o nome “César”, tais nomes são simplesmente marcas usadas para permitir que esses indivíduos se tornem sujeitos do discurso. De fato, poder-se-ia dizer que temos alguma razão para dar a eles esses nomes em vez de quaisquer outros, e isso é verdadeiro, mas o nome, uma vez dado, é independente da razão. (MILL, [1881], 2008, p. 287⁶)

A adoção de uma perspectiva no espírito de Mill pode ser motivada por considerações semelhantes às seguintes:

Há várias razões para se pensar que o significado de um nome próprio é apenas a pessoa ou o objeto que o nome designa. Por exemplo, quando folheando um dicionário, encontramos o significado de adjetivos, de verbos, de advérbios, etc., mas não encontramos (normalmente) o significado de nomes. Isso acontece, alguém poderia concluir, pelo fato de nomes simplesmente significarem os seus portadores. Um outro exemplo, se sabemos que “Dennett” é um nome, não perguntamos “O que

principal aqui. Gareth Evans, num escrito que, tanto quanto eu sei, não foi publicado, observou que certamente Frege, assim como Russell, tinha sido em geral entendido dessa forma. Isso fez com que fosse importante para mim refutar a teoria, a despeito de se historicamente ela era a teoria de Frege ou não.” (KRIPKE, 2011c, p. 280)

⁵ Para uma exposição esclarecedora da perspectiva milliana sobre os nomes próprios, que procura contextualizá-la no interior das preocupações mais gerais de Mill a respeito do conhecimento, ver Campos, [200-?].

⁶ A paginação é a da versão do artigo presente na coletânea organizada por Martinich, referida na bibliografia. Obras clássicas foram referidos a partir do ano de publicação da edição original. Todas as traduções de textos consultados em inglês foram feitas por mim, mantendo sempre preservados os grifos originais (salvo quando houver indicação expressa em contrário).

significa “Dennett?”. Ao invés disso, perguntamos “Quem é Dennett?” (e com essa pergunta quer se saber quem é a pessoa que Dennett designa). (COURA, 2007, p. 13)

Apesar de sua simplicidade, ou exatamente devido a tal característica, essa explicação pode logo se ver diante de dificuldades. Adaptando um exemplo fregeano, o problema que se coloca para o millianismo acerca de nomes próprios é o seguinte: “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento” são expressões que têm como referência o mesmo indivíduo. Considere-se agora a dupla de enunciados⁷ abaixo:

- (1) Pelé é Pele.
- (2) Pelé é Edson Arantes do Nascimento.

Intuitivamente, (1) tem um conteúdo informativo diferente de (2). Com efeito, o primeiro enunciado é trivial, enquanto o segundo possui um teor informacional maior, embora os dois sejam verdadeiros exatamente do mesmo indivíduo.

Para que se possa perceber melhor isso, basta imaginarmos uma situação na qual um fã distraído de futebol aprende, lendo uma biografia do seu ídolo, que o verdadeiro nome de Pelé é “Edson Arantes do Nascimento”, descoberta que ele expressa, surpreso, com uma enunciação de (2). O mesmo torcedor, porém, certamente tomaria (1) como uma obviedade que em nada aumenta o seu conhecimento dos detalhes da vida do melhor jogador de futebol.

A situação hipotética acima permite ilustrar um outro problema a ser enfrentado pela teoria dos nomes próprios relacionada a Stuart Mill. Esse problema vincula-se com contextos psicológicos (associados às chamadas atitudes proposicionais), que envolvem crença, desejo etc. A dificuldade em questão pode ser expressa, informalmente, do seguinte modo. Suponhamos que o fã de futebol – chamemo-lo de Paulo – acredita, corretamente, que Pelé foi jogador do time do Santos. Ora, dada a regra da eliminação da identidade⁸, podemos substituir, *salva veritate*, a ocorrência do termo “Pelé” por “Edson Arantes do Nascimento”, uma vez que os dois nomes possuem o mesmo referente. No entanto, do fato de (3) ser verdadeiro não se pode concluir validamente que (4) também o seja, haja vista que Paulo

⁷ Ao se falar em “enunciados”, pressupõe-se que já tenha sido estabelecida a interpretação para as expressões lingüísticas. Ver a discussão da seção 4.5, capítulo 3.

⁸ Uma formulação informal adequada desse princípio lógico pode ser expressa nos seguintes termos: “(...) se, em uma frase qualquer dada, substituirmos uma ou mais ocorrências de um termo singular por um termo singular com a mesma referência (ou denotação), então o valor de verdade da frase original será preservado após as substituições; em particular, se a frase original é verdadeira, então qualquer frase que dela resulte dessa maneira será também verdadeira (...).” (BRANQUINHO, 2006, p. 274-275)

poderia não saber – como, por hipótese, não sabe – que “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento” designam o mesmo indivíduo.

(3) Paulo acredita que Pelé foi jogador do time do Santos.

(4) Paulo acredita que Edson Arantes do Nascimento foi jogador do time do Santos.

Tal como formulada, a teoria milliana não consegue acomodar – pelo menos à primeira vista – a diferença de valor cognitivo revelada nos enunciados de identidade sobre Pelé e Edson Arantes do Nascimento. Igualmente, fica a dever uma resposta satisfatória para o caso da substituição de termos correferenciais em contextos psicológicos. Isso é assim pois, como observado, a teoria sustenta que toda a contribuição oferecida por um nome próprio, para o significado das proposições nas quais ocorre, exaure-se no próprio objeto referido. No caso em questão, os dois nomes aplicam-se ao mesmo indivíduo.

Para explicar a diferença de valor cognitivo entre enunciados de identidade, Frege introduz a noção de sentido⁹. Assim, além da referência, haveria um plano adicional relacionado aos nomes próprios. Exatamente o que é o sentido fregeano é matéria de disputa entre os filósofos, como tudo o mais. De maneira sumária, pode-se compreender o sentido de uma expressão *a* como sendo a informação contida ou associada a *a* (cf. FITCH, 2004a, p. 28). O próprio Frege, em *Sobre o sentido e a referência*, apresenta o sentido como “modo de apresentação”¹⁰ do objeto, o qual possuiria caráter público e compartilhável, não se confundindo com as representações subjetivas dos falantes.

Efetivamente, eis o que diz:

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a este sinal. Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. Esta imagem interna está freqüentemente saturada de emoções; a claridade de suas diversas partes varia e oscila. Até num mesmo homem, nem sempre a mesma representação está associada ao mesmo sentido. A representação é subjetiva: a

⁹ A noção de sentido é desenvolvida no artigo *Sobre o sentido e a referência* (originalmente publicado como *Über Sinn und Bedeutung*, em 1892). Há uma tradução para o português em Alcoforado (1978). As citações do artigo de Frege remetem para a paginação dessa tradução. Em sua arguição durante o exame de qualificação, o prof. Marcelo Carvalho ressaltou que, ao definir a distinção entre sentido e referência, Frege está primariamente interessado no seu uso em contexto lógico, de modo que a questão da referência, da maneira como apresentada nesta dissertação, não lhe apareceria como um problema teórico. Cabe dizer, porém, que, ainda que o Frege histórico não tenha se detido sobre a questão nesses termos, é bastante direta a ampliação de suas considerações, inicialmente limitadas ao âmbito de uma linguagem lógica, para os casos correntes da língua comum. Esse movimento de transposição dos recursos conceituais fregeanos para a explicação de circunstâncias da língua comum está na base da concepção descritivista, conforme discutida adiante.

¹⁰ Ver, por exemplo, Frege [1892] (1978), p. 62.

representação de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas representações associadas ao mesmo sentido. Um pintor, um cavaleiro e um zoólogo provavelmente associarão representações muito diferentes ao nome 'Bucephalus'. A representação, por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser a propriedade comum de muitos, e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra". (FREGE [1892] (1978), p. 64-65, as notas foram omitidas.)

Como os sentidos fregeanos, entendidos como os “tesouros comuns de pensamentos da humanidade”, poderiam contornar a primeira dificuldade apresentada? Voltando ao exemplo, os nomes que ocorrem em (1) e em (2) têm o mesmo referente, razão por que têm o mesmo valor de verdade – os enunciados são igualmente verdadeiros. Possuem, contudo, sentidos diferentes, de acordo com a perspectiva agora em consideração: o mesmo indivíduo é apresentado diferentemente; ora com o sentido que foi associado ao nome “Pelé”, ora com o sentido associado a “Edson Arantes do Nascimento”.

Ao segundo problema, relacionado ao que hoje se entende como atitudes proposicionais, também pode ser dada uma solução de inspiração fregeana. Essa resposta passa pela identificação de uma mudança que ocorreria no sentido e na referência habituais¹¹ das expressões. Desse modo, o que, numa situação normal, por assim dizer, é o sentido de uma expressão passa a ser, em contextos indiretos, a sua referência. Por isso, a não preservação da verdade no exemplo – a passagem de (3) para (4) – poderia ser explicada sem maiores problemas, pois, no contexto considerado, dito oblíquo, as expressões não seriam correferenciais, no final das contas.

Desse modo, não há violação ao princípio lógico da substituição de idênticos. O seguinte parágrafo de *Sobre o sentido e a referência* é esclarecedor a esse respeito:

Que nesses casos a referência da sentença subordinada [no caso de (3), a referência subordinada é “Pelé foi jogador do time do Santos”; no de (4), “Edson Arantes do Nascimento foi jogador do time do Santos”] é de fato o pensamento pode também ser visto pelo fato de que, para a verdade do todo, é indiferente se tal pensamento é verdadeiro ou falso. Comparem-se, por exemplo, as duas sentenças “Copérnico acreditava que as órbitas planetárias eram circulares” e “Copérnico acreditava que o movimento aparente do sol era produzido pelo movimento real da terra”. Pode-se aqui substituir uma sentença subordinada por outra, sem prejuízo da verdade. A sentença principal, juntamente com a sentença subordinada, têm como sentido apenas um único pensamento, e a verdade do todo não implica nem a verdade nem a não-verdade da sentença subordinada. **Nos exemplos acima, não é permitido substituir na sentença subordinada uma expressão por outra que tenha a mesma referência costumeira; pode-se apenas substituí-la por outra que tenha**

¹¹ Trata-se de uma aplicação do princípio do contexto: “Frege afirma, de fato, que o sentido e a referência não são propriedades absolutas das expressões lingüísticas, mas dependem do contexto do enunciado. Se uma expressão é usada no contexto de um discurso indireto (como aquele regido por ‘... acredita que...’), então não tem mais o seu sentido e referência normais” (PENCO, 2006, p. 63).

a mesma referência indireta, isto é, o mesmo sentido costumeiro (...). (FREGE [1892] (1978), p. 143, grifos nossos)

Com base na introdução da noção de sentido, vê-se que é possível encontrar em Frege recursos conceituais aptos a responder aos problemas colocados para uma concepção como a de Mill. Contudo, a idéia fregeana de *Sinn* traz os seus próprios enigmas, que igualmente exigem soluções. Não é o caso aqui de examinar de forma exaustiva as limitações com as quais se depara essa abordagem.¹² Em vez disso, importa destacar sobretudo aqueles aspectos – como se tencionou fazê-lo – que joguem luz na compreensão das questões que constituem mais diretamente o foco desta investigação.¹³

No que diz respeito à principal contribuição de Russell para a formação do que veio a ser conhecido como descritivismo, pode-se indicar, de início, que, para o filósofo inglês, nomes como “Pelé” ou “Edson Arantes do Nascimento” não seriam, a rigor, termos simples, cuja referência seria dada imediatamente. Os únicos nomes logicamente próprios, na sua terminologia, seriam expressões sobre objetos em relação aos quais não podemos nos enganar, como “eu”, “isto”, “aquilo” e universais.

Um nome próprio, para que cumpra plenamente a sua função, não deve ter necessidade de ser definido em termos de outras palavras: deve denotar algo de que tomamos ciência imediatamente. (...) Não sugiro que, na linguagem comum ou na gramática, deveríamos recusar-nos a considerar “Sócrates” (digamos) um nome, mas que, do ponto de vista epistemológico, nosso conhecimento a seu respeito é muito diferente do conhecimento das coisas com que estamos familiarizados. De fato, tudo o que sabemos sobre Sócrates só pode ser plenamente enunciado substituindo-se seu nome por alguma descrição sua, uma vez que, **para nós, somente pela descrição compreendemos o que significa a palavra “Sócrates”**. (RUSSELL, 1980, p. 126-127, grifos nossos)

Nessa interpretação, podemos dizer que x é conhecido por contato quando temos experiência direta de x . Por sua vez, o conhecimento por descrição ocorre quando conhecemos

¹² Uma exposição de alguns dos problemas enfrentados pela teoria de Frege pode ser encontrada em Coura (2006, p. 16-17), para quem a teoria das descrições de Russell, abordada de forma resumida adiante, pode ser vista como uma tentativa engenhosa de oferecer soluções melhores aos problemas que inquietaram o lógico alemão.

¹³ Ainda a respeito do *Sinn* fregeano (e como exemplo de que não se trata de um conceito monolítico, sendo portanto merecedor em si mesmo de detalhada análise à parte), ver, por exemplo, Salmon (2005, p. 11-12). Salmon, seguindo Tyler Burge, aponta como a noção de sentido cumpre pelo menos três papéis diferentes, que não foram claramente distinguidos por Frege: i) o de representar aquilo que um falante associa, de maneira puramente conceitual, à sua compreensão e uso de um nome; ii) o de estabelecer a referência de um nome; e iii) àquele ligado à contribuição informativa dada por um termo às frases em que figura. Também Kripke – como lembra Salmon (2005, p. 13) – percebe funções diferentes atribuídas por Frege ao sentido de um termo, no caso apenas duas: a de ser o seu significado e a de ser a maneira como a referência é determinada (KRIPKE, 1980, p. 59). O duplo papel do sentido, reconhecido por Kripke, será retomado adiante, no contexto da discussão da explicação da referência a partir do modelo da cadeia comunicativa.

algo como aquilo que tem certas propriedades (como aquilo que pode ser descrito de determinada maneira).

Com exceção dos poucos casos em relação aos quais Russell admite o conhecimento por contato direto, o restante do nosso conhecimento, que é do tipo por descrição, envolveria o uso de expressões denotativas.

Por uma “expressão denotativa” eu entendo uma expressão tal como alguma das seguintes: um homem, qualquer homem, todo homem, todos os homens, o atual rei da Inglaterra, o atual rei da França, o centro da massa do sistema solar no primeiro instante do século vinte, a revolução da Terra em torno do sol, a revolução do sol em torno da Terra. Assim, uma expressão é denotativa apenas em virtude de sua *forma*. (RUSSELL, [1905], 2008, p. 230)

Do conjunto das expressões denotativas, um subgrupo em particular, formado pelas descrições definidas – expressões lingüísticas que pretendem denotar apenas um indivíduo (em oposição às descrições indefinidas, que se aplicam a dois ou mais objetos do mundo) –, será objeto de interesse imediato aqui. As descrições definidas – expressões da forma “o F”¹⁴ –, acredita Russell, não são termos singulares, mas sim expressões suscetíveis de análise ulterior, a qual traria à tona a estrutura lógica que é ocultada pela forma gramatical de superfície.

Eis um trecho de Russell que ilustra como, nessa análise, um enunciado envolvendo uma descrição definida revela ter uma estrutura profunda bastante diferente da forma gramatical sujeito-predicado:

Assim, quando nós dizemos “*x* era o pai de Charles II”, nós não apenas afirmamos que *x* tinha uma certa relação com Charles II, mas também que nada mais tinha essa relação. (...) Para se obter um equivalente de “*x* era o pai de Charles II”, temos de acrescentar, “se *y* for diferente de *x*, *y* não gerou Charles II”, ou, o que é equivalente, “se *y* gerou Charles II, *y* é idêntico a *x*”. Portanto, “*x* é o pai de Charles II” se torna: “*x* gerou Charles II; e ‘se *y* gerou Charles II, *y* é idêntico a *x*’ é sempre verdadeiro de *y*”. (RUSSELL, [1905], 2008, p. 231)

Dentro desse quadro, torna-se possível analisar nomes próprios¹⁵ nos termos da teoria das descrições. A idéia é que nomes abreviam descrições definidas, as quais são entendidas como sendo o significado daqueles nomes a que estão ligadas.

Assim, por exemplo, podemos pensar que o nome “Aristóteles” tem como significado ou abrevia a descrição “o professor de Alexandre Magno”. Destarte, a referência¹⁶ seria

¹⁴ Agradeço ao prof. Marcelo Carvalho por ter chamado a atenção para uma imprecisão numa formulação anterior desta passagem.

¹⁵ Nomes próprios – aí como ao longo de todo o trabalho – são entendidos no sentido comum, não no peculiar sentido de Russell.

explicada apontando-se para o fato de o indivíduo nomeado ser o único objeto que satisfaz a descrição definida associada ao nome – no último exemplo, “Aristóteles” refere-se a Aristóteles porque Aristóteles é quem, de maneira única, satisfaria a descrição “o professor de Alexandre Magno”.

A respeito dessas idéias de Russell, diz Murcho:

A teoria dos nomes próprios de Russell reinou quase indisputada até aos anos setenta do século XX. Ainda hoje há filósofos, como John R. Searle (n. 1932), que a defendem. Versões diferentes mas análogas da teoria dos nomes de Russell foram defendidas por Wittgenstein e Frege. Russell defende que os nomes próprios, como “Platão” ou “Lisboa”, não são logicamente próprios. Isto porque para serem nomes próprios teriam de designar o que designam diretamente, sem intermediários, digamos assim; mas não podem designar dessa maneira porque não estamos em contacto, no sentido de Russell, com aquilo que tais nomes designam. (MURCHO, 2008, p. xxxviii)

Na próxima seção, são examinadas algumas versões da concepção mais geral que emerge a partir dessas teses associadas a Frege e a Russell.

3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO DESCRITIVISMO: PURO E IMPURO, SIMPLES E MODIFICADO

Uma leitura como a adotada na seção precedente permite agrupar certas idéias das teorias de Frege e Russell em bloco, sob um mesmo rótulo, constituindo assim a tese geral – em oposição a Mill – de que a análise de nomes próprios revela, além do próprio indivíduo nomeado, pelo menos um outro componente importante a ser considerado, o qual seria o responsável por apresentar ou descrever o portador do nome de uma determinada maneira. O indivíduo referido é visto, desse modo, como o único a que se aplicam, de forma adequada, certas propriedades associadas pelo falante ao termo singular em questão. A visão assim formada denomina-se “descriptivismo” (ou “descricionismo”).

Durante boa parte do século XX, o descriptivismo obteve grande aceitação dentre os filósofos analíticos da linguagem. Uma comprovação de tal popularidade pode ser verificada a partir dos relatos abaixo:

A visão recebida por volta de 1970 sobre a semântica dos nomes próprios era de que a explicação correta residia em algum lugar entre as teorias decorrentes dos artigos clássicos de Gottlob Frege e de Bertrand Russell. A teoria de Frege, no seu clássico

¹⁶ Para Russell, no caso de descrições, não se trataria, propriamente falando, de *referência*, e sim de *denotação*. A referência, nessa perspectiva, seria uma relação que ocorre apenas relacionada a termos simples – nomes logicamente próprios. Neste trabalho, também nesse aspecto, não é adotado o uso de Russell.

“Sobre o sentido e a referência”, era que os nomes próprios possuem um sentido que encapsulava um “modo de apresentação” de um objeto, um modo de pensar sobre ele, que é o que conecta o nome com o seu referente. (...) Russell, por outro lado, sustentava a visão de que nomes próprios comuns (enquanto opostos a *nomes logicamente próprios*) são descrições definidas “abreviadas” ou disfarçadas. O sentido de um nome, como “Aristóteles”, deveria na realidade ser adequadamente representado por uma descrição, como, nos exemplos de Frege, “O aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande” ou “O professor de Alexandre, o Grande que nasceu em Estagira”. (LISNKY, 2011, p. 18-19)

Também Searle atesta o predomínio do descritivismo, ainda que não deixe clara a participação de Russell, enfatizando apenas o papel de Frege para a formação desse conjunto de idéias:

Uma questão crucial da filosofia analítica da linguagem, desde Frege (e, na verdade, presente na filosofia desde Platão) tem sido: como a linguagem se relaciona com o mundo? Como as palavras se imbricam com as coisas? Ao responder a essa questão, a tradição analítica descobriu uma conexão entre a noção de referência e a noção de verdade. Uma expressão, como um nome próprio, refere-se a, ou representa, ou designa um objeto porque associado a esse nome está um conteúdo descritivo, algum conceito do objeto em questão, e o objeto em questão satisfaz ou se adequa a esse conteúdo descritivo. A expressão se refere ao objeto apenas porque a descrição é verdadeira quanto ao objeto. Esta é a leitura-padrão da famosa distinção de Frege entre sentido e referência (...). Na década de 1970, essa concepção da relação entre linguagem e realidade foi criticada por vários filósofos (...). (SEARLE, 2002, p. 15)

Considerações críticas à explicação descritivista para a relação entre a linguagem e a realidade serão feitas posteriormente. Convém agora examinar algumas variantes dessa abordagem. De fato, ainda que Frege nem Russell tenham feito uso de tal vocabulário¹⁷, pode ser esclarecedor distinguir pelo menos quatro variações possíveis do descritivismo: puro, impuro, simples e modificado. Inicialmente, vejamos a diferenciação entre o descritivismo puro e o impuro.

O defensor do descritivismo puro considera que as propriedades que selecionam, de maneira unívoca, o objeto referente do nome próprio têm de ser dadas exclusivamente em termos qualitativos (isto é, sem fazer uso de outros nomes próprios, de indexicais e demonstrativos¹⁸). Caso não se faça tal restrição, obtém-se o descritivismo impuro. Um exemplo de descrição pura, dada em termos puramente qualitativos, poderia ser “a menor coisa redonda”; por outro lado, “o pai daquele homem” e “o atual rei da França” são exemplos de descrições definidas impuras, no sentido estabelecido (cf. AHMED, 2007, p. 7).

¹⁷ Agradeço ao prof. Marcelo Carvalho por ter destacado esse ponto.

¹⁸ “Um *demonstrativo* é uma expressão que se refere (ou, em todo caso, que pretende se referir) a alguma coisa indicada ostensivamente. ‘Este homem’ está sendo usado como demonstrativo quando é acompanhado, por exemplo, por um gesto apontando para algum homem visível. Um *indexical* é uma expressão cuja referência depende da localização temporal ou espacial do falante, ou de alguma circunstância do falante que pode variar de uma ocasião para outra.” (AHMED, 2007, p. 6-7)

O descritivismo impuro abrange mais casos, pois considera que um nome próprio tem como significado uma descrição definida, independentemente de ser pura (exclusivamente qualitativa) ou impura (que faz uso de outros nomes próprios, indexicais ou demonstrativos).

Hughes (2004, p. 5-7) discute algumas razões que podem embasar a defesa do descritivismo puro. A primeira razão pela qual nomes próprios têm de ser analisados em termos puramente qualitativos está ligada a um esforço de afastamento completo das teorias da referência direta. De fato, se se aceita, como significado de um nome, descrições com nomes próprios, então estaria disponível, para qualquer nome *n*, a descrição “o indivíduo que é o mesmo que *n*”. Porém, mesmo um teórico da referência direta poderia concordar com esse tipo de descrição.

Diante disso, uma manobra possível é estabelecer que as descrições definidas, embora possam envolver nomes, não podem envolver o nome do objeto de que são descrições. Dessa maneira, “o fundador de Roma” poderia ser a descrição do mitológico “Rômulo”. Porém, alguém poderia perguntar: a que “Roma” se refere? Se for possível dar como resposta uma descrição puramente qualitativa, digamos “o G”, então seria possível dar uma descrição pura de “Rômulo”, a saber, “o fundador de ‘o G’”. Se, porém, qualquer descrição dada como resposta envolver sempre a menção a nomes, então entra-se num círculo, já que, embora numeroso, é aceitável considerar que o conjunto de nomes próprios da língua natural é finito.

Por outro lado, uma teoria que defendesse que as descrições podem conter indexicais e demonstrativos, mas não nomes, não seria verdadeiramente descritivista. De fato, há um sentido claro em que falar que um objeto “... é isto” não é, intuitamente, descrever esse objeto, mas antes identificá-lo.

Seja como for, o descritivismo puro tem de enfrentar várias dificuldades, o que atenta contra a sua plausibilidade. Além dos argumentos oferecidos por Kripke – considerados em seção própria –, precisa lidar com um problema apontado por Hughes. Resumidamente, o problema é o seguinte: podemos pensar em objetos distintos que têm todas as propriedades qualitativas iguais. No exemplo dado por Hughes, temos duas montanhas que compartilham o mesmo tamanho, a mesma forma, massa etc. Se isso de fato é possível, ficamos com uma situação na qual não temos uma descrição puramente qualitativa que seja univocamente satisfeita (cf. HUGHES, 2004, p. 16-17).

Em alguns momentos de *N&N*, Kripke parece ter em mente sobretudo o descritivismo em sua versão pura. Porém, os seus argumentos, se bem-sucedidos, aplicam-se às duas versões. Este ponto é reconhecido por pelo menos dois comentadores, Hughes (2004, p. 7) e

Ahmed (2007, p. 7), remetendo ambos para a mesma passagem de *N&N*, da qual segue o trecho mais significativo:

O que eu penso que os exemplos que dei mostram não é simplesmente que há algum erro técnico aqui ou algum engano ali, mas que toda a imagem dada por essa teoria de como a referência é determinada parece errada desde os fundamentos. **Parece errado pensar que nós damos a nós mesmos algumas propriedades que, de algum modo, selecionam qualitativamente, de maneira unívoca, um objeto e determinam a nossa referência dessa forma.** (KRIPKE, 1980, p. 93-94, grifos nossos)

Não obstante, as razões para se aceitar essa concepção descritivista são variadas. Kripke (1980, p. 27-29) apresenta três delas:

(I) Ela explica de maneira direta e simples o mecanismo envolvido na determinação da referência de um nome próprio, razão que já apareceu, implicitamente, em considerações feitas anteriormente. Assim, por exemplo, se aceitarmos – contra os argentinos – que “Pelé” abrevia a descrição “o melhor jogador de futebol da história”, então o que faz com que, ao usar “Pelé”, falemos corretamente de Pelé, e não de uma outra pessoa qualquer, é o fato de Pelé, e não uma outra pessoa, satisfazer de maneira única a descrição associada; a saber, ser o melhor jogador de futebol da história. Esta razão a favor do descritivismo não precisa estar comprometida com a afirmação de uma natureza específica da descrição associada ao nome; isto é, ela nada diz se a descrição deve ser puramente qualitativa ou não. Por isso, apóia principalmente o descritivismo impuro (cf. AHMED, 2007, p. 8).

(II) Uma segunda razão a favor, já considerada em exemplo anterior, é que uma análise em termos descritivistas permite dar conta da diferença de valor cognitivo em enunciados de identidade – “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento”, embora tenham o mesmo referente, foram associados a descrições ou sentidos diferentes. Novamente, a razão (II) não privilegia o descritivismo puro relativamente à versão impura, pois também aqui é possível que as diferentes descrições associadas a nomes com o mesmo referente envolvam, de uma maneira que possa ser eliminável numa análise completa posterior, o uso de indexicais, demonstrativos ou outros nomes próprios (cf. AHMED, 2007, p. 10).

(III) Essa teoria oferece um entendimento natural para perguntas a respeito de se um dado indivíduo, digamos, Aristóteles, realmente existiu. Em outras palavras, ao indagar se Aristóteles existiu, podemos estar interessados não apenas em saber se um indivíduo com esse nome existiu, mas sim em saber se alguém realmente satisfaz propriedades associadas ao nome. No caso de Aristóteles, por exemplo, trata-se de saber se alguém foi professor de

Alexandre Magno, ou o mais brilhante aluno de Platão, ou escreveu a *Metafísica* e a *Ética a Nicômaco* etc. – dependendo da descrição que for associada pelo falante ao termo simples em questão. A mesma ordem de considerações vale para enunciados a respeito de entidades claramente inexistentes, os quais, na medida em que são significativos, representam, a princípio, um problema para teorias sobre os nomes próprios que sigam os moldes da explicação de Mill.

(...) [p]ode-se perguntar ‘Papai Noel existe?’ de maneira tão significativa quanto pode-se perguntar ‘Aristóteles existe?’. Mas qual é o significado da primeira pergunta? Dificilmente pode ser que há uma coisa (Papai Noel) cuja existência está sendo indagada: não há uma tal coisa. A interpretação mais natural da pergunta é essa: ela indaga da satisfação de certas propriedades: no primeiro caso, é uma pergunta sobre se há alguém que presenteia todas as crianças no dia de Natal e, no segundo, é uma pergunta sobre se (digamos) há algum autor de tais e tais livros. Mas essa interpretação parece nos obrigar a identificar o significado de ‘Papai Noel’ com aquele de uma descrição definida (“O homem que dá presentes...”) – e o mesmo é verdadeiro de ‘Aristóteles’”. (AHMED, 2007, p. 11)

Em Ahmed (2011, p. 11-12), podemos encontrar duas motivações adicionais a favor do descritivismo. Em comum, as duas razões revelam como o descritivismo – ou, de maneira mais geral, teorias sobre significado e referência – têm amplo alcance, relacionando-se com debates tradicionais de outras áreas da filosofia:

(IV) Se aceitarmos uma perspectiva dualista em filosofia da mente, de acordo com a qual mente e corpo são substâncias radicalmente diferentes, então é possível que os pensamentos não dependam da maneira específica de como o mundo é. O descritivismo, entendido como dizendo respeito aos conteúdos do nosso pensamento, pode ser usado para dar expressão a esse fato, na medida em que – por meio das descrições ou propriedades associadas aos termos – explicaria a referência independentemente da existência do referido ou, em todo caso, de maneira que não fizesse menção aos itens referidos pelos nossos pensamentos.

(V) Por fim, o outro tipo de argumento, de caráter epistemológico e ligado a um certo quadro cético de dúvida em relação à existência do mundo exterior, parte da consideração de que nomes próprios poderiam ser analisados em termos de descrições definidas que, igualmente, não mencionassem a coisa referida pelo nome. Desse modo, mesmo sendo questionável a existência do mundo exterior (mas supondo que seja possível alguém ter certeza em relação ao significado das suas palavras), o descritivismo poderia ser mobilizado de maneira a explicar – por meio exclusivamente de descrições de objetos conhecidos pelo sujeito – a referência daqueles nomes em relação aos quais o falante não tivesse conhecimento certo.

A razão (III) permite a apresentação de um problema para o descritivismo, que exige modificação na concepção original e leva-nos à distinção entre o descritivismo simples e a versão modificada. O problema surge porque a descrição associada a um nome pode variar de falante para falante. O próprio Frege¹⁹, numa célebre nota de rodapé, já reconhecia essa dificuldade:

No caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita. (FREGE 1892, p. 63)

Assim, na língua natural, não raro um nome próprio tem vários sentidos definidos, dependendo de qual descrição lhe foi associada pelos falantes. Para Frege, numa linguagem formal e adequada para fins científicos, não haveria espaço para essa variação de sentido, cabendo a cada nome um sentido unívoco, bem como uma referência bem estabelecida. A versão modificada do descritivismo visa exatamente a acomodar o fato de que, no âmbito das línguas naturais, um nome próprio qualquer pode estar vinculado a descrições diferentes.

Um outro reparo que pode ser feito em relação ao descricionismo, na sua versão simples, está ligado a uma consequência indesejada que ele gera, para a qual Frege também já apontara. De fato, se o sentido do nome “Aristóteles” for, suponhamos, “o professor de Alexandre Magno”, então a frase “Aristóteles foi professor de Alexandre Magno” seria mera tautologia, equivalente a afirmar “O professor de Alexandre Magno foi professor de Alexandre Magno” (KRIPKE, 1980, p. 30).

Diante de problemas desse tipo, alguns filósofos, como Strawson e Searle, embora ainda no interior do marco descricionista, rejeitaram a concepção simples, que associa um único sentido, via descrição, a nomes próprios²⁰. A idéia, resumidamente, é que o sentido é dado não por uma única descrição, mas por uma família ou aglomerado de descrições que se aplicam ao objeto. Para essa visão modificada, um nome se refere a um objeto se esse objeto satisfaz, de maneira única, à maioria ponderada do conjunto de propriedades associadas ao

¹⁹ A paginação é a da versão traduzida por Alcoforado, referida na bibliografia.

²⁰ Para uma defesa da tese de que já Frege e Russell, corretamente interpretados, reconheciam a necessidade de haver um conjunto de descrições, elemento geralmente atribuído apenas às versões modificadas do descritivismo, desenvolvidas mais tarde, ver Costa (2009). Nesta dissertação, é seguida a interpretação tradicional.

nome – “ponderada”, aqui, porque podemos reconhecer que nem todas as descrições associadas a um nome têm a mesma importância ou contribuem com o mesmo peso na determinação do referente.

Não são poucos os méritos explicativos de uma tal concepção semântica, como visto anteriormente. O próprio Kripke reconhece esse fato:

Não me deixem prestar uma homenagem insuficiente ao poder do conjunto de idéias então prevaletentes, que emanavam de Frege e de Russell, que eu abandonei. A maneira natural e uniforme pela qual essas idéias parecem explicar uma variedade de problemas filosóficos – a sua maravilhosa coerência interna – é uma explicação adequada para a sua longa atração. Eu mesmo já me surpreendi com o predomínio de algumas idéias filosóficas, que para mim têm pouca ou nenhuma atração, dentro da comunidade filosófica, mas nunca coloquei a teoria descritivista dos nomes próprios em tal categoria. Embora eu, juntamente com outros, sempre tenha sentido alguma tensão nesse edifício, levou algum tempo para libertar-me do seu poder sedutor. (KRIPKE, 1980, p. 5)

É tempo agora de ver mais de perto, um a um, os pilares sobre os quais repousa o edifício descritivista.

3.1 Teses características do descritivismo modificado

A concepção descritivista (modificada)²¹ pode ser reconstruída, no que tem de mais específico, a partir de um conjunto de seis teses fundamentais, juntamente com uma condição (C) contra a circularidade. A formulação das teses apresentadas abaixo é tradução de Kripke (1980, p. 71). Os comentários feitos em torno das teses tomam como base as próprias considerações de Kripke (1980, p. 64-65). Essas teses serão retomadas adiante, quando considerarmos os argumentos contrários à concepção descritivista. Em particular, um dos objetivos será mostrar como cada uma será rejeitada a partir da grade kripkeana de compreensão para o fenômeno da referência.

Aqui, talvez também valha a pena chamar a atenção para o caráter dialético ou *ad hominem* dos argumentos de *N&N*. De fato, Kripke tem em mente uma concepção específica – o descritivismo tal como ele o caracteriza e o reconstrói –, contra a qual se coloca. No seu entender, o descritivismo pode ser associado a um conjunto determinado de teses, as quais passam então a ser objeto de atenção crítica. Desse modo, é no interior de tal quadro específico que é desenvolvida toda a argumentação. Sendo assim, basta, para o seu sucesso,

²¹ Essa concepção, diz Kripke em observação marginal: “É realmente uma bela teoria. O único defeito que tem, penso eu, é provavelmente comum a todas as teorias filosóficas. Ela é errada. Vocês podem suspeitar de mim por propor outra teoria em seu lugar; mas espero que não, porque estou certo de que, se fosse uma teoria, também estaria errada” (KRIPKE, 1980, p. 64).

que as premissas de que parte sejam aceitas pelos descritivistas, seja de maneira explícita, seja de maneira implícita (como decorrência da aceitação de outras teses básicas).

- (1) Para todo nome ou expressão designativa ‘X’, há um aglomerado (*cluster*) correspondente de propriedades, a saber, a família daquelas propriedades ϕ , tal que A acredita que ‘ ϕX ’.
 - (2) A acredita que uma das propriedades, ou que algumas em conjunto, selecionam univocamente algum indivíduo.
 - (3) Se a maioria, ou a maioria ponderada, de ϕ for satisfeita por um único indivíduo y , então y é o referente de ‘X’.
 - (4) Se a decisão alcançada por votação não resultar em nenhum objeto único, ‘X’ não refere.
 - (5) O enunciado ‘Se X existe, então X tem a maioria de ϕ ’ é conhecido *a priori* pelo falante.
 - (6) O enunciado ‘Se X existe, então X tem a maioria de ϕ ’ expressa uma verdade necessária (no idioleto do falante).
- (C) Para qualquer teoria bem-sucedida, a explicação não pode ser circular. As propriedades que são usadas na decisão por votação não podem, de uma maneira que seja em última análise impossível de eliminar, elas mesmas envolver a noção de referência. (KRIPKE, 1980, p. 71)

A tese 1 representa uma das inovações introduzidas pelos defensores do descritivismo modificado. Trata-se do reconhecimento de que há um conjunto de descrições variadas que são associadas por diferentes falantes a um nome próprio. Por explicitar esse aspecto, a tese 1, como Kripke aponta, cumpre o papel de ser uma definição, a qual procura captar o que é o cerne do descritivismo em questão – a associação, por parte de um falante, de um conjunto ou aglomerado de descrições que seriam tomadas, por esse falante, como vinculadas ao seu uso de um dado nome próprio. Por ser considerada uma definição nesse sentido específico, essa tese seria trivialmente verdadeira²² (KRIPKE, 1980, p. 64). As outras teses, porém, Kripke as considera todas falsas. Nas próximas seções serão analisadas as razões que o levam a sustentar tal opinião.

A tese 2 procura evidenciar o mecanismo envolvido na determinação da referência, de acordo com o descritivismo. A idéia é que, do conjunto das descrições associadas a um nome (aspecto explicitado pela tese 1), o falante acredita que uma (ou algumas) delas se aplica ao objeto referido de maneira única. A tese pode ser ilustrada pelo exemplo já apresentado de Paulo, o fã de Pelé. Paulo acredita, naquela situação, que a descrição “o melhor jogador de futebol” é verdadeira apenas de Pelé. Deve-se notar que essa tese não afirma que as descrições de fato selecionem exclusivamente o objeto pertinente, e sim que um usuário competente da língua acredita que isso acontece. Sobre essa tese, Otero afirma:

²² Agradeço ao prof. Marcelo Carvalho por ter chamado a minha atenção para uma imprecisão existente numa formulação anterior dessa passagem.

[Ela] (...) [e]stabelece algo sobre as coisas em que acreditamos (como falantes da linguagem) acerca do objeto X (acerca do objeto que seja o referente do nome “X”). Estabelece que acreditamos que algumas dessas coisas são propriedades suficientemente específicas de forma conjunta de modo a serem satisfeitas por um único objeto (dado que são propriedades que atribuímos ao objeto X, acreditaremos que apenas esse objeto é X). (OTERO, 2006, p. 89)

A tese 3 determina que a referência de um nome próprio será aquele objeto que satisfizer à maioria ponderada das descrições associadas ao termo por um falante. Como já dito antes, a ressalva da “maioria ponderada” ou equilibrada de descrições tem como propósito contemplar o fato de que podemos reconhecer que nem todas as descrições são igualmente relevantes na seleção do referente de um nome próprio. Algumas descrições, embora verdadeiras de um único indivíduo, podem ser consideradas triviais ou de menor peso, sem que isso represente problema para o descritivismo. Por exemplo, no caso de Pelé, podemos tomar a descrição “o homem chamado Pelé” como trivial e menos importante, para o estabelecimento da referência, do que a descrição “o melhor jogador de futebol”. Assim,

[essa tese] (...) diz algo sobre a relação objetiva de denotar ou referir. (...) Devemos ter em conta que Kripke pretende analisar uma versão geral da teoria descritivista. Uma versão que inclua a teoria do aglomerado de Strawson e Searle. Por isso, fala-se de maioria ou maioria ponderada das propriedades de F. (...) No que diz respeito à *ponderação*, está aí porque Strawson e Searle não pretendem que todas as propriedades que atribuímos a certo objeto tenham o mesmo peso. Por exemplo, nossa Carolina [exemplo dado pelo autor em outros casos] talvez acredite também que Aristóteles seja alto, mas provavelmente concederá menos importância a essa propriedade, na hora de determinar qual seria o referente de “Aristóteles”, do que a que concede a ser filósofo ou ser professor de Alexandre Magno. (OTERO, 2006, p. 89)

E se, após as devidas ponderações, não for possível apontar um único objeto – seja porque nenhuma entidade puder ser selecionada, seja porque duas ou mais possam ser indicadas? Caso isso ocorra, então a tese 4 diz que o nome próprio em consideração não é capaz de referir. Exemplos dessa situação podem ser dados por casos em que, apesar das intenções do falante, a descrição não é suficientemente específica, selecionando mais de um indivíduo, ou, ao contrário, revela-se excessivamente estrita, não aplicando-se a objeto algum no mundo. No enunciado dessa tese, fala-se em “decisão alcançada por votação” pois Kripke toma como imagem – para ilustração da idéia de que as propriedades podem possuir pesos diferentes – a assembléia de acionistas de uma empresa.

Efetivamente, ele afirma o seguinte:

Se houver alguma propriedade que for completamente irrelevante para a referência, podemos privá-la de direitos completamente, dando-lhe peso 0. As propriedades podem ser consideradas como membros de uma empresa. Algumas têm mais ação

do que outros; algumas podem até mesmo possuir apenas ações sem direito a voto. (KRIPKE, 1980, p. 65)

A tese 5 diz que, se um nome próprio tem referente, então o falante está em condições de poder conhecer *a priori* que o referente desse nome próprio seria aquele objeto que atender à maioria das descrições associadas ao nome. Assim, afirma-se que, por exemplo, Paulo pode conhecer, antes mesmo de maiores investigações sobre o mundo, que, se “Pelé” seleciona alguma pessoa – e dado que a “Pelé” foi associada a descrição “o melhor jogador de futebol” –, então é verdadeiro o enunciado “Pelé é o melhor jogador de futebol”. Aqui, a idéia é que a mera reflexão sobre um nome próprio e as suas descrições associadas, antes de qualquer consideração empírica, seria capaz de estabelecer que, se o objeto designado pelo nome existe, então, por causa da vinculação mesma entre o nome e certas descrições, as propriedades associadas serão satisfeitas.²³

Se supusermos que as descrições são sinônimas de um nome – ou fornecem o significado do nome –, como determina a tese 5, então estamos comprometidos com a idéia de que é sempre verdadeiro um enunciado que identifica as descrições relevantes com o nome em questão. A título de ilustração, vejamos um caso ligeiramente diferente. Dado que “solteiro” e “homem não-casado” são termos sinônimos, o enunciado “solteiros são não-casados” é sempre verdadeiro – quaisquer dois enunciados (em contextos extensionais) que, mantendo tudo o mais constante, sejam diferentes apenas por um ter “solteiros” e o outro ter “homens não-casados” na posição de sujeito, por exemplo, são verdadeiros ou falsos exatamente nas mesmas condições. É isso o que, aplicada ao caso das descrições e dos nomes próprios, a tese 6 quer deixar claro. Procura-se explicitar que seria necessário um enunciado como, digamos, “se Aristóteles existe, então Aristóteles é o professor de Alexandre Magno”, no qual “o professor de Alexandre Magno” é tomado como descrição univocamente individualizadora associada e sinônima do nome “Aristóteles”.

Por fim, cabe notar que (C) não é uma tese como as anteriores, mas cumpre a função de ser uma cláusula contra a circularidade. Essa condição visa a impedir que as teses antecedentes sejam satisfeitas de maneira a caracterizar um círculo vicioso, o que prejudicaria a força explicativa da teoria. Em *N&N* (1980, p. 68-73), Kripke examina a teoria de Kneale, a qual constitui exemplo de concepção que não respeita a condição de circularidade. No exemplo discutido, retirado de uma explicação de Kneale, o nome “Sócrates” é analisado

²³ A reformulação de todo esse trecho beneficiou-se dos comentários do prof. Tiago Tranjan.

como significando “o indivíduo chamado ‘Sócrates’”. No comentário de Otero, lê-se o seguinte:

O propósito de introduzir a condição (C) se percebe claramente com algum exemplo. Uma das propriedades de Aristóteles consiste em ser a pessoa denominada “Aristóteles”. Não obstante, parece que seria trapacear utilizar essa propriedade para determinar qual é o referente de “Aristóteles” dizendo que é precisamente a pessoa que tem esse nome. Essa explicação resultaria circular. A teoria descritivista seria – em grande medida – trivialmente verdadeira se nos fosse permitido associar a um nome próprio uma descrição definida desse tipo (...). Podemos explicar a mesma coisa com outras palavras. A teoria descritivista pode ser vista também como uma teoria que analisa em que consiste a relação de referência entre nomes próprios e os seus referentes. A teoria diz que a relação se estabelece mediante descrições associadas ao nome. Se a descrição invoca a própria noção de referência (...), então a teoria resulta circular, pois não permite definir (de forma que seja eliminável) o conceito de referência. (OTERO, 2006, p. 60)

Quais são as deficiências ou limitações com as quais essas teses se confrontam? Esse será o tema do capítulo 2.

4 CONCLUSÃO

Na seção 2, foram introduzidas algumas contribuições associadas a John Stuart Mill, Gottlob Frege e Bertrand Russell a respeito do fenômeno lingüístico da referência dos nomes próprios. Viu-se como, a partir do problema ligado ao valor cognitivo de enunciados de identidade com termos correferenciais, Frege desenvolve a noção de sentido, fornecendo dessa forma uma explicação que não estava disponível para uma teoria como a de Mill.

Em seguida, a discussão girou em torno de algumas idéias elaboradas por Bertrand Russell, para quem os nomes comuns abreviam descrições definidas. Tal perspectiva coaduna com a concepção epistemológica russelliana mais geral, que estabelece separação entre conhecimento por contato e conhecimento por descrição.

Em conjunto, a visão de Frege, que introduz a noção de *Sinn* (sentido) de um nome, e a visão de Russell, que considera ser necessário analisar os nomes próprios nos termos da teoria das descrições definidas, dão origem ao que tradicionalmente ficou conhecido como descritivismo. A seção 3 procurou apresentar as principais características do ponto de vista descritivista, mostrando-o na sua versão pura e impura, simples e modificada. Em 3.1, o objetivo foi expor o conjunto de teses que caracteriza a concepção descritivista, tal como Kripke a entende em *N&N*.

CAPÍTULO 2 KRIPKE E A REJEIÇÃO DO DESCRITIVISMO

1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, investiga-se como se dá a rejeição, por parte de Kripke, da abordagem sobre a linguagem caracterizada anteriormente. É a partir da crítica ao descritivismo que emerge a concepção histórico-causal, para a qual Kripke forneceu contribuição decisiva, como se verá nesta dissertação. Para dar conta dessas tarefas, o capítulo foi estruturado em 4 seções, além desta apresentação.

A seção 2 está voltada para a exposição de alguns conceitos fundamentais para a compreensão de todo o debate desenvolvido em *N&N*. Nela, primeiramente é apresentada a demarcação entre os diferentes tipos de modalidades. Assim, procura-se separar claramente as noções epistêmicas de *a priori* e *a posteriori*, as noções metafísicas de necessidade e possibilidade e as noções semânticas de analítico e sintético. Também merece atenção o conceito de mundos possíveis, bem como a distinção entre o uso de uma descrição com o objetivo de fixar a referência de um termo e o seu uso a fim de fornecer o significado do nome. A discussão sobre a designação rígida ocupará parte substancial dessa seção.

Na seção 3, o tema são os argumentos elaborados em *N&N* com vistas à crítica do descritivismo. Esses argumentos são dirigidos às teses enumeradas no capítulo anterior e se dividem em três tipos: modal, semântico e epistêmico. Em linhas gerais, o argumento modal visa a mostrar que a concepção descritivista atribui necessidade a propriedades que reconhecemos serem tidas pelos objetos apenas de modo contingente. O argumento semântico salienta como não precisamos possuir descrições unívocas a fim de nos referirmos aos objetos. O argumento epistêmico, por sua vez, mostra que, para que ocorra a referência, não é necessário que o falante conheça *a priori* as descrições vinculadas aos particulares.

Na seção 4, é a própria alternativa kripkeana ao descritivismo que passa a ocupar o primeiro plano. Para explicar o mecanismo de referência, a concepção histórico-causal baseia-se nas idéias de batismo – momento em que o indivíduo é designado pela primeira vez – e cadeia social de transmissão do nome. A subseção 4.1 trata de alguns problemas enfrentados por esse modelo explicativo.

Finalmente, a conclusão destaca brevemente os principais resultados alcançados no percurso feito neste capítulo.

2 ALGUMAS NOÇÕES IMPORTANTES

Em *N&N*, Kripke critica o descritivismo, tanto o simples quanto a versão modificada, e apresenta uma compreensão alternativa para a função referencial dos nomes próprios. Nessa obra, podem ser identificadas duas dimensões: a destrutiva e a construtiva, sendo que a primeira prepara o terreno para a segunda. Essa é a ordem geral que a presente parte deste trabalho seguirá. Os argumentos apresentados contra o descritivismo, representado pelo conjunto de teses relacionadas no capítulo anterior, pertencem a três tipos: modais, semânticos e epistêmicos. Convém agora esclarecer algumas noções fundamentais sem as quais não poderemos entender esses argumentos.

O ponto de partida serão as distinções traçadas entre os vários tipos de modalidades: epistêmicas (*a priori* e *a posteriori*), metafísicas (necessário, contingente, possível, impossível) e semânticas (analítico e sintético). Com isso, Kripke pretende afastar-se daqueles que usavam essas noções como se fossem praticamente intercambiáveis. A respeito dessa identificação, Searle, por exemplo, afirma:

Com efeito, era uma característica da filosofia analítica desse período [meados do séc. XX] termos como ‘analítico’, ‘necessário’, ‘*a priori*’ e ‘tautológico’ serem tomados como co-extensivos. Diferentes dessas são as proposições sintéticas, que, se fossem verdadeiras, seriam verdadeiras como um fato empírico, e não apenas como questão de definição. (...) Tais verdades empíricas, dessa perspectiva, não são jamais necessárias; pelo contrário, são contingentes. Para os filósofos que sustentavam essa concepção, os termos ‘*a posteriori*’, ‘sintético’, ‘contingente’ e ‘empírico’ eram tomados como mais ou menos co-extensivos. (SEARLE, 2002, p. 3)

Assim, em oposição a uma equivalência que poderia ser realizada entre os domínios do necessário, do *a priori* e do analítico, Kripke chama a atenção para a importância de se separar os diferentes campos envolvidos.²⁴ Com efeito, o *a priori* e o *a posteriori* dizem respeito ao nosso conhecimento, se ele é dependente ou não da experiência.

Desse modo, uma verdade *a priori* é uma verdade que pode ser conhecida como tal independentemente da experiência, enquanto uma verdade *a posteriori* só pode ser conhecida como tal – pelo menos conhecida por nós, seres humanos com capacidades cognitivas limitadas – a partir do contato com o mundo. Deve-se atentar aqui para o “pode” presente nessa caracterização. De fato, uma verdade, embora tenha o estatuto epistêmico de ser *a priori*, poderia ser conhecida empiricamente: podemos vir a saber o resultado de um conta

²⁴ A versão antiga desse trecho, menos matizada, foi alterada em função das observações do prof. Tiago Trajan, que apontou o seu caráter impreciso.

matemática a partir da resposta dada por um computador, conhecimento que dependeria de nossa confiança obtida a partir da experiência a respeito da maneira como os computadores são construídos, por exemplo.

O mesmo resultado matemático, porém, poderia em tese ser alcançado por qualquer indivíduo que se dispusesse ele mesmo a fazer a conta; de maneira *a priori*, portanto (cf. KRIPKE, 1980, p. 35). Desse modo, “(...) [p]odemos assim dizer que apesar de as verdades conhecíveis *a priori* serem derivadamente conhecíveis *a posteriori*, nenhuma verdade conhecível *a priori* é primitivamente conhecível *a posteriori*”. (MURCHO, 2002, p. 23)

Por sua vez, termos como “necessário” ou “possível” estão ligados ao âmbito da metafísica, na medida em que dizem respeito à maneira objetiva, por assim dizer, como as coisas são ou podem ser. Assim, se pensarmos que em nenhuma circunstância contrafactual um objeto qualquer pode deixar de possuir certas propriedades, então devemos dizer que essas propriedades são necessárias para o objeto em questão. Se, porém, há alguma circunstância possível na qual o objeto existe sem tais propriedades, então as propriedades seriam meramente contingentes.

É a partir da distinção clara operada entre modalidades epistêmicas (*a priori*, *a posteriori*) e modalidades metafísicas que se torna compreensível a defesa de verdades necessárias *a posteriori*. Dentro dessa perspectiva, Kripke também defenderá a existência de verdades *a priori* contingentes. Esse último conjunto de verdades, entretanto, não será objeto de atenção neste estudo. Para a análise mais detida das verdades necessárias *a posteriori*, o leitor deve consultar o capítulo 3 deste trabalho.

Nesse momento, em face das observações precedentes, talvez se pudesse levantar a seguinte questão: por que alguns filósofos foram levados a identificar as categorias do necessário e do *a priori*? Kripke apresenta duas razões que poderiam estar na origem dessa equivalência.

Em primeiro lugar, pode ser que os filósofos identificaram uma verdade necessária como sendo *a priori* porque pensaram que, dado que era necessária e, portanto, verdadeira em qualquer circunstância possível, isso só poderia ocorrer se o seu valor de verdade não dependesse de modo algum do mundo empírico, razão por que só poderia ser conhecida de maneira *a priori*.

Em segundo lugar, o raciocínio poderia ter tomado o seguinte curso: “(...) inversamente, se algo é conhecido *a priori*, tem de ser necessário, porque foi conhecido sem examinar o mundo. Se dependesse de algum traço contingente do mundo real, como você poderia conhecê-la sem examiná-lo?” (KRIPKE, 1980, p. 38)

É exatamente contra esse modo de colocar a questão que Kripke procura argumentar. A respeito disso – e a título de síntese do que foi até aqui abordado –, podem ser encontrados os seguintes trechos em *N&N*:

Os filósofos têm falado (e, claro, houve em anos recentes controvérsia considerável sobre a significatividade dessas noções) [sobre] várias categorias de verdade, que são chamadas de “*a priori*”, “analíticas”, “necessárias” – e, às vezes, até mesmo “certas” é jogado nesse monte. Os termos são freqüentemente usados como se fosse uma questão interessante *se* existissem coisas que respondessem a esses conceitos, mas podemos muito bem considerar tudo como significando a mesma coisa. (...) Na discussão contemporânea, muito poucas pessoas, se é que há alguém, distinguem entre os conceitos de enunciados serem *a priori* e de serem necessários. De qualquer maneira, eu *não* vou aqui usar os termos “*a priori*” e “necessário” de forma intercambiável. (...) Em primeiro lugar, a noção de ser *a priori* é um conceito da epistemologia. (...) [Alguns filósofos] pensam que se algo pertence ao reino do conhecimento *a priori*, não poderia ser conhecido empiricamente. Isso é um erro. Algo pode pertencer ao reino desses enunciados que *podem* ser conhecidos *a priori*, mas ainda assim podem ser conhecidos por pessoas particulares com base na experiência (...). (KRIPKE, 1980, p. 34-35)

Os termos “necessário” e “*a priori*”, então, quando aplicados a enunciados, *não* são sinônimos óbvios. Pode haver um argumento filosófico que os conecte, talvez até mesmo que os identifique; mas é necessário um argumento, não basta simplesmente a observação de que os dois termos são claramente intercambiáveis. (Eu vou argumentar (...) que, na verdade, eles não são nem mesmo coextensivos – que existem verdades necessárias *a posteriori* e, provavelmente, verdades contingentes *a priori*. (KRIPKE, 1980, p. 38)

Mais importante do que qualquer exemplo particular de algo que se alega ser necessário e não *a priori*, ou *a priori* e não necessário, é ver que as noções são diferentes, que não é trivial argumentar, com base em algo que talvez só possamos conhecer *a posteriori*, que não é uma verdade necessária. Não é trivial, só porque algo é, em algum sentido, conhecido *a priori*, que o que é conhecido seja uma verdade necessária. (KRIPKE, 1980, p. 38-39)

Façamos agora algumas considerações a respeito do par analítico-sintético. O enunciado “Netuno é o planeta que causa tais e tais perturbações em Urano” é sintético, já que é verdadeiro ou falso dependendo de circunstâncias do mundo, não podendo ter o seu valor de verdade determinado a partir apenas da mera reflexão sobre o significado das expressões constituintes. Por outro lado, enunciados analíticos, na estipulação dada por Kripke, são verdadeiros, em qualquer situação contrafactual, em virtude dos significados das palavras que os compõem (juntamente com a sintaxe). O enunciado “solteiros são homens não-casados” é um exemplo de analiticidade nesse sentido.

Nesse quadro, diante de um enunciado analítico qualquer, podemos determinar que será também necessário e *a priori*, ao passo que, de um enunciado sintético, podemos apenas inferir de pronto que será conhecido *a posteriori*, podendo o seu estatuto metafísico, porém, ser de tipo contingente ou necessário.

(...) Os exemplos comuns de enunciados analíticos, atualmente, são como “solteiros são homens não-casados”. (...) De todo modo, vamos tornar objeto de estipulação que um enunciado analítico é, em algum sentido, verdadeiro em virtude do seu significado e verdadeiro em todos os mundos possíveis em virtude do seu significado. Assim, algo que é analiticamente verdadeiro será tanto necessário quanto *a priori*. (Isso é um tipo de estipulação). (KRIPKE, 1980, p. 39)

A noção de mundos possíveis desempenha um papel central na concepção de Kripke. Por isso, será o foco da atenção agora²⁵. Falar em mundos possíveis é uma outra maneira de falar de situações contrafactuais, isto é, de circunstâncias que poderiam ter acontecido de modo diferente relativamente ao mundo real ou atual (entendendo-se “mundo atual” não temporalmente, mas sim no sentido de mundo em ato ou efetivo). Assim, uma situação na qual Pelé se forma numa faculdade de medicina, não demonstrando ao longo da vida nenhum interesse por futebol, é um mundo possível na aceção especificada.

Embora haja quem defenda a realidade dos mundos possíveis – David Lewis é o principal representante dessa posição –, para Kripke, ao fazermos uso do vocabulário dos mundos possíveis, não precisamos nos comprometer com a sua existência ontológica. De fato, nessa perspectiva, mundos possíveis não devem ser entendidos como planetas distantes, mas sim como histórias alternativas, ou, para colocar em outros termos, como maneiras como as coisas poderiam ter sido (cf. KRIPKE, 1980, p. 15-20).

Essa maneira de entender o idioma dos mundos possíveis permite a Kripke deixar de lado o debate sobre as identidades transmundiais. Essa discussão gira em torno de supostos critérios necessários para a identificação, em diferentes mundos possíveis, do mesmo particular de que se fala. Na visão de Kripke, no ato mesmo de descrevermos uma situação contrafactual, já estabelecemos de quem estamos falando. Os termos sempre têm o significado e a referência fixados a partir do mundo real, de forma que nem mesmo se coloca o problema de saber se estamos ou não falando, em mundos possíveis diferentes, de um mesmo particular existente no mundo real²⁶.

²⁵ Para uma história do uso do conceito de mundos possíveis, que procura resgatar a idéia em discussões teológicas da filosofia da Idade Média, cf. Buckhardt (2007).

²⁶ Otero identifica em *N&N* dois problemas diferentes, mas relacionados, em torno da questão sobre identidades entre mundos possíveis diversos. Um dos problemas, considerado espúrio por Kripke, é exatamente esse, que pretende questionar a significatividade de se falar de um mesmo particular em diferentes situações concebíveis. O outro problema, considerado legítimo, possui outra natureza e gira em torno da seguinte questão: “(...) o que determina que um objeto *a* e um objeto *b*, pertencentes a mundos possíveis diferentes, sejam ou não o mesmo objeto? A solução a essa questão se relaciona, efetivamente, com as propriedades essenciais do objeto” (OTERO, 2006, p. 129). O capítulo 3 se ocupará da análise do essencialismo kripkeano.

Por que não pode ser parte da *descrição* de um mundo possível que ele contenha *Nixon* e que, naquele mundo, *Nixon* não tenha vencido a eleição? Pode ser uma questão, claro, [saber] se um tal mundo *é* possível. (Aqui me parece, *prima facie*, ser claramente possível). Mas, uma vez que vejamos que uma tal situação *é* possível, então nos é dado que o homem que poderia ter perdido a eleição ou que perdeu a eleição nesse mundo possível *é* Nixon, porque isso *é* parte da descrição do mundo. “Mundos possíveis” são *estipulados*, não *descobertos* por telescópios poderosos. (KRIPKE, 1980, p. 44)

Outra distinção importante diz respeito às noções ligadas ao uso de uma descrição para dar o significado e ao uso que objetiva fixar a referência²⁷. O descritivismo, na formulação apresentada aqui, *é* tanto uma teoria do significado quanto uma teoria da referência, já que a descrição²⁸, tomada como aquilo que fornece o sentido do nome, *é* também o mecanismo envolvido no estabelecimento da sua referência. Ocorre que esse não precisa ser necessariamente o caso.

Para que se compreenda essa distinção, podemos tomar o caso histórico de Netuno²⁹. A descoberta de Netuno se deu a partir da postulação de que deveria haver um planeta, até então desconhecido, que causava determinadas perturbações na órbita de Urano. Se Le Verrier, o astrônomo responsável pela previsão, tivesse dito: – *Por “Netuno” vou chamar o planeta que está causando tais e tais perturbações na órbita de outros corpos celestes* –, então teríamos aí um exemplo de referente de nome próprio fixado via descrição (cf. KRIPKE, 1980, p. 79). Mesmo supondo que as coisas tenham ocorrido desse modo, porém, isso não quer dizer que a descrição “o planeta que causa tais e tais perturbações na órbita de Urano” seja analiticamente equivalente ao nome próprio “Netuno” (a descrição não dá o significado do nome, portanto), uma vez que o enunciado “Netuno *é* o planeta que causa tais e tais perturbações em Urano” não *é* verdadeiro em todos os mundos possíveis.

Em outras palavras, para Le Verrier (ou, de maneira mais geral, para qualquer introdutor de um nome via descrição), um enunciado de identidade entre o nome e a descrição *é* conhecido *a priori*, mas tal não implica que seja também necessário, isto *é*, verdadeiro em todos os mundos possíveis, pois, uma vez introduzido o nome na língua comum, ele aponta sempre para o mesmo referente, mesmo naquelas situações ou mundos possíveis em que a descrição expressa propriedades que já não são verdadeiras do objeto em questão. Desse modo, depois de ter introduzido o nome via descrição, “Leverrier poderia muito bem ter acreditado que, se Netuno tivesse saído do seu curso um milhão de anos atrás, não teria

²⁷ A distinção aparece nas páginas 31-33 de Kripke (1980).

²⁸ Ou conjunto/aglomerado/família de descrições, segundo a versão modificada. Por simplicidade, em partes do texto, será usada “descrição” (no singular).

²⁹ A reformulação dessa parte, com vistas à obtenção de maior clareza, foi motivada pelas observações do prof. Tiago Tranjan.

causado tais perturbações [na órbita de Urano] e mesmo que um outro objeto poderia ter causado as perturbações no seu lugar” (KRIPKE, 1980, p. 79, nota 33).

O parágrafo anterior antecipa um aspecto fundamental da concepção sobre a referência desenvolvida em *N&N*. De fato, uma das principais teses de Kripke é que, em nossas práticas comunicativas comuns, nomes próprios são usados como *designadores rígidos*³⁰. Numa primeira aproximação, pode-se dizer que um termo é um designador rígido se ele se refere ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que esse indivíduo existe. Caso se trate de um existente necessário (como os números ou Deus, se existir), então o designador é dito ser fortemente rígido (KRIPKE, 1980, p. 49). “Pelé”, por exemplo, é um designador rígido, pois o nosso uso do nome é tal que ele se refere ao mesmo indivíduo nas mais variadas situações, mesmo quando imaginamos uma situação na qual Pelé não se torna jogador de futebol, mas sim médico.

Em oposição aos nomes próprios, que são designadores rígidos, temos as descrições definidas, que são designadores não-rígidos ou flexíveis. Na realidade, cabe uma precisão aqui. Algumas descrições definidas são consideradas rígidas, como, por exemplo, “o menor número primo par” ou “a raiz quadrada de 81”. A rigor, devemos dizer, então, que os nomes próprios são rígidos de direito (*de jure*), enquanto as descrições definidas, se são rígidas, o são de fato (*de facto*).

Para que se vejam mais claramente as diferenças entre designadores rígidos e não-rígidos, considere-se mais um exemplo. “Dilma Rousseff” se refere à Dilma, mesmo num mundo possível no qual ela não tenha entrado para a política. Contudo, a descrição “a candidata do PT para a eleição presidencial de 2010”, embora no mundo real tenha a Dilma como referente, poderia, numa situação alternativa possível, referir-se a Marta Suplicy, se Marta Suplicy tivesse sido escolhida pelo PT para ser a candidata do partido naquela ocasião.

Na realidade, parece haver uma oscilação por parte do próprio Kripke no que se refere à sua compreensão do que é um designador rígido³¹. De maneira geral, a noção procura captar uma diferença intuitiva relativamente ao comportamento de nomes próprios e descrições

³⁰ Houve uma polêmica, iniciada a partir de artigo de Quentin Smith lido numa reunião da American Philosophical Association, em 1994, a respeito de se a Kripke caberia exclusivamente o mérito pela elaboração das idéias relacionadas à referência e à necessidade, dentre elas o conceito de designador rígido. A principal alegação de Smith é de que as idéias centrais que viriam a se tornar conhecidas através de *N&N* já se encontravam presentes na obra da lógica americana Ruth Barcan Marcus. Esse fato não teria sido devidamente reconhecido por Kripke, embora ele tenha participado, em 1962, de um seminário no qual Marcus defendera as suas teses. Essa controvérsia não será abordada na presente dissertação. Um bom material a respeito de toda a polêmica, o qual inclui os artigos de Smith e de Soames – que saiu em defesa de Kripke –, além de outros textos sobre o assunto, é Humphreys; Fetzer (1998).

³¹ Comparar, por exemplo, o final da nota 21 (KRIPKE, 1980, p. 21) do prefácio e o que é dito nas páginas 48-9 (KRIPKE, 1980).

definidas em situações contrafactuais – enquanto o referente de uma descrição pode variar em diferentes circunstâncias imaginadas, o referente de um nome é fixo, sempre apontando para o mesmo indivíduo nas mais diversas situações.

E se pensarmos, contudo, num mundo possível no qual não existe o referente do nome? Por exemplo, num mundo possível no qual Pelé não existe – talvez porque nele os seus pais nunca se encontraram –, qual seria a referência de “Pelé”? Questões como essa exigem uma elaboração mais fina do aparato teórico da designação rígida. Seguindo Ahmed (2007, p. 19)³², podemos estabelecer a seguinte tabela:

Espécies de designador	Definição
Designador inflexível ³³	Termo que se refere à mesma coisa em todos os mundos possíveis nos quais o termo tiver alguma referência
Designador moderadamente rígido	Termo que se refere à mesma coisa em todos os mundos possíveis nos quais essa coisa existe
Designador persistentemente rígido	Termo que se refere à mesma coisa em todos os mundos possíveis nos quais essa coisa existe e, em todos os outros mundos, a nada se refere
Designador obstinadamente rígido	Termo que se refere à mesma coisa em todos os mundos possíveis, tanto naqueles nos quais a coisa existe quanto naqueles nos quais não existe

Tabela 1 – Designação rígida

Como dito antes, o entendimento de Kripke a respeito do que seja um designador rígido flutua entre algumas dessas opções possíveis. A esse respeito, a observação de Fitch é esclarecedora:

Quando Kripke introduziu, pela primeira vez, a noção de um designador rígido, surgiu a questão quanto à intenção de Kripke a respeito de “Aristóteles” quando se

³² Ahmed, por sua vez, baseia-se em caracterizações que aparecem em Hughes (2004, p. 20) e na edição de 1980 de *Reference and Essence*, de Salmon (1980, p. 33-34).

³³ Hughes (2004, p. 20) define um designador inflexível como aquele termo cujo referente não poderia ser diferente do objeto que é de fato referido: “Qualquer designador rígido será inflexível, mas o contrário não é verdadeiro” (HUGHES, 2004, p. 20). Isso é assim por que – para dar um exemplo de Ahmed (2007, p. 19) –, embora a expressão “o menor fator do meu número favorito” se refira, digamos, ao número 1, há certamente mundos possíveis nos quais existe o 1 – trata-se de algo tradicionalmente reconhecido como um existente necessário –, mas o tal número não é designado pela expressão (a saber, mundos possíveis onde não existo).

consideram mundos possíveis nos quais Aristóteles não existe. Alguns pensaram que Kripke pretendia que “Aristóteles” se referisse a Aristóteles mesmo quando se considera um mundo possível no qual Aristóteles não existe. Esta visão recebe algum apoio de uma afirmação que Kripke faz no prefácio de *Naming and Necessity*, que foi escrito alguns anos depois de as conferências terem sido dadas. (...) David Kaplan [aqui, Fitch refere-se ao artigo “Demonstratives”, de Kaplan] relatou, porém, que, em correspondência, Kripke indicara que pretendia permanecer neutro a respeito de o que os nomes designam, se é que designam algo, quando se consideram mundos nos quais o objeto em questão não existe. Assim, Kripke pretendia que a noção de um designador rígido, quando se aplica a nomes próprios, seja entendida como segue: Um termo *d* é um designador rígido de um objeto *x* se, e somente se, *d* designa *x* em todo mundo possível no qual *x* existe e não designa nada diferente de *x* em qualquer mundo possível. Essas condições para um designador rígido deixam em aberto a questão de se o nome “Aristóteles” (por exemplo) designa algo em mundos nos quais Aristóteles não existe. (FITCH, 2004, p. 36-37)

Contudo, pode-se dizer, em conformidade com Hughes (2004, p. 21), que, das espécies de designação relacionadas, a designação obstinada é a que parece estar, do ponto de vista teórico, em maior conformidade com a posição kripkeana mais geral de rejeição ao descritivismo. De fato, se os nomes se referem diretamente a um objeto, no sentido de não existir a necessidade de intermediação de descrições ou propriedades que selecionariam univocamente esse objeto (essa tese, assim como os argumentos que a procuram estabelecer, será discutida adiante), parece não haver razão para recusar que eles sejam sobre objetos – os objetos referidos pelos termos no mundo real – mesmo em outros mundos possíveis nos quais esses objetos (designados no mundo real) não existem.

Com efeito, partimos sempre da referência que os designadores têm no mundo real e da linguagem tal como é correntemente usada entre nós – não constitui problema para a posição de Kripke aceitar que, em outros mundos possíveis, os mesmos termos usados no mundo real tenham sentidos diferentes – e, depois, indagamos se seria possível haver alguma circunstância em que os objetos, tais como referidos por nossa linguagem, não existiriam. Por exemplo, podemos pensar num mundo possível onde Pelé não nasceu (suponhamos que os seus pais nunca tenham se encontrado, como dito antes); nesse caso, ainda assim estaríamos falando do mesmo Pelé, do mesmo indivíduo, de outra forma a questão nem sequer teria sentido.

É importante esclarecer, antes de avançar, pelo menos dois aspectos que poderiam levar a críticas a respeito da designação rígida³⁴. Essa tese não implica que os indivíduos não

³⁴ Para uma utilização da noção de designação rígida numa tradição de pensamento diferente daquela representada por Kripke – o que atesta pelo menos a capacidade explicativa de suas idéias –, ver Bourdieu (2006). Na chave da perspectiva sociológica por ele avançada, os nomes próprios, entendidos como designadores rígidos, atuariam de modo a favorecer a percepção equivocada da vida humana enquanto unidade que, embora formada por sucessivos acontecimentos, é dotada de ordem e orientada por algum plano. Assim, os nomes são

poderiam ter nomes diferentes daqueles que de fato possuem. Claramente, Dilma Rousseff poderia ter tido “Maria” como nome, se os seus pais assim o quisessem. A questão é que, uma vez que ela de fato se chama “Dilma”, usamos o nome “Dilma” para nos referirmos a ela nos mais variados mundos possíveis, mesmo naqueles em que ela não exerce nenhum tipo de atividade política.

Um outro questionamento que poderia surgir liga-se ao problema dos homônimos. No caso de “Sócrates”, por exemplo, há o famoso filósofo grego, mas há também o ex-jogador brasileiro que durante a década de 1980 fez sucesso no time do Corinthians e morreu em 2011, para não falar dos muitos outros Sócrates mundo afora. Como lidar com tal fato? No prefácio de *N&N*, Kripke considera essa situação (1980, p. 7-9). A principal alegação é que a existência de vários indivíduos com o mesmo nome é irrelevante para a noção de designador rígido.

Na realidade, a questão a respeito da rigidez só se coloca depois de estabelecida a interpretação do nome a ser considerado. Assim, somente depois de termos fixado o entendimento de que por “Sócrates”, por exemplo, vamos nos referir ao filósofo, no contexto relevante, e não ao jogador, surge a questão: Sócrates – entendido daquela maneira – poderia não ter sido professor de Platão? O contexto é capaz de esclarecer a leitura pertinente do nome próprio. De todo modo, por razões de simplicidade apenas, parte-se do pressuposto de que nomes possuem portadores únicos, prática essa também adotada pelos descritivistas.

Em Fitch (2004a, p. 45), é possível encontrar, sistematizadas, as posições teóricas possíveis diante do problema dos homônimos. As posições são as seguintes, tomando o exemplo de “Sócrates”, que em contextos diferentes pode referir-se tanto ao filósofo quanto ao jogador: a) são nomes diferentes; b) trata-se do mesmo nome, mas com significados diferentes; e c) trata-se do mesmo nome com o mesmo significado. Apenas a adoção de c poderia ser um obstáculo para a noção de designador rígido, pois, nesse caso, “Sócrates” não será rígido, já que, em algumas situações, refere-se ao filósofo, enquanto em outras o mesmo nome aplica-se ao ex-jogador.

No entanto, c é uma posição que tem os seus próprios problemas e não constitui ameaça real à tese da designação rígida, seja porque a descrição que proporcionaria o significado único – por exemplo, algo do tipo “o portador de ‘Sócrates’” –, é suscetível aos argumentos de Kripke contra o descritivismo, tratados abaixo, e viola a condição de não-circularidade; seja porque, se assimilados ao comportamento de demonstrativos (um outro

tomados como suportes para as identidades sociais que se mantêm constantes nos mais diversos espaços da sociedade. Agradeço à Patrícia Hetti por ter trazido à minha atenção essa referência.

caminho seguido pelos defensores do posicionamento c, tendo como significado algo como “Este Sócrates”), então há, para cada contexto, a fixação do referente. Nesse último caso, a questão a respeito da designação rígida só se coloca depois de estabelecido o entendimento sobre a quem se refere o nome próprio.

Ademais, poder-se-ia querer ressaltar que ocorrências de “Sócrates” (referente ao filósofo) e “Sócrates” (referente ao jogador de futebol) pertencem a diferentes cadeias históricas e podem ser vistas como nomes diferentes. Kripke não chega propriamente a defender essa prática – de tratar homônimos que nomeiam objetos diversos como nomes diferentes –, já que pretende ficar neutro quanto a essas questões, mas se mostra simpático a uma tal convenção (KRIPKE, 1980, p. 8).

Uma vez apresentadas essas noções-chave, serão examinados agora os argumentos mobilizados contra a concepção descritivista a respeito da referência dos nomes próprios.

3 OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS AO DESCRITIVISMO

3.1 Argumento modal

Uma implicação do descritivismo é que a descrição – ou o conjunto de descrições – associada ao nome pelo falante é exemplificada necessariamente pelo objeto referido, já que a descrição seria analiticamente equivalente ao nome. Isso é o que afirma a tese 6. Assim, se, para simplificar, a descrição associada a “Aristóteles” for “o professor de Alexandre Magno”, então um enunciado como “Aristóteles foi professor de Alexandre Magno” seria uma verdade analítica e necessária. No entanto, é contingente o fato de Aristóteles ter ensinado Alexandre Magno – Aristóteles poderia nunca ter se interessado por filosofia e por questões de ensino. Mesmo numa tal situação, porém, com “Aristóteles” ainda nos referimos a Aristóteles.

A maioria das coisas comumente atribuídas a Aristóteles são coisas que Aristóteles poderia não ter feito, em absoluto. Uma situação em que ele não as fez, nós a descreveríamos como uma situação em que *Aristóteles* não as fez. (...) Não apenas é verdadeiro *do* homem Aristóteles que ele poderia não ter sido professor; é também verdadeiro que nós usamos o termo “Aristóteles” de uma forma tal que, ao concebermos uma situação contrafactual na qual Aristóteles não foi para nenhuma das áreas e não realizou nenhum dos feitos que comumente atribuímos a ele, ainda diríamos que essa era uma situação na qual *Aristóteles* não fez essas coisas. (KRIPKE, 1980, p. 61-62)

Mais formalmente, o argumento modal, tal como se depreende das considerações de Kripke, pode ser formulado da seguinte maneira:³⁵

- (1) Se “Aristóteles” significa o mesmo que “O professor de Alexandre”, então é necessariamente o caso que Aristóteles foi o professor de Alexandre (Premissa)
- (2) Não é necessariamente o caso que Aristóteles foi o professor de Alexandre (Premissa)
- (3) Se TFR é verdadeira, então “Aristóteles” significa o mesmo que “O professor de Alexandre” (Premissa)
- (4) “Aristóteles” não significa o mesmo que “O professor de Alexandre” (de 1, 2)
- (5) TFR é falsa (de 3, 4). (AHMED, 2007, p. 20)

Um foco de ataque possível ao argumento reside na primeira premissa (Ahmed, 2007, p. 20). Com efeito, pode-se indicar, logo de saída, que a descrição “o professor de Alexandre” é passível de dupla leitura: com âmbito (ou escopo) curto e longo. Assim – “É necessariamente o caso que Aristóteles foi o professor de Alexandre” – que é o conseqüente de (1), poderia ser visto de duas formas diferentes, dependendo de como se considera a descrição (sendo regida pelo operador modal ou o regendo):

- (1) Necessariamente, Aristóteles foi o professor de Alexandre
- (2) O professor de Alexandre é tal que: necessariamente, ele foi Aristóteles

O argumento pressupõe (1), porém (2) é uma interpretação disponível ao descritivista. Se assim for, então torna-se possível defender – contanto que em contextos modais a descrição seja sempre tomada em seu âmbito longo –, que os termos “Aristóteles” e “o professor de Alexandre”, do argumento precedente, de fato têm o mesmo significado; isso porque, na leitura da descrição com âmbito longo, primeiramente é selecionado um indivíduo do mundo real e, em seguida, diz-se, desse indivíduo do mundo real, o que quer que seja o caso.

Há, contudo, uma apresentação da tese da designação rígida, oferecida por Kripke (1980, p. 6-7), que não faz apelo a noções modais, como é o caso do “necessariamente” da primeira premissa. Dessa forma, a partir de tal formulação, o argumento não fica sujeito à manobra anterior.

Um entendimento adequado desse enunciado [a saber, Aristóteles gostava de cachorros] envolve entender tanto as condições (extensionalmente corretas) sob as

³⁵ Para fins de simplificação, nessa reconstrução do argumento modal, oferecida por Ahmed, estabeleceu-se que o significado de “Aristóteles” consiste numa única descrição, “o professor de Alexandre” [o Grande]. Deve-se ter em mente, contudo, que o argumento, devidamente reformulado, também é aplicável à versão modificada do descritivismo. Por TFR (Teoria de Frege e Russell), na formulação desse argumento e e em ocorrências posteriores, deve-se entender o que neste trabalho é designado com o termo “descritivismo”.

quais ele é de fato verdadeiro, *quanto* as condições sob as quais um curso contrafactual da história, parecendo-se com o curso atual em alguns aspectos mas não em outros, seria corretamente (parcialmente) descrito por (I) [i.e, pelo enunciado sobre Aristóteles e cachorros]. (KRIPKE, 1980, p. 6)

Nessa passagem, Kripke observa que compreender um enunciado como “Aristóteles gostava de cachorros”, o qual, por não conter operadores modais, não cria espaço para a distinção de escopos, envolve a compreensão de pelo menos dois aspectos. Por um lado, é necessário entender as condições que o tornam verdadeiro no mundo real – haver um homem, Aristóteles, que de fato gostava de cachorro. Por outro lado, associadas à compreensão do enunciado, estão também as condições extensionais que, numa situação contrafactual, torná-lo-iam verdadeiro. Assim, num mundo possível diferente do real, aquele enunciado é verdadeiro apenas se o mesmo indivíduo – Aristóteles – gostava de cachorro.

Aplicando essas idéias ao argumento modal, resulta claro que os termos “Aristóteles” e “O professor de Alexandre”, se sinônimos, como quer o descritivista, devem contribuir da mesma maneira para as condições de verdade dos enunciados em que aparecem, supondo que tudo o mais seja igual. No entanto, em diferentes mundos possíveis, as condições de verdade dos dois enunciados (em tudo o mais idênticos, só diferindo nos dois termos) vão ser claramente variáveis, dado que, se com “Aristóteles” se fala sempre da mesma pessoa, o mesmo não ocorre com “o professor de Alexandre” – em diferentes mundos possíveis, diferentes indivíduos serão selecionados pela descrição.

Nesse sentido, Fitch diz o seguinte:

Podemos resumir o argumento modal da seguinte forma. Considere as frases:

(1) Aristóteles foi um professor.

(2) O professor de Alexandre etc. foi um professor

As frases (1) e (2) têm diferentes valores de verdade na mesma situação contrafactual. Considere uma situação na qual Aristóteles não foi professor, mas uma outra pessoa ensinou Alexandre, o Grande. Em tal situação, (1) é falso, mas (2) é verdadeiro. Se “Aristóteles” significa “o professor de Alexandre etc.”, então (1) e (2), em qualquer situação contrafactual, não poderiam diferir em valor de verdade. Portanto, a teoria descritivista capta os fatos modais de forma errada. (FITCH, 2004a, p. 38)

Uma outra resposta a que pode recorrer o defensor do descritivismo – a rigor, apenas o defensor do descritivismo de tipo impuro –, diante do argumento modal, é sustentar a “rigidificação” das descrições definidas. Nesse caso, o procedimento consiste em defender que uma descrição como “o professor de Alexandre” está incompleta, na medida em que, adequadamente compreendida, a abreviação do nome “Aristóteles” seria “o *real* professor de Alexandre”. O acréscimo do indexical *real* vincula a descrição definida ao nosso mundo,

acarretando sempre a escolha do mesmo indivíduo designado; a saber, daquele selecionado univocamente no mundo real.

Também nesse caso, é possível rejeitar a saída do descritivista. Uma posição nessa direção, por exemplo, é desenvolvida por Branquinho (2000), o qual procura estabelecer que, mesmo rigidificadas dessa forma, as descrições ainda ficam vulneráveis ao ataque modal. Em termos gerais, o argumento de Branquinho busca mostrar que, enquanto os nomes são designadores rígidos obstinados, as descrições definidas rigidificadas são designadores rígidos persistentes. Essa diferença implica que, em mundos nos quais não existe o objeto referido, os termos exibem diferentes comportamentos, não sendo correferenciais. A conclusão é que um nome próprio e a descrição rigidificada correspondente não seriam termos semanticamente equivalentes.

Como aponta Ahmed (2007, p. 25), outro desafio ao argumento modal pode ser localizado na idéia mesma de *significado*, pressuposta, por exemplo, na primeira premissa. São famosas as críticas de Quine à sinonímia. Kripke não elabora muito a sua concepção sobre o tema, parecendo confiar numa noção intuitiva, o que seria insuficiente para nos ajudar diante de casos problemáticos.

Deve-se ter em vista, contudo, que um questionamento radical do significado, à la Quine, além de ter de enfrentar as objeções específicas que lhe são feitas, afeta também os partidários do descritivismo. Além disso, como visto, é possível apresentar o argumento modal de uma forma simplificada e que não depende extensamente do uso da própria noção de significado. Na versão dada por Fitch, tudo o que é necessário é que avaliemos o comportamento de dois enunciados em situações contrafactuais.

Seja como for, restam ainda os outros dois tipos de argumentos. Para fazermos justiça à força do ataque de Kripke contra a abordagem descritivista, devemos considerar o conjunto dos argumentos na sua totalidade.

3.2 Argumento semântico

Em linhas gerais, o argumento de tipo semântico objetiva mostrar que as nossas práticas lingüísticas comuns são tais que não se enquadram de forma satisfatória dentro do paradigma do descritivismo, questionando assim as condições descritivistas que exigem a posse pelo falante de uma descrição – ou conjunto de descrições, na sua versão modificada – que se aplique, de maneira unívoca, ao objeto referido. Dessa forma, trata-se de argumentação bastante diversa daquela examinada na seção anterior:

O argumento semântico não deve ser confundido com o argumento modal. O argumento modal gira em torno da contingência de certas verdades que seriam necessárias, caso o descritivismo fosse verdadeiro. (...) O argumento semântico gira em torno da alegação de que certas verdades sobre a referência *não* são contingentes, ou pelo menos não são contingentes da forma como seriam se o descritivismo fosse verdadeiro. Por exemplo, que “Peano” se refere a essa pessoa particular não é uma contingência ligada a ela ter descoberto um certo conjunto de postulados, embora assim o fosse se “Peano” significasse “a pessoa que descobriu tais e tais postulados”. (HUGHES, 2004, p. 15)

De modo mais específico, esse argumento busca pôr à prova as teses 2, 3 e 4. Por um lado, o uso de nomes próprios por parte de um usuário competente é bem-sucedido mesmo quando esse usuário da língua não é capaz de especificar uma descrição válida apenas do referente do nome, seja porque mais de um objeto satisfaz a descrição, seja porque nenhum o faz. Por outro lado, mesmo se, por hipótese, aceitarmos o descritivismo e a idéia de propriedades univocamente identificadoras do referente de um nome, não se segue – como sustenta a visão descritivista – que o objeto que satisfaz à maioria das descrições associadas a um nome seja o seu referente.

Para a exemplificação do primeiro ponto da argumentação, consideremos o nome “Cícero”. Cícero, como podemos ler numa enciclopédia, foi um filósofo e orador romano, autor de várias obras, como os *Academica*. Vamos imaginar, agora, que uma pessoa chamada José não conhece tais detalhes. Tudo o que José sabe sobre Cícero – lembranças das aulas de história e filosofia de muito tempo atrás – é que se trata de um *romano antigo*.

De fato, a maioria das pessoas, quando pensam sobre Cícero, pensam apenas num *orador romano famoso*, sem qualquer pretensão de achar que houve apenas um orador romano famoso ou que, para ter um referente para o nome, deve-se saber algo mais sobre Cícero. (KRIPKE, 1980, p. 81)

Ora, se isso é verdade, quando usa o nome “Cícero”, José teria então uma descrição – “romano antigo” – a qual não se aplica univocamente a Cícero, o que, para o descritivismo, impedí-lo-ia de se referir ao indivíduo específico em questão. No entanto, aponta Kripke, as nossas intuições são no sentido de afirmar que a referência ocorre mesmo na ausência de uma descrição univocamente identificadora (KRIPKE, 1980, p. 80-83).

Podemos pensar também numa situação em que a descrição associada a um nome não é verdadeira de nenhum objeto. Para muitos, Einstein é concebido como o inventor da bomba atômica. Se essa for a descrição associada ao nome, devemos dizer, porém, que ninguém a satisfaz, pois a bomba atômica foi o resultado de um esforço conjunto, realizado no âmbito do Projeto Manhattan, e não criação apenas de uma única pessoa (KRIPKE, 1980, p. 87).

O caso de “Einstein” guarda semelhanças com o de “Jonas” (aplicado ao profeta da bíblia), no sentido de aos dois nomes estarem veiculadas descrições falsas, o que não impede, contudo, que os termos sejam capazes de se referirem aos respectivos indivíduos. A respeito de Jonas, eis uma passagem de *N&N*:

Embora os estudiosos da bíblia em geral sustentem que Jonas tenha existido, a história não apenas de ele ter sido engolido por um peixe grande, mas até mesmo de ter ido a Nínive pregar ou qualquer outra coisa que é dita na história bíblica é aceita como substancialmente falsa. Mas, apesar de tudo, há razões para pensar que essa [história relatada pela bíblia] era sobre um profeta real. (KRIPKE, 1980, p. 67).

Por fim, mesmo se aceitarmos a imagem descritivista, não se segue que o indivíduo selecionado pela descrição ou pelo conjunto de descrições seja o objeto referido. Para mostrar isso, Kripke apresenta o exemplo de Schmidt (KRIPKE, 1980, p.83). Suponhamos que Schmidt, e não Gödel, tenha sido o verdadeiro autor do teorema da incompletude da aritmética. Gödel, ainda quando em Viena, apropriou-se da prova e deu um fim ao seu ex-colega Schmidt, apresentando-se desde então como o descobridor daquele importante resultado da lógica.

Nesse caso, quando algum falante usa o nome “Gödel”, ao qual está associada a descrição “o autor do teorema da incompletude de aritmética”, estaria se referindo, na verdade, a Schmidt, e não a Gödel, de acordo com o descritivismo. No entanto, as nossas intuições são de que o nome “Gödel” se refere a Gödel, e não a Schmidt – nomes são designadores rígidos.

Há exemplos reais dessa última possibilidade, na qual o falante possui crenças errôneas a respeito do referente do nome. Kripke menciona, entre outras, a situação relacionada ao nome “Colombo” (KRIPKE, 1980, p. 85). Para muitos, Colombo foi o primeiro europeu a desembarcar na América ou, ainda, a primeira pessoa a perceber que a Terra era redonda.

Não obstante, muito provavelmente tais feitos devam ser atribuídos a algum grego (no que se refere à descoberta de que a Terra é redonda) ou, no que tange a ser o primeiro a chegar a América, a algum viking (ou talvez até mesmo a chineses). Supondo que esse tenha sido o caso, quando as pessoas pretendem se referir a Colombo por meio da descrição “o primeiro europeu a chegar na América”, deveríamos concluir, de acordo com o descritivismo, que na verdade estão se referindo a algum viking ou chinês. Isso, porém, é contra-intuitivo: com “Colombo” estamos nos referindo a Colombo, e não a outra pessoa.

Ahmed oferece a seguinte reconstrução para essa última variante do argumento semântico³⁶:

- (0) Colombo não foi o primeiro homem a perceber que a Terra era redonda (Premissa)
- (1) Se TFR (ou TFRM) [trata-se da versão modificada do descritivismo] for verdadeira, então “Colombo” significa “O primeiro homem a perceber que a Terra era redonda” (Premissa)
- (2) Se TFR (ou TFRM) for verdadeira, então “Colombo” se refere a quem quer que pela primeira vez tenha percebido que a Terra era redonda (de 1)
- (3) Se TFR (ou TFRM) for verdadeira, então “Colombo” não se refere a Colombo (de 0, 2)
- (4) “Colombo” se refere a Colombo (Premissa)
- (5) TFR (e TFRM) é falsa (3,4). (AHMED, 2007, p. 31)

Na análise que faz da formulação acima, Ahmed afirma que, embora válido, o argumento exibe uma tensão entre as premissas um e quatro (AHMED, 2007, p. 33) – as duas premissas não poderiam ser verdadeiras ao mesmo tempo. Para mostrar isso, ele começa indicando que o nome “Colombo” é um nome conhecido e faz parte do estoque compartilhado da nossa língua. Como se trata de nome público, o seu uso envolve deferência relativamente ao uso dos especialistas; no caso, dos historiadores. Sendo assim, os especialistas poderiam estabelecer que, de fato, Colombo não foi o primeiro homem a perceber que a Terra é redonda e, portanto, a premissa um seria falsa, na medida em que pelo menos parte do significado do nome envolveria outras descrições associadas pelos especialistas a ele.

Se, porém, insistirmos que, para um número significativo de outros nomes (para os que, diferentemente de “Colombo”, não são públicos, no sentido em que “Colombo” está sendo considerado como público), é possível destacar descrições que, embora lhes sejam geralmente associadas, são falsas, então o correspondente à premissa quatro seria falso. O que Ahmed procura mostrar é que, se tudo o que um falante associa a um nome for uma descrição equivocada, como a exibida na premissa 1, então o falante, ao usar esse nome, deve ser considerado como de fato se referindo a quem quer que seja que satisfaça à descrição associada (AHMED, 2007, p. 33).

O argumento semântico visa ao descritivismo enquanto concepção para a referência dos nomes próprios (AHMED, 2007, p. 36). Assim, mesmo se reconhecermos a importância da deferência relativamente ao uso dos especialistas, deve-se ter cautela quanto a considerar que tal fato seja favorável à teoria descritivista. Com efeito, as descobertas históricas e as descrições que os historiadores associam a “Colombo”, por exemplo, certamente não podem

³⁶ A numeração foi alterada, com a inserção de uma premissa que Ahmed apenas menciona. Agradeço ao prof. Claudemir Tossato por ter apontado um erro numa versão anterior dessa apresentação, o qual tornava o argumento inválido.

ser conhecidas de maneira *a priori* por um falante do nome (esse ponto será explorado pelo argumento epistêmico).

Além disso, como Kripke destaca (KRIPKE 1980, p. 161), esse modo de determinar a referência, embora possa não ser circular, depara-se com um outro problema. É sempre possível que o falante se engane a respeito da sua fonte para o nome ou relativamente a quem se referem os especialistas com um termo qualquer, o que permite que a teoria descritivista, assim entendida, gere resultados equivocados ao explicar a determinação da referência de nomes próprios.

Em geral, um falante pode não estar certo sobre de quem ele obteve a sua referência; e, tanto quanto ele saiba, “os especialistas” podem muito bem perceber que Schmidt, não Gödel, provou o teorema da incompletude, mesmo se o falante leigo ainda o atribuir a Gödel. Assim, essas determinações do referente podem chegar ao resultado errado, e do falante certamente não se pode dizer (como diz a Tese 5) que sabe *a priori* que elas não o fazem. (KRIPKE, 1980, p. 161)

3.3 Argumento epistêmico

O argumento epistêmico é introduzido por Kripke a partir do mesmo exemplo fictício de Schmidt-Gödel, aludido acima. Ele procura refutar diretamente a tese 5, segundo a qual “o enunciado ‘se x existe, então x tem a maioria das propriedades associadas a ele’ é conhecido *a priori* pelo falante” (KRIPKE, 1980, p. 71). Isto é, o descritivismo implica que o falante está em condições de saber *a priori* – a partir apenas da reflexão sobre os termos envolvidos – que, se um objeto é o referente de um nome, então esse objeto atende à maioria das propriedades associadas ao nome.

Numa das versões da concepção descritivista, se a “Gödel”, por exemplo, é associada a descrição “o autor do teorema da incompletude”, então um falante competente do nome “Gödel” poderia saber, através exclusivamente de reflexão sobre essas expressões, que, se Gödel existe, então Gödel é o autor do teorema da incompletude. Contudo, saber se de fato Gödel tem as propriedades que estão associadas ao seu nome não é de modo algum uma questão *a priori*, mas sim dependente de investigação empírica.

Com efeito, é apenas com alguma investigação no mundo que poderemos saber se Gödel foi o verdadeiro autor do teorema da incompletude, e não Schmidt. “Eu *penso* que a minha crença sobre Gödel é de fato correta e que a história de ‘Schmidt’ é só uma fantasia. Mas a [minha] crença dificilmente constitui conhecimento *a priori*” (KRIPKE, 1980, p. 87).

Para esse argumento, a reconstrução oferecida por Ahmed é a seguinte:

- (1) Não se sabe *a priori* que Gödel (se existiu) descobriu o teorema da incompletude (Premissa)
- (2) Se TFRM for verdadeira, então saber-se-ia *a priori* que Gödel (se existiu) descobriu o teorema da incompletude (Premissa)
- (3) TFRM é falsa (de 1,2) (AHMED, 2007, p. 37)

Ahmed aponta conflito entre premissas também nessa formulação do argumento:

(...) se a premissa (1) for verdadeira, então só o pode ser porque temos alguma outra forma de especificar Gödel que não como o descobridor da incompletude da aritmética. Mas, se temos alguma outra forma de o fazer, então está aberto ao defensor de TFRM incorporá-la na descrição associada a “Gödel”. E isso, por sua vez, significa que a premissa (2) é falsa. (AHMED, 2007, p. 40)

Aqui, podem ser feitas observações análogas às levantadas a propósito do argumento semântico. Ainda que seja sempre possível incorporar diferentes formas de especificação do portador de um nome próprio, recorrendo de algum modo à maneira como outros usuários da língua o empregam, não se pode dizer que as descrições resultantes de tal procedimento serão conhecidas *a priori* pelos usuários da linguagem – qualquer descrição apta a desempenhar o papel necessário para a determinação da referência (o que elimina descrições circulares) precisa ser minimamente informativa e exigir algum grau de conteúdo empírico. Além disso, não parece ser o caso que, nas suas práticas comunicativas comuns, as pessoas estejam de posse de formas de especificação unívocas para os referentes dos nomes próprios que usam.

Fica evidenciada, ao contrário, a centralidade da dimensão social, sob a forma da comunidade de falantes de uma língua, para a seleção do referente do uso de nomes próprios, contrariamente ao espírito geral do quadro descritivista clássico. O reconhecimento do papel explicativo de fatores ligados ao ambiente social está na origem do debate sobre o externismo (ou externalismo) lingüístico ou semântico; isto é, da visão segundo a qual “o significado de alguns signos de nossas línguas – por exemplo, os nomes próprios – depende de entidades externas, entidades que não residem nas mentes individuais de cada sujeito” (OTERO, 2006, p. 27).³⁷

O reconhecimento da importância da dimensão social para as condutas lingüísticas humanas é um ponto de contato significativo entre *N&N* e a obra de Kripke dedicada à

³⁷ Além do externalismo semântico, Otero identifica na concepção desenvolvida em *N&N* um outro aspecto central, ao qual dá o nome de “particularismo lingüístico”. Trata-se da idéia de que os nomes próprios, enquanto termos singulares designadores de entidades particulares, desempenham um papel referencial ineliminável em nossos sistemas de representação, sobretudo na consideração de contextos modais (OTERO, 2006, p. 27). Em oposição, para o descritivismo, “a função referencial é redutível ou eliminável em favor da função descritiva. Esta última seria – provavelmente – uma função essencial e básica em toda a linguagem (...). Quando nos representamos entidades particulares (quando nos representamos Cervantes, por exemplo), fazemo-lo sempre inevitavelmente mediante alguma outra maneira de descrevê-lo que o singulariza. E essa maneira de descrevê-lo é parte essencial (e única) do significado de ‘Cervantes’” (OTERO, 2006, p. 51).

interpretação, no segundo Wittgenstein, dos temas de seguir regras e da possibilidade de uma linguagem privada. Nesse livro, por exemplo, encontram-se as seguintes passagens³⁸:

Se as nossas considerações estão corretas, a resposta é que, se uma pessoa for considerada isoladamente, a noção de uma regra como orientando a pessoa que a adota *não* tem conteúdo substantivo. (...) A situação é muito diferente se nós ampliarmos o nosso olhar da consideração do seguidor de regras isolado e nos permitirmos considerá-lo como interagindo com uma comunidade mais ampla. (KRIPKE, 1982, p. 89)

De fato, a nossa comunidade real é (de modo geral) uniforme nas suas práticas relacionadas à adição. Qualquer indivíduo que afirme ter dominado o conceito de adição será julgado pela comunidade como tendo conseguido isso se as suas respostas particulares concordam com aquelas da comunidade num número suficiente de casos (...). (KRIPKE, 1982, p. 91-92).

3.4 Retomando as teses características do descritivismo modificado

Uma vez considerados os três tipos de argumentos, estamos em melhores condições de visualizar de maneira mais clara e sistemática como se dá a rejeição das teses componentes da concepção descritivista (descritas na seção 3.1 do capítulo 1).

A tese 1, como dito, é simplesmente uma definição, pois procura caracterizar o que seria o aspecto distintivo da perspectiva descritivista considerada; a saber, a associação, por parte de um falante da língua, de um conjunto de descrições ao seu uso dos nomes próprios. Nesse sentido, é trivialmente verdadeira e, por isso, Kripke não procura refutá-la diretamente.

Às teses 2, 3 e 4 dirige-se o argumento semântico. De fato, o argumento semântico mostra que não é necessário – para que a referência aconteça – que o falante acredite que as descrições que associou a um nome qualquer sejam verdadeiras apenas do referente (contrariamente à tese 2). Essa situação é ilustrada pelo caso do nome “Cícero” (página 42).

Assim, estar de posse de um conjunto de descrições que especifiquem apenas um indivíduo não é condição necessária para a utilização bem-sucedida de nomes próprios. Não é, igualmente, condição suficiente: uma situação na qual um falante dispõe de um conjunto de descrições capazes de, univocamente, selecionar um indivíduo pode não ser uma situação em que a referência do nome ocorreu com sucesso (contrariamente à tese 3). Isso é o que procurou mostrar o exemplo de “Colombo” (página 43).

Ademais, um nome próprio pode referir ainda que as crenças que lhe estão associadas não especifiquem nenhum único indivíduo (contrariamente à tese 4). Casos como o de

³⁸ Agradeço ao prof. Plínio Smith por ter chamado a atenção para esse aspecto. Uma análise comparativa de *N&N* e *Wittgenstein on Rules and Private Language*, contudo, foge aos objetivos propostos para este trabalho.

“Einstein”, em que as descrições em geral associadas ao nome simplesmente não se aplicam a nenhum indivíduo exclusivamente, podem exemplificar essa última possibilidade.

A tese 5 é desafiada pelo argumento epistêmico. Não é o caso que se possa dizer que, para que ocorra a referência, o falante deva estar em condições de saber *a priori* que as descrições associadas a um nome próprio qualquer são verdadeiras do objeto referido. Ao contrário, como mostra o exemplo imaginário envolvendo Gödel e Schmidt (página 45), é apenas *a posteriori* que qualquer usuário da língua pode estar em condições de conhecer se de fato o referente possui as propriedades que lhe são atribuídas.

A tese 6 é o alvo do argumento de tipo modal. O argumento modal procura mostrar que as propriedades geralmente atribuídas a um objeto, expressas nas descrições associadas ao seu nome, são contingentes, e não necessárias, como implicaria a concepção descritivista. De fato, como Kripke afirma, a partir do exemplo do filósofo de Estagira: “(...) [a] maioria das coisas comumente atribuídas a Aristóteles são coisas que Aristóteles poderia não ter feito em absoluto” (KRIPKE, 1980, p. 61).

A condição (C) tem o propósito apenas de eliminar a circularidade na explicação da referência, sendo uma cláusula a guiar a elaboração de teorias que procurem satisfazer as seis teses estabelecidas anteriormente. Não foi alvo de qualquer ataque específico.

4 A CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CAUSAL

Uma vez rejeitada a visão descritivista, como ficamos? Como poderemos explicar o fato de um termo singular se referir ao objeto de que ele é um nome próprio se não podemos mais contar com a idéia de descrições sendo satisfeitas univocamente pelo objeto nomeado? Aqui entra a concepção histórico-causal, com a qual Kripke procura apresentar uma outra perspectiva a respeito do funcionamento dos nomes próprios na língua natural.

Em realidade, há certa dificuldade quanto à escolha da melhor denominação para a visão alternativa introduzida em *N&N*. Neste trabalho, optou-se por “concepção histórico-causal”, mas cumpre dizer que tal etiqueta pode não ser perfeitamente ajustável às declarações expressas de Kripke, o qual diz em mais de um momento estar apresentando não uma teoria, mas apenas uma “imagem” (*picture*) a respeito da linguagem. Outras expressões frequentes para se referir a essa constelação de idéias são as seguintes: “teoria causal dos nomes”, “nova teoria da referência”, “teoria da referência direta”. Todas as opções apresentam as suas desvantagens.

No caso de “teoria causal dos nomes”, pode-se ser levado a pensar, equivocadamente, que a concepção defende a necessidade de haver alguma relação direta de causa-efeito, talvez até mesmo de tipo perceptivo, entre a introdução de um nome e o seu portador. No entanto, “(...) não é uma objeção à visão de Kripke sobre a nomeação que nós possuímos nomes para objetos com os quais não estamos em nenhuma relação causal (óbvia), como objetos matemáticos ou objetos lógicos (...)”. (FITCH, 2004a, p. 171)

Com efeito, como será matéria de discussão adiante, a incorporação de um nome à comunidade lingüística pode se dar por meio do procedimento de ostensão, situação que requer o contato perceptivo com o objeto a ser nomeado. Reconhece-se também, entretanto, a possibilidade da introdução de termos singulares por intermédio do uso de descrições, as quais devem ser vistas apenas como expedientes com vistas ao estabelecimento da referência, não devendo ser tomadas como sinônimas dos nomes.³⁹

No que concerne à opção por “nova teoria da referência”, usada às vezes como forma de salientar a novidade da abordagem sobre a linguagem que emergiu nos anos 1970 a partir dos esforços de Kripke, mas também das contribuições independentes de outros autores, como David Kaplan, Hilary Putnam e Keith Donnellan, o seu uso pode acabar ocultando as diferenças teóricas internas entre os diferentes filósofos associados a esse movimento. Além disso, existem as controvérsias ligadas às próprias origens históricas dessa visão, de que dá testemunho Humphreys, P.W; Fetzer, J. H (1998) (cf. FITCH, 2004a, p. 172).

Por sua vez, “teoria da referência direta” também está sujeita a incompreensões. Essa expressão foi inicialmente usada por Kaplan:

Uma maneira de Kaplan definir a sua visão da referência direta é em termos dos constituintes das proposições. Não é claro se Kripke concordaria com a explicação de Kaplan da natureza das proposições e, portanto, não é claro se Kripke realmente aceita alguns dos princípios básicos da teoria direta de Kaplan. (FITCH, 2004a, p. 172)

De fato, em grande medida, a concepção desenvolvida em *N&N* tem caráter sobretudo negativo, haja vista o empenho em colocar abaixo o quadro teórico descritivista. Assim, nessa obra, não se encontra uma doutrina positiva sistemática acerca da natureza das proposições ou da contribuição semântica dada pelos nomes para aquilo que é por eles expresso, por exemplo – nesse particular, o que é dito, *grosso modo*, é apenas que nomes próprios não são

³⁹ “(...) somos lembrados da diferença lógica entre um nome e uma descrição definida pela declaração de Voltaire de que o Sacro Império Romano não era nem sacro, nem império nem romano, pela piada de Groucho Marx de que Inteligência Militar é uma contradição em termos e pelo adesivo sobre um grupo de direita norte-americano, dizendo que A MAIORIA MORAL NÃO É NEM UMA COISA NEM OUTRA” (PINKER, 2008, p. 325). Nesse mesmo espírito, Kripke alude ao exemplo da Organização das Nações Unidas (KRIPKE, 1980, p. 26).

semanticamente equivalentes a descrições, podendo referir mesmo quando o falante não possui descrições univocamente individualizadoras.⁴⁰

Feitas essas ressalvas, vejamos mais de perto as principais características presentes na visão de Kripke sobre a referência. Essa imagem tem como momento fundamental uma situação de batismo, por meio da qual o portador recebe o seu nome, seja via descrição, seja via ostensão. Um exemplo idealizado de batismo por ostensão é quando alguém, apontando para o objeto a ser nomeado, diz: “Este objeto vai se chamar ‘x’”. Um exemplo de batismo via descrição é o caso de “Netuno”, discutido antes a propósito da distinção entre o uso de descrições para a fixação de referentes e o uso de descrições como sinônimas de nomes. Como essa discussão procurou mostrar, o fato de o referente de um nome ter sido estabelecido via descrição não torna a descrição sinônima do nome.

O batismo é o mecanismo que explica a introdução dos nomes dentro de uma comunidade lingüística. Um nome assim introduzido, segundo Kripke, vai sendo repassado de pessoa a pessoa numa cadeia sócio-comunicativa, sendo que cada falante que o recebe deve manter a intenção de usá-lo para se referir ao mesmo referente pretendido por aqueles de quem o nome foi obtido. A exigência de preservação da mesma intenção é uma condição importante. Ela permite entender situações em que, por exemplo, alguém ouve um nome pela primeira vez, digamos “Napoleão”, e, achando-o bonito, decide assim batizar o seu animal de estimação.

Nesse caso, evidentemente, quando o dono chama o seu animal, não está se referindo ao governante francês – não se procurou preservar a intenção original, mas foi criada nova cadeia lingüística. “Eu posso transmitir o nome (...) para outras pessoas. Para cada uma dessas pessoas, tanto quanto para mim, haverá algum tipo de conexão histórica ou causal entre o meu uso do nome e o imperador da França, mas não do tipo exigido [e, poderíamos acrescentar, haverá também uma conexão histórica ou causal entre a ocorrência do nome e o animal]” (KRIPKE, 1980, p. 42, nota 43).

Vê-se que, em última análise, a cadeia de comunicação assim formada remonta ao próprio ato de batismo originário. Ao passo que o batismo procura dar conta da introdução de nomes próprios na comunidade de usuários da língua, a cadeia histórica é o mecanismo explicativo da transmissão dos nomes dentro dessa comunidade. Eis uma síntese da nova imagem proposta:

⁴⁰ O esforço de elaborar uma tal doutrina positiva será uma das tarefas a motivar Soames (2002).

Alguém, digamos, um bebê nasce; os seus pais o chamam por um certo nome. Eles falam dele para os seus amigos. Outras pessoas o conhecem. Através de vários tipos de conversas, o nome se espalha de elo a elo como se fosse por uma cadeia. Um falante que está no extremo dessa cadeia, que ouviu falar sobre, digamos, Richard Feynman, no mercado ou em outro lugar, pode estar se referindo a Richard Feynman mesmo se ele não puder se lembrar de quem ele pela primeira vez ouviu falar sobre Feynman (...). Ele sabe que Feynman é um físico famoso. Uma certa passagem de comunicação, que em última análise alcança o homem mesmo [i.e, Feynman], alcança o falante. Ele então se refere a Feynman mesmo se não puder identificá-lo univocamente. (KRIPKE, 1980, p. 91)

Assim – para voltar à pergunta inicial, que abriu a introdução desta dissertação – para explicar o que faz com que hoje no Brasil, em pleno ano de 2012, sejamos capazes, ao usarmos o nome “Sócrates”, de nos referirmos a Sócrates, não é necessário, conforme essa perspectiva, recorrer a nenhum tipo de descrição vinculada ao nome. Com efeito, o que explica a referência é o fato de estarmos inseridos numa cadeia comunicativa que, por mais intrincada e gigantesca que seja, está afinal relacionada de maneira adequada aos próprios usos dos gregos antigos do séc. IV a.C do equivalente do nome “Sócrates”, bem como ao acontecimento originário no qual Sócrates recebeu dos pais o seu nome.

4.1 Alguns problemas

Uma situação com o objetivo de colocar à prova a concepção histórico-causal foi explorada por Gareth Evans.⁴¹ Evans relata o caso de “Madagascar”, que, antes de Marco Polo, era usado para se referir a uma parte do continente africano. Em suas viagens para aquela região, Marco Polo foi introduzido ao equivalente do termo, mas, equivocadamente, tomou-o como se referindo à ilha que hoje conhecemos como “Madagascar”.

Em outras palavras, Marco Polo acreditava estar seguindo o uso consagrado do termo ao assim chamar a ilha (portanto, queria manter a mesma intenção dos falantes de quem obteve o nome), mas os nativos usavam o nome para se referir ao continente. “Hoje, o uso do nome como um nome para a ilha se tornou tão difundido que certamente passa por cima de qualquer conexão histórica com o nome nativo” (KRIPKE, 1980, p. 163).

Nessa situação, há uma mudança de referência de uma entidade real para outra entidade real. É possível pensar também em outras modalidades de mudança de referência: entidade real para fictícia (“Santa Claus”/“Papai Noel” pode ser um exemplo) e entidade fictícia para entidade real (um caso em que alguém tem uma alucinação e batiza o objeto que pensa ser real, transmitindo em seguida o nome para outros, talvez possa ser um exemplo

⁴¹ Kripke considera o exemplo de Evans na página 163 do posfácio (KRIPKE, 1980).

aqui). Todos esses casos procuram assinalar a insuficiência dos mecanismos postulados pela perspectiva histórico-causal.

Kripke reconhece o problema e o atribui ao caráter de esboço de sua concepção, que não é apresentada como teoria consolidada, com condições necessárias e suficientes devidamente especificadas. Ele não oferece em *N&N* uma explicação detalhada para o fenômeno de mudança de referência, apenas um quadro geral para uma possível resposta. Eis o que diz:

A questão merece ampla discussão. Mas o fenômeno é talvez explicável, aproximadamente, em termos do caráter predominantemente social do uso de nomes próprios enfatizado no texto: nós usamos nomes para nos comunicar com outros falantes numa língua comum. Esse caráter estabelece, normalmente, que um falante usa um nome da mesma forma que foi transmitido a ele; mas, no caso de “Madagascar”, esse caráter social estabelece que a intenção atual de se referir à ilha supera o vínculo distante com o uso nativo. (KRIPKE, 1980, p. 163)

Frente a esse problema, pode-se tentar articular uma resposta, caso se aceite que, ao usar o nome tendo em vista a ilha, Polo acabou – apesar de suas próprias intenções de seguir o uso estabelecido – sendo o responsável por uma nova situação de batismo⁴². Não precisamos limitar a noção de batismo àquelas circunstâncias claramente distinguíveis e encenadas de forma consciente, como ocorre quando os pais dão nome ao filho que acaba de nascer.

Como o próprio Kripke afirma, “(...) eu reconheço que não é necessário sempre haver um batismo inicial identificável; assim, a imagem é simplificada” (KRIPKE, 1980, p. 162). Na proposta de Fitch (2004a, p. 65-67), que segue pistas do próprio Kripke, a divergência entre a referência semântica (a intenção geral de seguir o uso convencionalizado pela comunidade lingüística) e a referência do falante (a intenção específica de se referir a determinado objeto) resulta na produção de um nome distinto – ainda que, do ponto de vista fonético e ortográfico, seja idêntico ao original –, podendo gerar a sua própria cadeia histórica (FITCH, 2004a, p. 67)⁴³.

Um outro reparo que costuma ser dirigido ao modelo explicativo kripkeano para a referência dos nomes é conhecido como problema do aspecto ou problema *qua* (ver, por exemplo, ORLANDO, 1999, p. 75). A idéia é que o ato mesmo de batismo está inescapavelmente associado ao uso de alguma descrição. Essa objeção procura retirar a sua

⁴² “Sem dúvida, houve algum momento em que Polo, explicitamente e de uma forma pública, nomeou a ilha de ‘Madagascar’, talvez rotulando a ilha num mapa com o nome ou, talvez, quando, navegando de volta para a ilha, indicou-a para os outros enquanto usava o nome ‘Madagascar’”. (FITCH, 2004a, p. 66-67)

⁴³ Para lidar com esses casos, e como alternativa ao termo “batismo”, que pode sugerir aplicação mais limitada do que aquela desejada, Hughes propõe a expressão “circunstâncias determinantes da referência”. “A idéia seria, aproximadamente, de que, embora um nome tenha a sua referência tipicamente fixada por um batismo, pode também ter a sua referência fixada por circunstâncias que são um substituto batismal” (HUGHES, 2004, p. 40).

força do fato de que o objeto a ser nomeado precisaria ser descrito de alguma maneira, pois, do contrário, não se saberia a que se refere o nome introduzido. Eis uma das formulações possíveis para a dificuldade:

(...) a existência de um vínculo causal fundacional entre “Balzac” e uma certa livraria, baseado na percepção direta do lugar, permite-nos considerar “Balzac” como o nome da livraria em questão; mas sobre que base é possível selecionar essa relação em vez de uma relação, baseada no mesmo ato perceptivo, entre “Balzac” e (por exemplo) a porta do negócio ou o cartaz grande que está na vitrine? Em outras palavras, como fazer para selecionar um poder causal e deixar de lado os demais? (ORLANDO, 1999, p. 76).

Kripke (1980, p. 115, nota 58) considera o assunto brevemente ao discutir um aspecto levantado por Geach. Nessa passagem, duas observações permitem ter um quadro geral de como poderia ser dada uma resposta ao problema. De acordo com a primeira, mesmo se for necessário usar algum termo categorial (*sortal*) a fim de eliminar a ambigüidade da referência, tal termo não poderia ser objeto de um conhecimento *a priori* por parte da pessoa encarregada do batismo, o que significa que a objeção não favorece o descritivismo. Isso ocorre, pois, a despeito do falante, a descrição identificadora usada pode se mostrar equivocada: “(...) Dobbin não poderia se revelar pertencer a uma espécie diferente da espécie dos cavalos (embora superficialmente ele se parecesse com um cavalo) (...)?” (KRIPKE, 1980, p. 116).

A outra observação feita por Kripke tem duas dimensões. De um lado, ele destaca que poucos dos nomes usados numa língua são obtidos pelos falantes numa situação originária de batismo, de modo que um usuário comum não se vê com freqüência numa situação tal que seja necessário agir do modo pressuposto pela crítica. Por outro lado, mesmo se for aceito que o usuário se encontra num caso no qual o nome foi dado por ostensão – ou numa cadeia que remonta a um procedimento de ostensão –, daí não se pode concluir de imediato que o termo categorial usado para evitar a ambigüidade faça parte do sentido do nome próprio. É necessário que haja algum argumento adicional que estabeleça esse ponto.

Por fim, duas últimas objeções precisam ser enfrentadas antes do próximo capítulo. Essas dificuldades serão, de início, rapidamente descritas, para que então se veja como Kripke lida com cada uma. A primeira questão surge associada a contextos como o de crença. Como se viu no capítulo 1, é possível encontrar, no interior do quadro teórico descritivista, instrumentos conceituais que permitem oferecer resposta à falha do princípio de substituição. Nesses casos oblíquos, diz o descritivista fregeano, a referência de um nome é o seu sentido habitual, de modo que a substituição de nomes correferenciais, no final das contas, revela envolver termos com diferentes objetos designados.

A visão kripkeana, por outro lado, aproxima-se da teoria de Mill, ao dispensar a intermediação das descrições para a efetivação da referência e sugerir que a contribuição de um nome para o que é expresso num enunciado limita-se ao próprio objeto referido, de modo que não haveria necessidade de um plano adicional constituído pelos sentidos. Se essa última perspectiva é verdadeira, porém, como explicar o problema de origem ligado à crença e demais atitudes proposicionais?

A segunda questão guarda proximidades com a anterior, por também surgir, dentro da concepção kripkeana, vinculada à rejeição do conceito de sentido. Esse último problema concerne à explicação de enunciados com nomes que designam objetos fictícios.

Em relação ao primeiro problema, pelo menos dois aspectos levantados por Kripke são relevantes. Primeiramente, Kripke procura chamar a atenção para o fato de que, em oposição ao que está subjacente ao descritivismo, não é sempre correto atribuir falhas no princípio de substituição a diferenças de sentido entre nomes correferenciais. Dito de outro modo, podem ocorrer falhas no princípio de substituição mesmo se dois nomes estiverem associados ao mesmo sentido, desde que o sentido ou descrição não seja capaz de individualizar alguma entidade particular no mundo.

De fato, muitas vezes as pessoas não estão em condições de oferecer sentidos ou descrições unívocas para o objeto designado (“Feynman” e “Gell-Mann” podem ser ambos associados, pelo mesmo falante, apenas a algo como “um físico teórico importante”; “Cícero” e “Túlio”, a algo como “orador romano”) (KRIPKE, 2011a, p. 135).

Em seguida, a partir da construção de um *puzzle*, Kripke busca indicar como as nossas práticas mesmas de atribuir e relatar crenças podem nos levar a problemas, não podendo servir como critérios para a escolha entre duas concepções semânticas alternativas. A conclusão resultante, baseada numa situação paradoxal que não recorre ao princípio de substituição, seria de que estamos lidando com alguma dificuldade mais profunda. Na conclusão do artigo dedicado ao assunto, Kripke escreve o seguinte:

(...) [o caso de Pierre, a ser tratado abaixo] reside numa área onde o nosso aparato normal para a atribuição de crenças está colocado sob a maior tensão e pode até mesmo deixar de funcionar. Há muito pouca garantia, atualmente, na ausência de um melhor entendimento dos paradoxos desse artigo, para extrair, do uso das alegadas falhas de substituição em contextos de crença, qualquer conclusão teórica significativa sobre os nomes próprios (...). (KRIPKE, 2011a, p. 160)

Para mostrar isso, são destacados dois princípios aparentemente simples e corretos (princípio da descitação e princípio da tradução) que, em conjunto, fazem-nos atribuir crenças

contraditórias a um indivíduo. O princípio da descitação afirma o seguinte: “Se um falante normal [de uma língua] (...) sinceramente assente, sob reflexão, a ‘p’, então ele acredita em ‘p’” (KRIPKE, 2011a, p. 137). Por sua vez, o princípio da tradução estabelece: “Se uma frase de uma língua expressa uma verdade nessa língua, então qualquer tradução dela em qualquer outra língua também expressa uma verdade (nessa outra língua)” (KRIPKE, 2011a, p. 139).

Tendo isso em vista, solicita-se que concebamos uma situação na qual Pierre, um falante de francês inicialmente monolíngüe e que nunca saiu de Paris (e que foi influenciado pelas imagens dos cartões postais de Londres que já viu), dê o seu assentimento ao enunciado abaixo:

(1) *Londres est jolie.*

Pelo princípio da descitação, podemos concluir o que segue:

(2) Pierre acredita que *Londres est jolie.*

Depois, Kripke pede que imaginemos Pierre indo morar numa região feia de Londres, onde não encontra falantes de francês, de modo que se vê aprendendo inglês pelo método direto, de imersão (mas continua disposto a afirmar (1)). Sem saber que “*Londres*” é a tradução de “*London*”, Pierre dá o seu assentimento, agora, também ao enunciado abaixo:

(3) *London is not pretty.*

Do passo anterior podemos concluir, através do princípio da descitação, o seguinte:

(4) Pierre acredita que *London is not pretty.*

Ora, a partir de (2) e do princípio da tradução, podemos chegar a (5):

(5) Pierre acredita que *London is pretty.*

Se isso é assim, então, pelos princípios de descitação e de tradução, somos levados a falar de Pierre que ele tanto acredita quanto não acredita que *London is pretty*, haja vista a contradição entre (4) e (5). O paradoxo pode surgir também dentro de uma única língua,

fazendo uso apenas do princípio da descitação. Para demonstrar isso, Kripke conta a história de Peter (KRIPKE, 1980, p. 154). Numa certa ocasião, Peter ouve falar de “Paderewski” como sendo o nome de um virtuose do piano. Assim, diante do enunciado abaixo, ele logo fornece o seu assentimento

(6) Paderewski tinha talento para a música.

A partir do princípio da descitação, podemos concluir (7):

(7) Peter acredita que Paderewski tinha talento para a música.

Tempos depois, em outro ambiente social e conversando com pessoas diferentes, Peter ficando sabendo de um político polonês denominado “Paderewski”. Porém, “Peter é cético quanto às habilidades musicais dos políticos. Ele conclui que duas pessoas, sem dúvida contemporâneos aproximados, eram chamadas de ‘Paderewski’” (KRIPKE, 2011a, p. 154). Se esse for o caso, e usando agora “Paderewski” como nome para o político, Peter aceita (8):

(8) Paderewski não tinha talento para a música.

De (8), pela descitação, chega-se a (9), que contradiz (7):

(9) Peter acredita que Paderewski não tinha talento para a música.

Como dito antes, com esses exemplos Kripke pretende revelar que, a partir de alguns princípios simples e aparentemente incontroversos, podemos ser levados a paradoxos nas nossas práticas de relatar crenças. Essa sua estratégia, de caráter negativo, frisa que

(...) nenhuma teoria dos nomes pode evitar os *puzzles* e problemas trazidos por uma consideração da atribuição de crenças. O descritivismo sofre das mesmas conseqüências indesejadas que o millianismo com respeito à atribuição de crenças. Não é o caso que o descritivismo e o millianismo estejam em pé de igualdade, um fornecendo a melhor explicação da designação rígida (e de outros aspectos) dos nomes próprios e o outro fornecendo a melhor explicação de como os nomes funcionam em atribuições de crença. O descritivismo sofre das mesmas dificuldades que o millianismo com respeito à atribuição de crenças e tem também todos os [outros] problemas (...) [revelados pelos argumentos modal, semântico e epistêmico]. (FITCH, 2004a, p. 79)

Consideremos agora brevemente o problema que surge com os nomes ficcionais. À primeira vista, a concepção descritivista é capaz de explicar de maneira adequada um enunciado como “Sherlock Holmes existe”, pois, de acordo com essa visão, o que está sendo dito é que há alguém que satisfaz, de modo único, determinadas propriedades associadas ao termo singular em questão – no caso de Holmes, poderíamos pensar numa descrição como “O personagem descrito nos livros de Conan Doyle que tem tais e tais características”, por exemplo. Por outro lado, “se a função da nomeação fosse simplesmente a referência, então parece que nomes vazios não teriam função semântica alguma, mas claramente eles não deixam de ter uma função semântica, como qualquer pessoa que gosta de uma boa ficção pode atestar” (KRIPKE, 2011b, p. 53).

Evidentemente, a resposta de Kripke seguirá caminho diferente daquele trilhado pelo descritivismo. Ele parte de um “princípio de fingimento” (KRIPKE, 2011b, p. 58) que julga estar operando em contextos ficcionais. Tal princípio estabelece que, numa ficção, tudo o que ali se passa constitui simulação do mundo real. Uma história de ficção finge que as coisas que relata estão acontecendo realmente (KRIPKE, 2011b, p. 58).

Kripke sustenta, então, que um nome como “Sherlock Holmes” é sistematicamente ambíguo, podendo ser avaliado i) a partir de uma perspectiva interna às histórias de Conan Doyle, quando o nome apenas fingirá ter uma referência, sendo que os enunciados em que figura não constituem proposições genuínas, e ii) a partir de uma perspectiva externa às histórias (quando alguém está falando sobre os livros de Doyle), situação em que o nome se refere ao personagem de ficção criado por Conan Doyle.

Nessa última alternativa, os personagens fictícios são concebidos como entidades abstratas resultantes da atividade humana de contar histórias, no mesmo espírito em que se poderia compreender a referência à nação (entendida como entidade abstrata criada pelos seres humanos e por suas relações) (KRIPKE, 2011b, p. 63).

Ao ver de Kripke, a nossa linguagem autoriza um certo tipo de movimento metafísico. Ela postula um artefato abstrato, o personagem ficcional, como um produto desse fingimento. Mas o nome “Sherlock Holmes” não se refere ao personagem assim criado, nem a qualquer outra coisa, e as frases que, envolvendo o nome “Sherlock Holmes”, foram escritas ao se criar a ficção não expressam proposições, sobre o personagem ficcional ou sobre qualquer outra coisa. (...) É apenas num estágio posterior, quando se discute o personagem ficcional a partir de um metaponto de vista, falando sobre a simulação e não no interior dela, que a linguagem faz um segundo movimento, este semântico em vez de metafísico, dando ao nome um novo uso, de não simulação, como um nome para o personagem ficcional. (SALMON, 2011, p. 59)

Muito mais poderia ser dito sobre o caso de nomes de ficção. Registre-se somente que, para lidar com o tema, Kripke desenvolveu idéias elaboradas e, pelo menos à primeira vista, compatíveis com as linhas gerais de sua concepção sobre a referência. Perseguir esse caminho, porém, levaria o trabalho para outras direções que não as inicialmente previstas.

5 CONCLUSÃO

A seção 2 foi dedicada à análise de algumas noções importantes para a discussão de Kripke. Nesse sentido, destaca-se o esforço de distinguir claramente entre as modalidades epistêmicas (*a priori* e *a posteriori*), metafísicas (necessário, possível) e semânticas (analítico, sintético). É a clara separação entre essas categorias que permitirá a formação de uma nova composição, a saber, o conjunto das verdades necessárias *a posteriori*. Dois outros pontos importantes aí considerados foram a noção de mundos possíveis, que não devem ser entendidos como entidades concretas com existência real, e o destaque para os dois usos diferentes de que são passíveis as descrições definidas: para fixar a referência e como sinônimas dos nomes. Viu-se também como a noção de designação rígida, introduzida por Kripke, pode ser entendida de diferentes formas, sendo a designação obstinadamente rígida aquela que talvez esteja em maior sintonia com o projeto kripkeano mais geral de rejeição do descritivismo.

Uma vez estabelecido o pano de fundo conceitual, são apresentados os argumentos kripkeanos contrários ao descritivismo. Esses argumentos são de três tipos: modal, epistêmico e semântico. Em 3.4 é feita a correspondência entre cada uma das teses descritivistas, relacionadas em 3.1 (1º capítulo), e os argumentos de Kripke.

Se Kripke estiver correto e o descritivismo for uma visão inescapavelmente defeituosa, pelo menos na forma que adquire em *N&N*, como pode ser explicada a referência entre um nome próprio e o objeto nomeado? A seção 4 deteve-se na resposta a essa questão. Da concepção histórico-causal, pode-se ressaltar a relevância de pelo menos dois aspectos centrais: o ato de batismo e a cadeia comunicacional formada pelos vários usuários do nome. Em 4.1, foram expostos alguns questionamentos dirigidos a essa imagem (o problema da mudança de referência, o problema do aspecto, a questão da falha em contextos de crença do princípio de substituição de termos correferenciais e o problema de nomes fictícios) e o modo como Kripke respondeu a eles.

Depois de realizado todo esse percurso, estamos em melhores condições para investigar o essencialismo científico, o qual se constitui a partir das idéias semânticas desenvolvidas por Kripke. Esse será o assunto do capítulo 3.

CAPÍTULO 3

O ESSENCIALISMO CIENTÍFICO

1 APRESENTAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo central apresentar as principais características do essencialismo científico derivado da posição de Kripke a respeito da referência. Para tanto, optou-se por organizá-lo em torno de cinco grandes partes, incluindo esta apresentação, as quais podem ser condensadas, *grosso modo*, como segue.

Na seção 2, procura-se introduzir a posição essencialista, de maneira geral, e o essencialismo científico, em particular. Trata-se de repertoriar, ainda que de forma breve, as opções teóricas mais proeminentes no interior do panorama essencialista.

A parte 3 é dedicada à análise de uma objeção, formulada por Quine, que procura colocar em causa a razão de ser da distinção sobre a qual se assenta a concepção essencialista: a diferenciação entre propriedades necessárias e propriedades contingentes. Na seção 3 também se examina a resposta elaborada por Kripke perante esse questionamento.

Uma vez indicada a inteligibilidade *prima facie* do projeto essencialista, a parte 4, núcleo principal do capítulo, detém-se no exame do próprio essencialismo kripkeano, passando em revista algumas questões a ele conexas. Desse modo, são investigadas as afirmações de Kripke quanto à necessidade da origem biológica dos indivíduos, quanto à necessidade da origem e da constituição material dos objetos físicos, quanto ao caráter necessário de enunciados de identidade envolvendo nomes próprios correferenciais e quanto à necessidade de enunciados de identidade envolvendo espécies naturais⁴⁴. Nesse momento, serão igualmente objetos de atenção: o problema das duas rotas para o necessário *a posteriori*, analisado por Soames (2011); e as dificuldades causadas pela ampliação das considerações ligadas à rigidez de nomes próprios para o caso da rigidez de termos para espécies naturais.

⁴⁴ Neste trabalho, optou-se por traduzir a expressão inglesa *natural kinds* por “espécies naturais” (ou, às vezes, por “categorias naturais”). Contudo, não se deve pensar – talvez a partir de associações com a teoria darwiniana da evolução – que a expressão “espécies naturais” tem o seu campo de aplicação limitado a instâncias animais. Na análise desenvolvida em *N&N*, quando fala de termos para *natural kinds*, Kripke pode estar se referindo não apenas a “gato”, “tigre”, mas também a termos de massa (como “ouro”, “água”) ou a termos para fenômenos naturais (“relâmpago”, “calor”) – sobre isso, ver, por exemplo, Kripke (1980, p. 134). Aqui, vale ressaltar também que a discussão realizada neste capítulo envolvendo as espécies naturais, tal como aparece em 4.4, é realizada a partir de um enquadramento semântico, e não metafísico. De fato, o que está em causa é mais explicar o mecanismo de funcionamento de termos para categorias naturais na linguagem do que investigar como a realidade mesma se estrutura em torno de categorias (e quais seriam essas categorias), se é que isso de fato ocorre. Embora relacionadas, essas questões são independentes.

Por fim, na última parte são retomados, de maneira sintética, os principais passos efetuados ao longo da dissertação. À título de conclusão geral, procura-se deixar clara a relação entre as idéias sobre a referência e a concepção essencialista de Kripke.

2 O ESSENCIALISMO – VISÃO GERAL

Uma apresentação geral que pode ser dada para a posição do essencialismo é a seguinte. Os objetos – entendendo “objetos” na acepção mais abrangente da palavra, como tudo aquilo de que se pode predicar algo – possuem propriedades essenciais. Propriedades essenciais, por sua vez, são aquelas que os objetos não poderiam não ter sem deixar de ser os objetos que de fato são (cf. MURCHO, 2006, p. 284). Dito de outra forma, P é uma propriedade essencial de X quando “X é P” for metafisicamente necessário (verdadeiro em todos os mundos possíveis em que X existe).

Caso desejemos ser mais rigorosos, é possível estabelecer uma separação entre propriedades essenciais e propriedades necessárias, muito embora as duas categorias não raro sejam tratadas indistintamente pelos filósofos, uso que será adotado também neste trabalho. Tomando Murcho ainda como guia, essa distinção poderia ser formulada do seguinte modo:

F é uma propriedade essencial de um particular *n* se, e somente se, *n* possui F em todos os mundos possíveis nos quais *n* existe. Distingue-se assim das propriedades necessárias. F é uma propriedade necessária de um objeto *n* se, e somente se, *n* possui F em todos os mundos possíveis. Só os existentes necessários (isto é, os objetos que existem em todos os mundos possíveis – p. ex., Deus, se existe, os números e as verdades lógicas) podem ter propriedades necessárias, mas os existentes contingentes (isto é, os objetos que não existem em todos os mundos possíveis, como as pessoas) podem ter propriedades essenciais. (MURCHO, 2006, p. 284)

Pode-se questionar a menção, na definição acima, a “existentes necessários”. Isto é, há algum particular cuja existência seja não apenas um fato contingente, mas uma propriedade que não poderia deixar de ser exemplificada pelo objeto considerado? Os candidatos mais prováveis ao posto de existente necessário – os números, Deus – certamente estão sujeitos à controvérsia, o que talvez pudesse levar a que se colocasse em dúvida a pertinência da própria distinção entre propriedades necessárias, de um lado, e propriedades essenciais, de outro.

A questão, porém, não precisa ser estabelecida aqui. O essencialismo científico, tal como discutido neste texto, não está comprometido com a existência desse tipo específico de particulares existentes. O que o essencialismo científico afirma é que tem sentido distinguir

entre propriedades necessárias e propriedades contingentes e que, em vários casos, um objeto possui propriedades necessárias que só poderão ser conhecidas por nós – seres humanos com capacidades cognitivas limitadas – após as devidas investigações empíricas.

É possível identificar pelo menos três perspectivas no interior do campo essencialista, as quais podem ser denominadas de “hipoessencialismo”, “hiperessencialismo” e “essencialismo moderado” (HUGHES, 2004, p. 108-109). A posição hipoessencialista caracteriza-se pela crença de que todas as propriedades essenciais de um objeto são triviais. Em outras palavras, todas as propriedades essenciais seriam mera decorrência de princípios lógicos ou lingüísticos, como, por exemplo, a propriedade de ser necessariamente idêntico a si mesmo, que é exemplificada por qualquer objeto, ou a propriedade de ser colorido, no caso de um objeto da cor azul, por exemplo. Tal versão da tese essencialista pode com razão ser tomada como fraca ou pouco substancial comparativamente à variante hiperessencialista. Com efeito, um defensor do hiperessencialismo, como Leibniz o foi, manterá a crença de que todas as propriedades de um particular lhe são de algum modo essenciais.

Em meio aos extremos ocupados pelas duas concepções mencionadas anteriormente, localiza-se o essencialismo moderado, que tem no essencialismo científico kripkeano uma de suas variantes. O defensor do essencialismo moderado sustenta que, tendo em vista o conjunto formado por todas propriedades de um objeto, é preciso reconhecer que, dentre aquelas que constituem o subconjunto das propriedades essenciais, existem as que são triviais, mas há também aquelas propriedades que são informativas (HUGHES, 2004, p. 109).

Para os propósitos desta dissertação, uma propriedade informativa (ou substantiva) – em oposição às propriedades triviais – é uma propriedade cujo “conteúdo”, por assim dizer, não é mera decorrência de considerações lógico-lingüísticas. Assim, dizer que Sócrates era sábio (ou humano) equivale a afirmar que Sócrates instancia uma propriedade informativa, no sentido estabelecido.

As propriedades acidentais ou contingentes podem ser definidas em contraste com as propriedades essenciais e necessárias. Assim, para fins de exemplificação, poderíamos pensar que, para Sócrates, ser humano é uma propriedade essencial substantiva – Sócrates não poderia deixar de ser humano sem também deixar de ser o particular que é. Por outro lado, ter barba seria uma propriedade acidental; isto é, uma propriedade que poderia não ter sem com isso deixar de ser o mesmo indivíduo que é: em sentido estrito, o filósofo continuaria sendo o mesmo, se cortasse ou não a sua barba.

Um outro ponto que precisa ser esclarecido é o seguinte. São as propriedades essenciais de um objeto a sua essência? Apesar de as noções serem relacionadas, é útil

estabelecer uma clara demarcação entre elas. Como dito, uma propriedade essencial é uma propriedade que o objeto não poderia deixar de possuir sem com isso deixar de ser o objeto mesmo que é. Se o exemplo do parágrafo anterior for aceito, ser humano é uma propriedade essencial de Sócrates. Ocorre que outros indivíduos também exemplificam essa propriedade: Platão, Aristóteles e todos os demais pertencentes à nossa espécie. Isso mostra que uma propriedade essencial pode ser comum a muitos.

Em contrapartida, considera-se a essência de um objeto como sendo algo capaz de o individualizar. “Pois bem, é muito menos claro que os objetos particulares tenham essências, entendidas nesse sentido, quer dizer, como propriedades essenciais que conjuntamente individualizam o objeto diferenciando-o de qualquer outro” (OTERO, 2006, p. 137).

À luz dessas afirmações, verifica-se que uma posição essencialista não precisa estar comprometida com a existência de essências, apenas com a de propriedades essenciais. No caso do essencialismo científico aqui considerado, contudo, veremos que alguns objetos talvez possuam tanto propriedades essenciais quanto essências.

Por causa do que já foi descrito, costuma-se atribuir a Saul Kripke, com as conferências que formam *N&N*, pronunciadas na década de 1970, um dos principais impulsos para a reabilitação do debate metafísico-essencialista no interior da tradição da filosofia analítica. A esse propósito, Linsky escreve:

As conferências de *Naming and Necessity* tiveram um efeito revolucionário nas atitudes filosóficas em relação a várias questões (...). Os efeitos mais significativos fora da teoria semântica foram uma mudança na atitude em relação à noção de propriedades essenciais e uma súbita explosão da discussão de doutrinas sobre o essencialismo quanto às origens e quanto à constituição e de outros assuntos que tinham sido rejeitados por Quine como pertencentes à “selva do essencialismo aristotélico”. (LINSKY, 2011, p. 17)

Em termos não muito diferentes, mas um pouco mais detalhados, Fitch afirma:

Uma das principais mudanças de direção que a filosofia fez no último terço do século XX é a revitalização da metafísica enquanto área de pesquisa. Como uma área de interesse dentro da filosofia, a metafísica quase morrera sob os ataques constantes dos positivistas lógicos, da escola de filosofia da linguagem comum e do nominalismo de W. V. Quine e Nelson Goodman (embora a obra de Quine claramente estivesse relacionada com questões metafísicas). Kripke, primeiro com a sua interpretação formal da lógica modal e depois com as suas conferências sobre a natureza da necessidade e da linguagem, teve um papel central em mudar a direção da filosofia contemporânea. (FITCH, 2004a, p. xi-xii)

Não é demais ressaltar, entretanto, que, contrastando com o essencialismo antigo, tradicionalmente tomado como uma perspectiva que associa a revelação das propriedades

essenciais ao exercício *a priori* da razão, o que lhe dá uma natureza inegavelmente especulativa, o novo essencialismo é qualificado de científico exatamente por defender que compete à ciência empírica a capacidade de descobrir as propriedades essenciais dos objetos⁴⁵. Pinker resume bem o espírito da proposta do essencialismo científico:

Nada disso é uma tentativa de fazer química [ou ciência empírica, de maneira mais geral] da poltrona (...). Os fatos específicos que vamos considerar necessários dependerão do que as pessoas de jaleco branco tiverem descoberto. O argumento de Kripke é mais uma tentativa de esclarecer com o que estamos nos comprometendo em termos lógicos quando usamos nomes próprios e nomes para categorias naturais. Estamos, surpreendentemente, nos comprometendo com uma determinada classe de verdades logicamente necessárias (embora não possamos saber o que elas são *a priori*). É uma importante revisão de nossa compreensão sobre que tipos de verdades existem e como podemos conhecê-las – todas a partir de intuições sobre como usamos os nomes. (PINKER, 2008, p. 337)

Antes, contudo, de se investigar como se constitui a posição essencialista kripkeana e quais são as suas principais características, convém examinar uma objeção, tornada célebre por Quine, que procura colocar em xeque a distinção mesma entre propriedades necessárias, de um lado, e propriedades contingentes, de outro. Essa crítica, bem como a resposta dada a ela, será o assunto da próxima seção.

Pelo menos três razões justificam tomar em consideração, nesse momento, a objeção de Quine. Em primeiro lugar, ela permite salientar a novidade trazida por Kripke no contexto da filosofia analítica, contrastando-o com o pensamento hegemônico anterior representado por Quine.

Em segundo lugar, a resposta a essa objeção prepara o terreno para entendermos alguns aspectos centrais da proposta kripkeana. Assim como a posição de Kripke sobre a referência deve ser entendida à luz do descritivismo, também o seu essencialismo é melhor compreendido a partir do confronto com posições anti-essentialistas, tal como a de Quine.

Finalmente, ao examinarmos a resposta de Kripke, ficará mais claro como o seu essencialismo científico se articula com as suas concepções sobre a referência.⁴⁶

⁴⁵ Uma avaliação menos entusiasmada dessa nova orientação metafísica, associada a um declínio da filosofia analítica tal como praticada por Wittgenstein e por outros autores do seu período, pode ser encontrada em Hacker (1996, p. 264-273). Hacker descreve o novo conjunto de idéias como parte de uma mudança mais geral do ambiente filosófico de língua inglesa (e que foi iniciada nos EUA a partir de meados do século XX), em direção a uma visão de mundo que se caracterizaria por ser cada vez mais científica (ou científicista). Kripke é brevemente mencionado por Hacker, que constata: “A metafísica descritiva, tal como defendida por Strawson, foi substituída pela metafísica científico-realista, inspirada pela concepção da designação rígida introduzida por Kripke e pela idéia resultante de que existem verdades necessárias *a posteriori* esperando serem descobertas pela ciência” (HACKER, 1996, p. 267).

⁴⁶ Agradeço aos professores Marcelo Carvalho e Tiago Tranjan por chamarem a atenção para esse ponto.

3 A CRÍTICA DE QUINE

A objeção atribuída a Quine poderia resumidamente ser interpretada da seguinte forma. Falar de um particular como portador de propriedades necessárias ou contingentes é tão-somente falar do modo como ele é descrito, e não de algum fato substancial pertencente à natureza intrínseca do objeto. Para essa visão, a necessidade é entendida a partir da idéia de analiticidade, sendo tomada como algo que diz respeito fundamentalmente a frases ou sentenças.

Assim, a necessidade envolvida em enunciados essencialistas poderia ser melhor explicada como exemplificando a modalidade *de dicto*, não a *de re*. Eis como Kripke expõe o questionamento que lhe é feito:

Se um *particular* tem necessária ou contingentemente uma certa propriedade, depende da maneira como é descrito. Isso talvez esteja estreitamente relacionado à visão de que a maneira como nos referimos a coisas particulares é por descrição. Qual é o famoso exemplo de Quine? Se nós considerarmos o número 9, tem ele a propriedade necessária de ser ímpar? Esse número tem de ser ímpar em todos os mundos possíveis? Certamente, é verdade em todos os mundos possíveis, vamos aceitar, não poderia ser diferente que *nove* não fosse ímpar. Claro, 9 poderia ser igualmente selecionado como *o número de planetas*. Não é necessário, nem verdadeiro em todos os mundos possíveis, que o número de planetas seja ímpar. (KRIPKE, 1980, p. 40)

A idéia nesse trecho parece poder ser capturada a partir do seguinte conjunto de enunciados:

- (1) É necessário que 9 seja ímpar.
- (2) $9 =$ o número de planetas.
- (3) É necessário que o número de planetas seja ímpar.

Evidentemente, supondo que (1) e (2) sejam verdadeiros⁴⁷, não é aceitável concluir que (3) também o seja. O próprio Quine oferece um outro exemplo que talvez ajude a elucidar o que está em questão:

Pode-se dizer dos matemáticos, concebivelmente, que são necessariamente racionais e contingentemente bípedes; dos ciclistas, que são necessariamente bípedes e contingentemente racionais. Mas o que dizer de um indivíduo que, entre as suas excentricidades, inclui tanto a matemática quanto o ciclismo? Esse indivíduo

⁴⁷ Tanto Quine quanto Kripke escreveram antes do rebaixamento, pela União Astronômica Internacional, em 2006, do *status* de planeta de Plutão.

concreto é necessariamente racional e contingentemente bípede ou vice-versa? Na medida em que falamos referencialmente do objeto, sem nenhuma inclinação especial para fazer um agrupamento de fundo de matemáticos contra ciclistas ou vice-versa, não parece haver sentido em avaliar alguns dos seus atributos como necessários e outros como contingentes. Sim, alguns dos seus atributos contam como importantes e outros como sem importância; alguns como duradouros e outros transitórios; mas nenhum como necessário ou contingente. (QUINE, 1960, p. 199)

Em suma, de acordo com essa perspectiva, revela-se um contra-senso dividir as propriedades de um objeto, considerado isoladamente, entre necessárias e contingentes. De fato, o conceito de necessidade seria redutível à linguagem, à pluralidade de modos de referir e descrever o mesmo objeto.

Como enfrentar tal desafio? A partir da perspectiva de Kripke, um primeiro ponto a ser destacado é que, diferentemente do que está implícito na objeção considerada, a idéia mesma de que nos referimos a particulares via descrições não pode mais ser endossada de maneira tão pacífica – é exatamente esse aspecto que os argumentos de tipo modal, epistêmico e semântico buscam estabelecer.

Ademais, o modo de falar essencialista, com a noção de necessidade aplicada diretamente a indivíduos, longe de ser desprovido de sentido, teria sólido caráter intuitivo, acredita Kripke. Em outras palavras, os conceitos mobilizados pelo defensor do essencialismo têm respaldo na maneira mesma como cotidianamente as pessoas falam a respeito das coisas, não sendo, portanto, construções filosóficas artificialmente criadas (KRIPKE, 1980, p. 41). Dessa forma, teria sentido colocar questões a respeito de propriedades de um particular que poderiam ser diferentes da maneira como de fato são (modalidade *de re*).

Assim, para aludir a um exemplo discutido em *N&N*, poderíamos nos perguntar se Nixon – ou Sócrates, como já mencionado anteriormente – poderia não ter sido um ser humano (KRIPKE, 1980, p. 47). A pergunta aqui colocada não é de caráter epistemológico, mas insere-se no âmbito da reflexão metafísica. Dito de outra maneira, a questão está relacionada à separação entre as modalidades metafísicas, que concernem ao necessário ou ao possível (e, por isso, ao domínio de como são as coisas) e às modalidades epistêmicas do *a priori* ou *a posteriori* (e, portanto, à esfera da epistemologia, que investiga como se dá o nosso conhecimento dos objetos).

Esta distinção implica que o que é necessário metafisicamente pode não o ser do ponto de vista epistêmico. A distinção entre possibilidade (ou necessidade) epistêmica e possibilidade (ou necessidade) metafísica pode ser explicada a partir do exemplo da conjectura de Goldbach. Essa conjectura diz que todo número par maior do que 2 é a soma de dois primos. Como ainda não foi demonstrada conclusivamente, há um certo sentido no qual é

adequado alguém dizer que ela *poderia* ser falsa ou verdadeira. A possibilidade aí envolvida, porém, é melhor caracterizada como a possibilidade epistêmica (relacionada ao nosso conhecimento), e não metafísica. Com efeito, devido à natureza da matemática, geralmente aceita-se que a verdade (ou falsidade) da conjectura, uma vez provada, será metafisicamente necessária.

O que está em causa, portanto, no exemplo de Nixon, não é saber se Nixon não era um autômato disfarçado, embora pensássemos que ele fosse ser humano. Mas, dado o fato de que ele é humano, poderia ele ter sido outra coisa? Poderíamos formular o problema da seguinte forma: metafisicamente, dado que ele é realmente um ser humano, há alguma circunstância em que ele poderia não ser um ser humano e continuar sendo o mesmo particular do mundo real?

A questão de se Nixon poderia não ter sido um ser humano, dado que ele é um humano, não é uma questão sobre o conhecimento, seja *a posteriori* ou *a priori*. É uma questão sobre se, mesmo se tais e tais coisas são o caso, o que poderia ter sido o caso em outras circunstâncias (KRIPKE, 1980, p. 47).

Para recapitular a discussão até aqui: contra o argumento de Quine, que questiona a significatividade da diferenciação entre propriedades necessárias e acidentais de um objeto independentemente do modo como ele for descrito, é preciso apontar que um dos pressupostos da crítica (a saber, a idéia de que nos referimos aos objetos por intermédio de descrições) não se sustenta, se os argumentos de tipo modal, epistêmico e semântico cumprem o seu propósito. Além disso, Kripke mantém que, longe de ser desprovida de sentido, a distinção teria forte amparo intuitivo – em nossas práticas lingüísticas comuns, falamos comumente de propriedades que um particular poderia ou não deixar de ter, conforme ilustrado pelo exemplo de Nixon.

Como destaca Soames (2003, p. 349-351), subjacente à objeção de Quine está, também, a crença de que não existe uma maneira não arbitrária de se escolher, para um objeto qualquer, enunciados que expressariam verdades necessárias a respeito desse objeto. Contudo, se a tese da designação rígida for aceitável, a suspeita de Quine perde o seu fundamento, pois então apenas enunciados formados por termos que designam rigidamente serão relevantes para a atribuição de propriedades necessárias.

Assim, por meio designação rígida, Kripke fornece o critério mesmo de que Quine se ressentia, permitindo dessa forma o estabelecimento do nexos entre a necessidade dos enunciados e as propriedades essenciais do objeto. Ao fazê-lo, torna possível a articulação de

uma perspectiva sobre a necessidade *de re* que, pelo menos *prima facie*, mostra-se coerente e inteligível.

Quando consideramos se um objeto tem uma propriedade essencialmente, nós usamos um designador rígido para falar sobre o mesmo objeto com respeito a todos os estados-do-mundo possíveis. Visto que o designador é rígido, a questão de se o objeto tem a propriedade com respeito a todos os estados-do-mundo é equivalente à questão de se a frase ou fórmula que atribui a propriedade ao referente do designador rígido é verdadeira relativamente a todos aqueles estados-do-mundo. Os valores de verdade de outras frases contendo designadores não-rígidos do objeto são simplesmente irrelevantes. (SOAMES, 2003, p. 351)

Assim, no caso do argumento sobre o número dos planetas, por exemplo, a conclusão de que “É necessário que o número dos planetas seja ímpar” não decorre, mas isso porque – diferentemente de “9” – “o número dos planetas” não conta como designador rígido e, portanto, o enunciado final como um todo não se qualifica para a atribuição de propriedades necessárias.⁴⁸

É o caso de se esclarecer aqui que, embora torne mais compreensível o discurso relacionado com as modalidades *de re*, a designação rígida não precisa ser entendida de modo a implicar, por si só, a tese essencialista, não mais do que implica a visão oposta do anti-essencialismo. Assim, pode-se concordar com Eleonora Orlando quando diz que, “em minha opinião, não é possível considerar que a tese dos designadores rígidos implica o essencialismo metafísico” (ORLANDO, 1999, p. 62).

Para Orlando, porém, a razão para tal é que a linguagem seria uma base muito limitada para fundamentar adequadamente uma compreensão metafísica abrangente do mundo. Na sua visão, a prioridade deve ser dada à metafísica, não à linguagem. Desse modo, é porque se tem uma visão essencialista de fundo que a designação rígida pode aparecer como concepção plausível (inferida a partir de um raciocínio abduutivo ou para a melhor explicação), na medida em que os designadores rígidos se revelam correlatos semânticos das propriedades essenciais empiricamente descobertas (ORLANDO, 1999, p. 63). Em resumo, nessa visão, a tese da designação rígida não implica o essencialismo, mas antes o pressupõe.

No entanto, como assinala Murcho (2004), embora Kripke não a apresente dessa forma, a designação rígida, se compreendida simplesmente como a afirmação de que termos como nomes próprios se referem invariavelmente ao mesmo objeto em todos os mundos

⁴⁸ Numa nota de rodapé, Kripke afirma: “Um exemplo filosófico consagrado, popularizado por Quine, é o de que o número de planetas é nove. (...) Embora afirmar que ‘os astrônomos mudaram de idéia quanto a qual é o número de planetas’ tenha sentido, afirmar que ‘os matemáticos mudaram de idéia quanto ao que é o número 9’ mal parece inteligível, para não dizer possivelmente verdadeiro. Isso me parece ser uma razão adicional para se adotar uma ‘atitude de franca desigualdade’ quanto às duas formas de supostamente designar o número 9” (KRIPKE, 2011c, p. 260, nota 19).

possíveis nos quais esse objeto existe, é antes a própria condição que possibilita a formulação adequada tanto do discurso essencialista quanto do discurso anti-essencialista, de sorte que, em si mesma, não pressupõe nem o essencialismo nem uma visão anti-essencialista.

Isto é assim dado que, se não for o caso que os nomes próprios apontam sempre para os mesmos referentes, fica-se em apuros para avaliar corretamente um enunciado como “Nixon poderia não ser um ser humano”, pois, nessa suposição, o nome “Nixon”, em outros mundos possíveis, fracassará em designar o mesmo indivíduo do mundo real. Assim, não se exprime a visão anti-essencialista que se tem em mente, em conformidade com a qual o Nixon do mundo real poderia, em outros mundos possíveis, continuar sendo o mesmo indivíduo ainda que não fosse um ser humano – tudo o que é expresso, na ausência da designação rígida, é a idéia de que, em outros mundos possíveis, um outro indivíduo, a quem cabe o nome “Nixon”, não é um ser humano.

Se essas observações estão corretas, então a noção de designador rígido capta um aspecto fundamental das nossas práticas comunicativas comuns. Esse aspecto, quando devidamente compreendido, fortalece a prioridade da semântica em relação à definição de qualquer posição metafísica essencialista ou anti-essencialista, em contraste com o que pensa Orlando.

Uma vez afastada a suspeita anti-essencialista de origem quineana, vejamos agora a concepção essencialista que emerge das páginas de *N&N*.

4 O ESSENCIALISMO CIENTÍFICO DE SAUL KRIPKE

Reunindo as considerações feitas por Kripke em *N&N* a respeito das propriedades essenciais, Ahmed sistematiza o conjunto das teses defendidas da forma abaixo:

- (1) Tem sentido distinguir entre propriedades essenciais e propriedades acidentais dos indivíduos independentemente de como são descritos.
- (2) A ancestralidade é essencial a um ser humano.
- (3) A origem material é essencial a um artefato.
- (4) A constituição de que é feito é essencial a um objeto físico.
- (5) Objetos idênticos/distintos o são necessariamente.
- (6) Enunciados de identidade/separação que envolvem designadores rígidos, se verdadeiros, são necessários. (AHMED, 2007, p. 58)

Na discussão que se segue, todos esses pontos serão devidamente abordados. Para fins de organização do texto desta seção 4, porém, optou-se por subdividi-lo tendo em vista as

diferentes versões essencialistas. Assim, em 4.1, analisa-se a alegação quanto à essencialidade da origem biológica. Em 4.2, o assunto é a afirmação de que a origem e a composição material são essenciais para os artefatos. Em 4.3, discute-se o caráter necessário dos enunciados de identidade com nomes correferenciais (incluindo enunciados teóricos de identidade). Uma subseção específica (a 4.4) foi destinada ao problema da definição da designação rígida para termos para espécies naturais. Compõe ainda esta seção a parte 4.5, voltada para o tema das duas rotas para o essencialismo científico.

O item (1) da relação de Ahmed foi o assunto das páginas anteriores, que trataram da crítica de Quine.

4.1 A essencialidade da origem biológica

Quanto ao ponto (2), trata-se da tese segundo a qual, para um indivíduo, a sua origem biológica efetiva constitui uma propriedade que lhe é essencial. De maneira um pouco mais precisa, o essencialismo quanto às origens biológicas pode ser descrito da seguinte maneira. Um indivíduo ter os pais que de fato têm ou, ainda, ter-se originado do esperma e do óvulo de que de fato se originou (KRIPKE, 1980, p. 113), é uma propriedade essencial do indivíduo, sem a qual não existiria.

Eis o que Kripke diz, tomando como exemplo a rainha Elizabeth II:

(...) podemos imaginar uma situação na qual teria ocorrido que esta mesma mulher veio do sr. e da sra. Truman? Eles poderiam ter tido uma criança que compartilhasse com ela muitas propriedades. Talvez, em alguns mundos possíveis, o sr. e a sra. Truman até mesmo tenham uma criança que se tornou realmente a rainha da Inglaterra e que foi tomada como a filha de outros pais. Esta não seria uma situação, ou assim me parece, na qual *esta mesma mulher*, a quem chamamos de “Elizabeth II”, era a filha do sr. e da sra. Truman. Seria uma situação na qual houve uma mulher que tinha muitas das propriedades que na realidade são verdadeiras de Elizabeth (...) Como poderia uma pessoa que se origina de pais diferentes, de esperma e óvulos totalmente diferentes, ser *esta mesma mulher*? (KRIPKE, 1980, p. 112-113).

Nessa concepção, o que ocupa o primeiro plano na singularização mais fundamental de um indivíduo não são as determinações sociais a ele associadas – por exemplo, ter determinada profissão, ser socializado de uma forma específica, estar em certa posição dentro da sociedade ou, ainda, no exemplo da rainha, ter direito a ocupar o trono. Em outras palavras, a ênfase no trecho citado não incide sobre o fato de que uma futura rainha tem de ser filha de um certo tipo de pessoas (rei e rainha), e não de outras (por exemplo, camponeses) – não se trata da transmissão de um certo papel social de pais para filhos.

Ao contrário, essa idéia é explicitamente rejeitada, quando Kripke considera que, noutro mundo possível, outra criança poderia ser tomada como a filha dos reis e vir a ser rainha, mas não seria a mesma mulher. O que importa, e a passagem deixa isso muito claro, é que o que determina que, noutro mundo possível, se trate da *mesma* pessoa é a combinação genética do esperma com o óvulo.

De fato, do ponto de vista metafísico aqui colocado, todas as características sociais de um indivíduo poderiam sofrer alteração, sendo satisfeitas – imaginemos – por uma outra pessoa X qualquer. Ainda que isso ocorra, X não se confundirá com o primeiro indivíduo, pois permanece a separá-los de modo fundamental a diferente ascendência biológica.

Em apoio ao seu modo de ver, Kripke baseia-se num recurso aos nossos juízos pré-teóricos. Diante da situação retratada, somos convidados a expressar as nossas intuições e, ponderados todos os aspectos, pretende-se que alcancemos a conclusão de que, de fato, duas pessoas, ainda que compartilhassem as características externas, não poderiam ser a mesma, caso tivessem pais biológicos diversos. Nesse sentido, ser ou não filha de reis e ter direito à realeza não passaria de uma característica externa (ou social) ou uma propriedade acidental e contingente para um indivíduo. Intuitivamente, para Kripke, julgamos que o essencial para que uma pessoa seja quem ela é reside em sua relação biológica com os pais.

Em sua avaliação do essencialismo quanto às origens biológicas, Ahmed salienta como o *itálico*, usado por Kripke na passagem mencionada, pode influenciar significativamente a resposta espontânea, dependendo de qual parte é escolhida como objeto de ênfase. Além disso, assinala que muitas vezes temos fortes intuições contrárias, no sentido de que afirmamos que poderíamos ter tido pais diferentes daqueles que de fato temos – por exemplo, um filho de camponês poderia se queixar por não ter tido algum duque como pai, o que teria lhe dado uma vida com menos atribuições. Assistimos, então, a um conflito de intuições com pelo menos o mesmo grau de força, senão com mais poder para a intuição oposta à desejada por Kripke (AHMED, 2007, p. 45).

O argumento essencialista, porém, parece poder ser formulado de uma maneira tal que evite o choque de intuições conflitantes, tornando-se imune pelo menos ao tipo de objeção que Ahmed tem em mente. Uma tentativa informal de apresentá-lo talvez pudesse ser feita a partir do seguinte conjunto de enunciados:

- (1) Se X for filho de A e B, então X tem – entre diversas outras – a propriedade F.
- (2) Se X for filho de C e D, então X tem – entre diversas outras – a propriedade G.
- (3) As propriedades F e G não podem existir no mesmo indivíduo ao mesmo tempo.

(4) Se dois indivíduos têm todas as propriedades em comum, exceto no que diz respeito às propriedades F e G, então são dois indivíduos diferentes.

Assim, supondo que (1) é verdadeiro, X pode imaginar-se filho de C e D – os pais de (2) –, mas isso não implica que, tivesse sido real essa última situação, ele seria o mesmo indivíduo que de fato é, pois, no caso imaginado, teria a propriedade G – podemos pensar aqui em F e G como sendo propriedades relacionadas à constituição genética efetiva que se tem no mundo real e que é legada pelos progenitores –, a qual, por si só, seria capaz de torná-lo, do ponto de vista metafísico, um indivíduo diferente, ainda que essa propriedade não fosse a ele acessível de maneira transparente. De fato, não estamos imediatamente cientes de todas as propriedades de um indivíduo; nem há razão para esperar que estejamos cientes de todas as suas propriedades essenciais, sobretudo se acreditarmos que o conhecimento destas últimas é trazido à tona somente pela atividade científica.

E no caso de gêmeos idênticos ou univitelinos? O argumento parece ter a implicação de que dois indivíduos gêmeos, que compartilham todas as propriedades, seriam na verdade um único indivíduo. Para lidar com isso, uma possibilidade é acrescentar, ao lado de F e G, as propriedades H e J. As duas propriedades H e J podem ser entendidas como referentes à identidade numérica ou à localização espaço-temporal, o que parece ser suficiente para garantir a unicidade pretendida para cada indivíduo.

Tudo isso quanto ao essencialismo a respeito da origem ou da ancestralidade biológica. Uma versão de essencialismo distinta, mas relacionada com a tese sobre a necessidade das origens, é o chamado essencialismo categorial (*sortal essentialism*). Essa última variante pode ser ilustrada pelo exemplo segundo o qual Sócrates não poderia deixar de instanciar a propriedade de ser humano. Nesse caso, ser humano é sem dúvida uma propriedade relacionada à gênese de Sócrates, uma vez que é o fato de Sócrates ter determinada origem – ser gerado por indivíduos humanos – que acarreta o seu pertencimento à espécie dos seres humanos.

No entanto, ser humano não é uma essência, mas sim uma propriedade essencial, dado que existem diversos indivíduos que compartilham tal atributo. Assim, pode-se estabelecer que, enquanto o essencialismo quanto às origens ou ancestralidade biológica baseia-se na determinação de essências, o essencialismo categorial trata de propriedades essenciais.

Cabe notar, apenas, o papel importante das intuições na determinação do que pode ser possível ou não também nesses casos: em outro mundo possível, Sócrates poderia ter sido um animal (não-humano) qualquer – um cachorro, digamos – e, ainda assim, continuar sendo o

mesmo objeto que é? Exemplos como esse sugerem que, embora as categorias modais sejam um fragmento importante da nossa linguagem – falamos comumente que algo *poderia* (ou *não poderia*) acontecer, que *é necessário* que tal ocorra etc –, reconhecemos à primeira vista que há certos limites para as mudanças possíveis relacionadas a um objeto, de modo que, para além de certo limiar de alteração, o objeto parece já não poder ser metafisicamente o mesmo do mundo real. Ter determinada origem biológica estabelece uma fronteira clara nesse sentido, segundo Kripke.

4.2 A essencialidade da origem e da composição material de objetos físicos

No que tange à alegação sobre a composição dos artefatos, a idéia é que os objetos materiais não poderiam deixar de ter certas propriedades sem deixar de ser o que são. Kripke oferece o exemplo de uma mesa específica, a qual se origina de um determinado pedaço de madeira (KRIPKE, 1980, p. 113). Será que esta mesa concreta sobre a qual fica o computador em que este texto está sendo digitado poderia ter se originado de uma substância radicalmente diferente do que aquela do qual de fato veio e, não obstante, continuar sendo a mesma mesa que é? Nas palavras do autor:

No caso desta mesa, podemos não saber de que pedaço de madeira veio a mesa. Agora, poderia *esta mesa* ter sido feita de um pedaço de madeira completamente *diferente*, ou até mesmo de água engenhosamente transformada em gelo – água retirada do rio Tâmisia? (...) [E]mbora possamos imaginar a criação de uma mesa de um outro pedaço de madeira ou até mesmo de gelo, idêntica na aparência a esta aqui, e embora pudéssemos tê-la colocado nessa mesma posição da sala, parece-me que isto *não* é imaginar *esta* mesa como feita de madeira ou gelo, mas, no lugar disso, é imaginar uma outra mesa, *que compartilha* com esta todos os detalhes externos, feita de um outro pedaço de madeira, ou mesmo de gelo. (KRIPKE, 1980, p. 113-114)

Vale frisar que, nesse caso, a exemplo do que se disse a propósito da análise do essencialismo quanto à origem biológica, o fundamental não concerne à possibilidade epistêmica, mas sim à possibilidade metafísica. Saber se a mesa é realmente feita de madeira ou de qualquer outro material talvez possa ser uma questão cabível em alguma circunstância imaginada. Entretanto, supondo – para os propósitos da argumentação – que a mesa de fato se origina de um pedaço específico de madeira, a pergunta que se impõe é: poderia ela ter origem num pedaço de madeira diverso sem com isso deixar de ser o mesmo objeto que é no mundo real? As nossas intuições, aposta-se mais uma vez, seriam no sentido de que *não*.

Kripke não está, pois, de forma alguma comprometido com a crença de que mesas genéricas só podem ser feitas de madeira nem, de modo mais amplo, com teorias físicas ou químicas – para não falar de teorias científicas *simpliciter* – específicas a respeito da composição última das coisas, as quais o próprio desenvolvimento da ciência poderia posteriormente se encarregar de mostrar que estavam equivocadas. O seu essencialismo é melhor formulado de maneira condicional: *se o objeto X é feito de A, ser feito de A é uma propriedade essencial de X.*

Esta mesa é composta de moléculas. Ela poderia não ter sido composta de moléculas? Evidentemente, foi uma descoberta científica de grande importância que ela foi composta de moléculas (ou átomos). Mas algo poderia ser este mesmo objeto e não ser composto de moléculas? Certamente, existe a impressão de que a resposta a isso tem de ser “não”. Em todo caso, é difícil imaginar sob que circunstâncias alguém poderia ter este mesmo objeto e descobrir que ele não é constituído de moléculas. **Uma questão bem diferente é se ela de fato é formada por moléculas no mundo real e como conhecemos isso.** (KRIPKE, 1980, p. 47, grifos nossos)

Efetivamente, a idéia parece ser que a reflexão ou a análise filosófica nos revela que, se um objeto tem determinada propriedade (por exemplo: ser humano, no caso de Sócrates; ser de madeira, no caso da mesa), então a tem de modo necessário, do ponto de vista metafísico. Dito de outra forma, não podemos conceber, metafisicamente falando, senão que certas propriedades dos objetos, caso eles as possuam, têm de ser exemplificadas em todas as situações possíveis, pois, de outro modo, o objeto deixaria de ser o indivíduo particular que é.

No entanto, o estabelecimento do fato de que os objetos instanciam concretamente essas propriedades não pode dispensar o trabalho de verificação empírica dos elementos constitutivos da matéria nem deixar de recorrer ao melhor conhecimento científico disponível. Eis o que é dito noutra passagem:

Todos os casos do necessário *a posteriori* discutidos no texto têm a característica especial atribuída aos enunciados matemáticos: a análise filosófica nos diz que não podem ser contingentemente verdadeiros, de modo que qualquer conhecimento empírico da sua verdade é, automaticamente, conhecimento empírico de que são necessários. Essa caracterização se aplica, em particular, aos casos de enunciados de identidade e de essência. Ela *pode* nos dar uma pista para uma caracterização geral do conhecimento *a posteriori* de verdades necessárias. (KRIPKE, 1980, p. 159)

Em *N&N*, podem ser encontrados elementos que indicam a possibilidade de se estabelecer uma distinção entre a tese a respeito da essencialidade da origem material e uma outra acerca do caráter essencial da composição ou constituição material. “Além do princípio de que a *origem* de um objeto é essencial a ele, um outro princípio sugerido é que a *substância* de que é feito é essencial” (KRIPKE, 1980, p. 114, nota 57). A primeira tese

afirmaria ser necessário o “pedaço” específico de matéria que foi feito o artefato: o pedaço de madeira, retirado de um determinado tronco, de que a mesa se originou, por exemplo. A outra sustenta que o material originário mesmo é necessário; isto é, um material de mesma composição físico-química.

Se a primeira tese for aceitável, a segunda segue-se trivialmente. Isto é, se for verdade que o pedaço original de um objeto é essencial, então o material de que é feito o pedaço original será também essencial ao objeto. A inversa, porém, parece não ser verdadeira. Seria possível alguém defender, por exemplo, que o material usado na construção de uma mesa é essencial, mas não o pedaço específico de madeira que resultou no objeto.

A essencialidade da constituição material, então, refere-se à idéia de que a própria substância de que é feito um artefato – madeira, metal etc. – não poderia ser completamente diferente do que é, pois, se o fosse, o objeto não seria o mesmo objeto do mundo real. Evidentemente que, durante o tempo de sua existência, um artefato pode se alterar, transformando-se, em alguns casos, em algo de matéria diferente. A tese da essencialidade da constituição não deve ser vista como negando essa possibilidade (AHMED, 2007, p. 51) – o que é afirmado apenas é que o material é uma propriedade essencial do objeto. Na nota 57, Kripke afirma:

Desse modo, a questão de se a mesa poderia ter *mudado* para gelo é irrelevante aqui. A questão relevante é se a mesa poderia *originalmente* ter sido feita de algo distinto da madeira. Obviamente, essa questão está relacionada com a necessidade da origem da mesa de um dado pedaço de madeira e se esse pedaço, também, é essencialmente madeira (até mesmo madeira de uma espécie particular). Assim, é normalmente impossível imaginar a mesa feita de alguma outra substância que não aquela de que é efetivamente feita sem ter de voltar toda a história do universo, uma façanha espantosa. (KRIPKE, 1980, p. 114-115)

Há de se notar que o próprio Kripke não se coloca como claramente convicto da verdade irretocável dessas aplicações específicas das teses essencialistas, no sentido de que procura explorá-las mais como princípios que são sugeridos pelas idéias anteriormente propostas. No prefácio do livro, que foi escrito anos depois de proferidas as conferências, é dito que o argumento que aparece na nota 56 de *N&N* mereceria agora reparos. Esses reparos, contudo, devido à política conservadora adotada na revisão da obra, não foram feitos naquele momento (KRIPKE, 1980, p. 1).

Diante do exposto, alguns questionamentos poderiam ser realizados⁴⁹. Suponhamos que uma mesa de madeira tenha uma perna quebrada e, depois, é feita a devida substituição: se substituirmos por outra perna de madeira, então continuaria sendo a mesma mesa, já que o tipo de material é o mesmo? Ou, dada a diferente origem do novo pedaço de madeira, então a mesa é outra? Ou, ainda, se substituirmos por um pedaço de metal, então a mesa seria diversa?

Como esboço para possível resposta, cabe dizer que se poderia tentar rejeitar a formulação das objeções – pelo menos nos termos em que foram colocadas – como pertinentes para a maneira como Kripke entende o assunto. Com efeito, é textual, na passagem mencionada anteriormente, que é irrelevante, para a concepção essencialista desenvolvida em *N&N*, a questão de se um objeto poderia mudar o seu material, uma vez criado. Dito de outra forma, deve-se atentar para o fato de que Kripke afirma que o **material de origem** do objeto é uma propriedade essencial, não podendo ser diferente, pois, se o fosse, o objeto deixaria de ser o mesmo particular que é.

Entretanto, reconhece-se que o objeto, uma vez tendo vindo ao mundo, poderia ter as suas propriedades alteradas – a concepção essencialista kripkeana não pretende negar essa possibilidade. O trecho a seguir aparece um pouco antes da passagem citada na página anterior e é esclarecedor a esse respeito:

(...) não se deve confundir o tipo de essência envolvida na questão “Quais propriedades um objeto deve manter para não deixar de existir e quais propriedades do objeto podem mudar enquanto o objeto permanece?”, que é uma questão temporal, com a questão “Quais propriedades (atemporais) o objeto não poderia ter deixado de ter e quais propriedades poderia não ter e ainda existir (atemporalmente)?”, que concerne à necessidade, e não ao tempo, e é o nosso assunto aqui. (KRIPKE, 1980, p. 114)

Nesse sentido, Barnett (2005) defende que o essencialismo quanto à constituição e origem material só é aceitável se for compreendido exatamente como uma tese de caráter genérico (e de tipo mais fraco), de acordo com a qual os artefatos não podem ter uma origem totalmente diferente (BARNETT, 2005, p. 539). Qualquer tentativa de estabelecer um nível mereológico fundamental para a essencialidade da composição dos objetos – pedaço, células, moléculas, átomos etc. – estaria sujeita aos “contra-exemplos em que as partes originais reais de algum objeto x sofrem substituições graduais” (BARNETT, 2005, p. 530).

⁴⁹ Agradeço ao prof. Plínio Smith por sugerir esses exemplos. Os examinadores que compuseram a banca de qualificação também destacaram questões semelhantes.

4.3 Enunciados de identidade e termos para espécies naturais

No que diz respeito aos enunciados de identidade, Kripke defende que aqueles que envolvem nomes próprios correferenciais, se verdadeiros, são necessários. Caso o enunciado de identidade não seja verdadeiro, é então necessariamente falso. Para usar um exemplo clássico da necessidade da identidade, “Véspero” e “Fósforo” são dois nomes para o planeta Vênus. A descoberta de que se referem ao mesmo corpo celeste, porém, representou um avanço para a astronomia, não tendo sido possível estabelecê-la apenas a partir da reflexão sobre os termos envolvidos. Como os nomes próprios são designadores rígidos, aplicam-se sempre aos mesmos objetos em todos os mundos possíveis. Isso significa que, uma vez que Véspero é de fato Fósforo, o enunciado “Véspero é Fósforo” é necessário, além de (alegadamente) ser conhecido *a posteriori*.

Na base do raciocínio está o princípio leibniziano da indiscernibilidade dos idênticos. De maneira informal, esse princípio preconiza que os objetos idênticos têm todas as propriedades em comum – esse princípio é mais forte do que o conhecido e também leibniziano princípio da identidade dos indiscerníveis, que afirma que, se dois objetos tem todas as propriedades têm comum, então são idênticos. Assim, como exemplo, considere-se um objeto X, que tem, entre outras, a propriedade de ser necessariamente igual a si mesmo. Ora, por hipótese, X é idêntico a Y. Portanto, Y tem a propriedade de ser necessariamente igual a X. No caso da necessidade da diferença, o argumento é paralelo.

Já quando trabalhava com lógica modal parecia-me que, como Wiggins dissera, o princípio leibniziano da indiscernibilidade dos idênticos era tão evidente quanto a lei da contradição. (...) [E]ra claro que, de $(x) \Box (x = x)$ e da lei de Leibnitz, a identidade é uma relação “interna”: $(x) (y) (x = y \supset \Box x = y)$. (Quais pares (x, y) poderiam ser contra-exemplos? Nenhum par de objetos diferentes, pois então a antecedente é falsa; nem algum par com um objeto e si mesmo, pois então o conseqüente é verdadeiro). Se “a” e “b” forem designadores rígidos, segue-se que “a = b”, se verdadeira, é uma verdade necessária. Se “a” e “b” não forem designadores rígidos, não se segue conclusão alguma dessa sobre o enunciado “a = b” (embora os objetos designados por “a” e por “b” venham a ser necessariamente idênticos). (KRIPKE, 1980, p. 3)

Em enunciados teóricos de identidade, que envolvem termos para espécies naturais, como “A água é H₂O” ou “O número atômico do ouro é 79”, também teríamos a descoberta de verdades necessárias *a posteriori* – tomando a princípio “água” e “ouro” como termos de categorias naturais referentes a objetos abstratos, de que os exemplares concretos no mundo são instâncias (essa suposição será objeto de discussão na próxima subseção). De fato, para Kripke, no caso do ouro, por exemplo, o elemento não poderia ser a mesma substância natural

caso possuísse um número atômico diferente. Nessa concepção, o que define o pertencimento a uma categoria natural não são características fenomênicas das suas instâncias – como ser amarelo, duro, ter certo peso, no caso do ouro; ou ser amarelo, carnívoro, ter listras e quatro patas etc., no caso dos tigres – mas sim ter determinada “estrutura interna”, a qual só pode ser descoberta pela investigação científica, não por uma reflexão semântica.

Como se vê, a noção de “estrutura interna” é de importância central, ainda que Kripke não forneça uma definição explícita e detalhada do que seria a estrutura interna dos exemplos discutidos. Do conjunto de observações feitas, contudo, pode-se concluir que, no caso do ouro, água e demais substâncias naturais, a estrutura interna seria dada pela composição química. No caso dos tigres⁵⁰, presume-se que a estrutura interna seria dada pela configuração genética própria da espécie.

Mesmo não *conhecendo* a estrutura interna dos tigres, nós supomos – e vamos supor que estamos certos – que os tigres formam uma certa espécie ou categoria natural. Nós então podemos imaginar que poderia haver uma criatura que, embora tendo toda a aparência externa dos tigres, difere deles o suficiente, do ponto de vista interno, que nós diríamos que ela não é da mesma espécie de coisa. Nós podemos imaginar isso sem saber qualquer coisa sobre essa estrutura interna – qual é essa estrutura interna. Nós podemos dizer de antemão que usamos o termo “tigre” para designar uma espécie e que qualquer coisa que não for dessa espécie, mesmo se parecer com um tigre, não é de fato um tigre. (KRIPKE, 1980, p. 121)

Uma alternativa possível, não tematizada por Kripke mas que parece ser conciliável com passagens de *N&N*, seria pensar a estrutura interna como formada por diferentes níveis, como se pudessem ser identificados graus cada vez mais profundos de estruturas interiores. Assim, um primeiro nível poderia ser composto pelos órgãos ou partes internas, que também são revelados pela ciência – trata-se, precisamente, do campo da anatomia. O segundo nível seria formado pelo arranjo celular específico. O terceiro nível, por sua vez, seria revelado pela organização dos genes. As camadas poderiam assim prosseguir, até se alcançar os átomos e, depois, o plano dos constituintes mais elementares da matéria, âmbito da física de partículas.

Nesse quadro, o grau relevante para a determinação da estrutura interna seria variável consoante o tipo de indivíduo considerado. Para animais, considera-se a estrutura genética; para substâncias como ouro, o nível atômico. Um problema para essa abordagem, porém, está ligado ao que foi discutido no final da seção 4.2. Ao depender de níveis mereológicos concretamente especificados, essa abordagem parece ficar mais vulnerável aos contra-

⁵⁰ E dos seres vivos em geral, haja vista o que Kripke afirma a respeito da combinação de esperma e óvulo para a essencialidade da origem biológica (ver a seção 4.1 desta dissertação). Agradeço ao prof. Plínio Smith pelas sugestões dadas para toda a questão da estrutura interna, inclusive para a concepção em níveis das estruturas internas, exposta adiante.

exemplos em que ocorrem substituições graduais de elementos tidos como essenciais, numa atualização do famoso paradoxo do navio de Teseu.

Seja como for, Kripke não persegue essa linha de pensamento. Voltemos assim à última citação. Deve-se notar que, embora o pertencimento a espécies naturais não seja, em última análise, determinado pelas marcas exteriormente observáveis, tais características podem desempenhar um papel importante na introdução dos seus termos correspondentes, os quais podem ser incorporados à linguagem tanto por um procedimento de ostensão quanto a partir de uma descrição.

Na análise kripkeana, “ouro” é usado como designador rígido para se referir a objetos que compartilham traços de uma amostra original. Dentro de uma comunidade lingüística, o termo é então passado de falante para falante – os quais mantêm a intenção de se referir aos mesmos objetos designados pelas pessoas de quem obtiveram o termo – como nome para os objetos que compartilham notas consideradas identificadoras.

Pode ocorrer, porém, de as características julgadas inicialmente distintivas selecionarem substâncias que não são ouro (é o exemplo da pirita) ou de haver substâncias que são ouro – mesmo número atômico, portanto - que não exemplifiquem algumas dessas características externas (KRIPKE, 1980, p. 118-119). Por isso, também no caso das espécies naturais, não se pode dizer que as descrições sejam sinônimas dos nomes.

Para espécies, tanto quanto para nomes próprios, a maneira como a referência de um termo é fixada não deve ser tomada como sinônima para o termo. No caso dos nomes próprios, a referência pode ser fixada de várias maneiras. No batismo inicial, ela é normalmente fixada por ostensão ou por uma descrição. (...) As mesmas observações valem para um termo geral como “ouro”. Se nós imaginarmos um batismo hipotético (admitidamente um tanto superficial) da substância, nós devemos imaginá-la sendo selecionada por alguma “definição” como “Ouro é a substância instanciada por aquelas coisas ali ou, em todo caso, por quase todas elas”. (KRIPKE, 1980, p. 135)

A afirmação de que nomes e descrições não são sinônimos deriva da percepção de que, no caso do ouro e de outras categorias naturais, poderíamos estar radicalmente enganados quanto às propriedades fenomênicas que exibem. Com efeito, poderíamos descobrir que o ouro não é de fato amarelo. A cor amarela poderia ser, digamos, resultado de uma ilusão de ótica “devida a propriedades peculiares da atmosfera da África do Sul e da Rússia e de outras áreas onde são comuns minas de ouro” (KRIPKE, 1980, p. 118). Supondo que isso tenha ocorrido e que a ilusão nos seja de alguma forma revelada, essa não seria uma situação onde se pudesse fazer um anúncio nos jornais como *O ouro não existe*. Em vez disso, seria uma

situação na qual achávamos que o ouro era amarelo, mas na verdade é azul, por exemplo (KRIPKE, 1980, p. 118).

Em suma, Kripke argumenta que: i) não é *a priori* que se conhecem as propriedades fenomênicas das categorias naturais, dado que, por exemplo, o ouro poderia não ser amarelo; ii) as categorias naturais têm propriedades essenciais, como a de, no caso do ouro, ter o número atômico 79; e iii) os enunciados de identidade que envolvem termos para espécies naturais (dado que usam designadores rígidos) são necessários, se verdadeiros (AHMED, 2007, p. 59).

Como consequência dessas idéias, resulta que, diferentemente do que é afirmado pelo descritivismo, termos para espécies naturais não têm o seu sentido estabelecido a partir de um conjunto de propriedades (AHMED, 2007, p. 64). A exemplo do que se passa com os nomes próprios, é possível oferecer formulações dos argumentos modal, epistêmico e semântico também para o caso dos termos para categorias naturais.

De acordo com a visão que eu defendo, portanto, os termos para espécies naturais estão muito mais próximos dos nomes próprios do que comumente se supõe. O velho termo “nome comum” é assim muito apropriado para predicados indicando espécies ou categorias naturais, tais como “vaca” ou “tigre”. As minhas considerações também se aplicam, porém, a alguns termos de massa para espécies naturais, como “ouro”, “água” e semelhantes. (KRIPKE, 1980, p. 127)

Diante de tudo o que foi dito até o momento, alguém poderia levantar a seguinte questão: por que não seria possível imaginar que a experiência revelasse que, digamos, o ouro tem um número atômico diferente de 79 ou que a água é formada por outros elementos químicos que não oxigênio e hidrogênio? Conceber essas possibilidades faz pleno sentido e isso, pelo menos à primeira vista, pode ser tomado como um problema para o essencialismo científico.

De acordo com Kripke, essa dificuldade resulta de um equívoco na avaliação de certas situações contrafactuais. Julga-se, comumente, que tudo o que é concebível é possível na realidade, de modo que tudo aquilo que é possível conceitualmente seria possível realmente. Kripke, ao contrário, sustenta que nem todas as possibilidades concebidas são metafisicamente legítimas: o domínio da possibilidade conceitual, por assim dizer, é mais vasto que o âmbito da possibilidade metafísica.

Esse ponto foi bem compreendido por Soames. Há “(...) uma distinção nítida entre a possibilidade epistêmica e a possibilidade metafísica – entre maneiras como as coisas *concebeivelmente* poderiam ser *versus* maneiras como as coisas *realmente* poderiam ser (ou

teriam sido)” (SOAMES, 2011, p. 80). E ainda: “De acordo com Kripke, portanto, algumas coisas que são coerentemente concebíveis não são genuinamente possíveis” (SOAMES, 2011, p. 81).

Por isso, para Kripke, não se segue que, do fato de que podemos pensar algo, esse algo seja possível na realidade – isto é, seja possível de um ponto de vista metafísico. Mesmo que se possa pensar, por exemplo, que o ouro tem o número atômico 27 (e não 79), não é possível que o ouro tenha esse número atômico (supondo que as teorias científicas não estejam equivocadas e o ouro de fato tenha o número atômico 79).

Desse modo, é apenas num sentido epistêmico que a água poderia não ser H₂O. Dado que a água é de fato H₂O, quando imaginamos uma situação contrária a essa, o que de fato concebemos, na interpretação oferecida, é que poderíamos estar numa situação qualitativamente idêntica à atual, em que há um líquido transparente, inodoro etc., mas com uma substância de diferente estrutura interna (e, portanto, diferente da água). A estratégia aqui proposta consiste em interpretar a nossa intuição de que as coisas poderiam ter se passado de modo diverso analisando-a como um juízo a respeito de objetos diferentes, mas que, do ponto de vista do nosso conhecimento, assemelham-se àqueles existentes na situação original.

Nesse sentido, comentando o exemplo da mesa de madeira, Kripke afirma:

E equivale ao quê, então, a intuição de que a mesa poderia ter sido feita de gelo ou de qualquer outra coisa, de que poderia não ter sido feita de moléculas? Penso que significa simplesmente que poderia ter existido *uma mesa*, que foi na verdade feita de gelo, que se parecesse (...) exatamente como esta e estivesse nesta mesma posição na sala. Em outras palavras, eu (ou qualquer ser consciente) poderia ter estado *qualitativamente na mesma situação epistêmica* que de fato ocorre, eu poderia ter os mesmos dados sensíveis que de fato tenho. (KRIPKE, p. 142)

Eis, em síntese, como funciona a estratégia de resposta:

A resposta geral ao crítico pode então ser formulada como segue. Qualquer verdade necessária, seja *a priori* ou *a posteriori*, não poderia ter sido diferente. No caso de algumas verdades necessárias *a posteriori*, entretanto, podemos dizer que, sob situações apropriadas qualitativamente idênticas, um enunciado qualitativo apropriado correspondente poderia ter sido falso. O enunciado frouxo e impreciso de que o ouro poderia ter sido um composto deve ser substituído (aproximadamente) pelo enunciado que lhe é logicamente equivalente de que poderia ter havido um composto com todas as propriedades originalmente atribuídas ao ouro. O enunciado impreciso de que Véspero poderia não ter sido Fósforo deve ser substituído pela contingência verdadeira (...): dois corpos diferentes poderiam ter ocupado, de manhã e à noite, respectivamente, as mesmas posições atualmente ocupadas por Véspero-Fósforo-Vênus. (KRIPKE, 1980, p. 142-143)

Uma implicação do essencialismo científico é que não teria havido mudança do significado de um termo como “ouro” quando se descobriu que o ouro é o elemento de

número atômico 79. Para Kripke, pressupunha-se, desde o momento de sua introdução, que o termo indicava alguma estrutura interior – é assim que se dá o nosso uso da linguagem. Desse modo, um metalúrgico e um leigo não possuem conceitos diferentes (KRIPKE, 1980, p. 139). “Desde o princípio, o nosso conceito de tigre [ou de ouro] (como conceito de espécie natural) aponta para a estrutura interna, seja qual for a época posterior em que se comece a desvelar empiricamente qual é essa estrutura” (OTERO, 2006, p. 187).

Essa concepção tem ainda outras conseqüências que à primeira vista podem parecer erradas ou contrárias à intuição (KRIPKE, 1980, p. 23-24; ver também p. 157). Uma dessas implicações, que tem relação com a discussão sobre termos para categorias naturais, é que, uma vez que nunca houve unicórnios, “não podemos dizer sob que circunstâncias teria havido unicórnios” (KRIPKE, 1980, p. 24).

Em outras palavras, mesmo se uma equipe de arqueólogos e geólogos – depois de profundas escavações e estudo intenso – alegasse ter descoberto indícios materiais a favor de que, no passado, existiram unicórnios; mesmo então, diz Kripke, não estaríamos justificados em dizer que existiram unicórnios. Brevemente, serão apresentadas as duas principais razões (uma metafísica e a outra epistemológica) que, nesse caso específico, levam-no a essa alegação.

A primeira razão é de caráter metafísico e pode ser exposta do seguinte modo. Diante do fato de que, “[a]ssim como os tigres são uma espécie real, os unicórnios são uma espécie mítica” (KRIPKE, 1980, p. 156), como podemos saber de qual espécie eles – os unicórnios – poderiam ser? Para que pudéssemos dizer a que espécie pertenceriam, teríamos de nos guiar pela constituição interior dos organismos, e não pela sua aparência externa. Isso é assim pois é possível haver animais com os mesmos traços exteriores, mas pertencentes a diferentes espécies naturais. No caso das substâncias naturais, há o exemplo da pirita, que parece mas não é ouro (ou melhor, é *ouro de tolo*). Kripke lembra que, no caso de um animal, digamos, o tigre, não temos *tigre de tolo*, de modo que, na prática, a identificação é feita a partir das características externas.

Se os biólogos, porém, descobrissem que alguns dos animais que inicialmente chamávamos de *tigres* têm uma estrutura interna radicalmente diferente, sendo répteis de um tipo bem peculiar, não diríamos – acredita ele – que alguns tigres são répteis; mas, sim, que, embora achássemos que aqueles animais fossem tigres, na verdade são membros de uma outra espécie, a saber, da espécie dos répteis (KRIPKE, 1980, p. 120). O contrário também é verdadeiro: animais com aspecto diverso do esperado mas que compartilham a mesma espécie (um caso verídico similar será mencionado adiante).

Ora, dado que não existem unicórnios e os mitos não são suficientemente específicos, não dispomos de meios capazes de verificar as suas estruturas internas relevantes e, portanto, ficamos sem saber qual estrutura interna eles poderiam ter exibido.

“Se fosse dada [pelo mito] uma especificação biológica completa (...), a resposta poderia ser diferente. Uma descrição completa da estrutura interna (e talvez uma especificação do seu lugar na árvore evolutiva, da herança genética e coisas parecidas) poderia nos levar a dizer, ‘Por coincidência, descobriu-se uma espécie exatamente como essa’. Mas isso não é o que usualmente aparece nas histórias e nos mitos”. (KRIPKE, 2011b, p. 67)

Outra possibilidade seria pensar que os unicórnios constituíam a sua própria espécie natural, à parte das demais. Nesse caso, o problema que se coloca é o seguinte: uma vez que consideramos que as informações fornecidas pelas várias versões do mito não bastam para determinar a estrutura interna dos unicórnios – no máximo, os mitos nos informam a respeito da aparência externa de tais criaturas –, como podemos saber que uma descoberta qualquer de animais com uma peculiar estrutura interna, digamos, *x*, seja sobre os mesmos seres de que falam as histórias?

Em suma, a tese metafísica pretende defender que “não há nenhuma situação contrafactual que poderia ser adequadamente descrita como uma situação na qual teriam existido unicórnios” (KRIPKE, 1980, p. 156).

A razão de ordem epistemológica, a qual também retoma algo já discutido, pode ser ilustrada a partir do mesmo exemplo dos arqueólogos e geólogos. Imaginemos que de fato a equipe de pesquisadores tenha descoberto vestígios de um animal com todas as características aparentes que, conforme os mitos, os unicórnios possuem: forma de cavalo, asas, chifre etc. Essa seria uma situação na qual estaríamos justificados em dizer que realmente existiram unicórnios? Não, pensa Kripke.

A razão é que, de novo, o aspecto exterior não basta para determinar a espécie de um animal – “se descobríssemos um relato descrevendo uma substância com a aparência física do ouro, não poderíamos concluir, a partir dessa base, que se estava falando do ouro; poder-se-ia estar falando de ‘ouro de tolo’” (KRIPKE, 1980, p. 157). Nesse caso, para que pudéssemos dizer que os nossos vestígios eram das mesmas criaturas que originaram os mitos, teríamos de estar em posição de estabelecer, através de meios independentes, uma vinculação histórica entre os seres – que teriam virado fósseis – e as criaturas retratadas nos mitos. Como, porém, poderíamos conseguir tal feito?

Por fim, podemos considerar ainda uma terceira situação (não tratada explicitamente por Kripke). Para considerar esse último caso, pode-se retomar aqui notícia do portal *GI*, publicada em 2008⁵¹. Como diz o título, a Itália supostamente teria sido agraciada com o nascimento de um unicórnio, o que, se fosse o caso, seria realmente digno de nota. Na verdade, porém, o que ocorreu, como a própria notícia revela, foi que, por conta de algum possível defeito em algum gene específico⁵², uma corça nasceu com um chifre na cabeça, um dos principais atributos dos unicórnios, segundo os mitos.

Ora, mas se é assim, então o que se tem, na realidade, é um animal que exhibe características externas que normalmente não estão originalmente associadas aos membros da sua espécie. Isso, porém, só parece confirmar o que Kripke alega a respeito da irrelevância do aspecto externo, em certo nível de análise, para a determinação do pertencimento às espécies naturais⁵³.

4.4 Designação rígida e termos para categorias naturais

Um problema central para a tese de que enunciados teóricos de identidade envolvendo termos para espécies naturais são necessários, se verdadeiros, diz respeito à própria compreensão do que constitui, para termos relacionados a categorias naturais, a designação rígida. Em outras palavras, o que fundamenta o fenômeno da designação rígida quando aplicado a termos como “tigre” ou “ouro”? A questão surge pois Kripke, na discussão de *N&N*, detém-se sobretudo na análise de nomes próprios, os quais são primeiramente identificados como designadores rígidos. Uma vez estabelecido esse ponto, as considerações são também ampliadas para termos para categorias naturais, não sendo, porém, proposta uma definição específica para esse último caso (SOAMES, 2003, p. 423-426).

⁵¹ A referência completa da notícia está na bibliografia.

⁵² O defeito genético é uma hipótese explicativa que, provavelmente, não foi verificada. Tal suposição, porém, mostra que tendemos a pensar a estrutura interna como sendo determinada pela estrutura genética, não pelos órgãos interiores nem por características externas. Agradeço ao prof. Plínio Smith por chamar a atenção para esse ponto.

⁵³ A questão relacionada ao uso de um termo para espécie natural mítico como “unicórnio” tem relações claras com o tema da referência a objetos da ficção, mencionada na seção 5.1 do capítulo 1. Na discussão que faz em *N&N*, Kripke inicia falando de “unicórnios” para, em seguida, tratar de “Sherlock Holmes”. Eis uma citação esclarecedora nesse sentido: “Eu sustento visões semelhantes a respeito de nomes próprios ficcionais. A mera descoberta de que houve de fato um detetive com façanhas como aquelas de Sherlock Holmes não mostraria que Conan Doyle estava escrevendo *sobre* este homem; é teoricamente possível, embora na prática seja fantásticamente improvável, que Doyle estivesse escrevendo pura ficção que tivesse, por coincidência, uma semelhança com o homem real. (Veja o aviso característico: ‘Os personagens desta obra são ficcionais e qualquer semelhança com alguém, vivo ou morto, é pura coincidência’). Semelhantemente, eu sustento a visão metafísica de que, concedido que não há Sherlock Holmes, não se pode dizer, de nenhuma pessoa real, que ela *teria sido* Sherlock Holmes, tivesse ele existido”. (KRIPKE, 1980, p. 157-158)

Ocorre que há pelo menos uma diferença semântica notável entre nomes próprios, que são termos singulares, e palavras para categorias naturais, que usualmente são termos gerais. De fato, enquanto o uso de um nome próprio – depois de interpretado – refere-se a um único indivíduo (supondo que não se trata de um termo cujo referente seja inexistente), termos para categorias naturais, por serem gerais, referem-se a vários espécimes, por assim dizer. Geralmente, aceita-se que “tigre” (usado como predicado: *é um tigre*), por exemplo, pode se aplicar, sem maiores ambigüidades, a todas as instâncias da espécie animal, enquanto “Sócrates”, num contexto determinado, refere-se apenas a um indivíduo.

Assim, o nome próprio tem a função semântica de designar um referente, ocupando sempre a posição de sujeito numa frase. Termos gerais, por sua vez, podem ocorrer na posição de sujeito, mas também podem ocupar a posição predicativa, quando têm a função semântica de caracterizar aquilo que foi identificado pelo nome próprio.

Diante da diferença de função semântica, como então definir a designação rígida para termos para categorias naturais? Como seria possível estender para os termos naturais, que desempenham função semântica diferente, a análise feita para os nomes próprios? Ora, notou-se acima que Kripke pretende aproximar os denominados “nomes comuns” dos nomes próprios. Resta explicar como tal é possível, dada a diferença semântica assinalada.

No que se segue abaixo, serão consideradas seis tentativas, sendo que será dada mais atenção para as duas últimas: a estratégia seguida por Soames – que procura aproximar nomes próprios e termos naturais a partir do caráter não-descritivo – e a proposta de Besson, que explora uma determinada concepção de rigidez.

Anteriormente, na página 77, supôs-se que um termo para categoria natural como “ouro” referia-se à categoria abstrata, de que os espécimes concretos existentes no mundo seriam instâncias. Ocorre, porém, que essa suposição cobre apenas parte dos casos envolvendo termos para espécies naturais, não sendo a única opção teórica disponível, principalmente se levarmos em conta os usos de tais palavras na função predicativa.

A segunda sugestão seria identificar a referência de tais termos com a sua extensão. Desse modo, tanto quanto a referência de um nome próprio no mundo atual é a sua extensão – o objeto designado –, sendo que o termo é dito rígido (numa das definições da designação rígida) por manter a mesma extensão em todos os mundos possíveis, da mesma forma a referência de um termo geral como o predicado *é um tigre*, digamos, é a sua extensão – os diversos espécimes de tigre no mundo real –, sendo o termo considerado rígido por manter a mesma extensão independentemente da situação considerada (SOAMES, 2003, p. 427).

Para essa proposta, a dificuldade que logo se coloca, contudo, é o fato de ser aceitável que a extensão do predicado *é um tigre* varie de mundo possível para mundo possível – em outras circunstâncias, poderia haver instâncias que, não existindo no mundo real, seriam exemplares da espécie tigre na situação imaginada: para tal, bastaria que nascessem mais filhotes.

Seguindo Soames, considere-se agora a terceira estratégia, a qual, visando a definir a rigidez para espécies naturais, faz passar a definição da extensão de um predicado P pela condição de exclusivamente ter a propriedade expressa por P. A idéia, aqui, é a seguinte: a extensão do predicado *é um tigre*, num mundo possível determinado, é formada por todas as coisas que têm a propriedade, naquele mundo, de ser tigre. Com isso, consegue-se acomodar a intuição de que a extensão possa variar de circunstância para circunstância. Nessa estratégia, um termo para categoria natural atuando na função predicativa é dito ser rígido não por sempre ter a mesma extensão nos variados mundos possíveis, mas por só ele ser capaz de expressar uma propriedade que estabelece a sua extensão em todo mundo possível.

Esse modo de proceder, porém, tem as suas próprias limitações. A deficiência mais importante é a de eliminar a diferença entre os diversos tipos de predicados, de modo que todos os predicados se revelam igualmente rígidos.

Em geral, para virtualmente qualquer predicado F, e qualquer estado-do-mundo m, pode-se conceber a extensão de F, com relação a m, como o conjunto de coisas que têm, em m, a propriedade expressa por **ser um F**. Mas não há sentido em definir uma noção de rigidez para predicados de acordo com a qual virtualmente todos os predicados se revelam, trivialmente, rígidos. (SOAMES, 2003, p. 427)

A quarta alternativa consiste em afirmar que um predicado pode ser qualificado de rígido se for um predicado de tipo essencialista. Uma caracterização possível para um predicado essencialista é a seguinte: “Um predicado P é essencialista sse, para todos os mundos possíveis m e para todos os objetos o, se P se aplica a o com relação a m, então P se aplica a o em todos os mundos em que o existe” (SOAMES, 2003, p. 428).

Um dos principais obstáculos com que essa opção se depara, contudo, está em haver, na discussão realizada por Kripke sobre identificações teóricas, predicados que não são a princípio essencialistas no sentido descrito. Isto ocorre, por exemplo, na análise de uma identificação teórica como: Calor é movimento molecular médio. Na análise sugerida por Kripke, a esse enunciado pode ser vinculado algo como: Para todos os corpos x e y, x é mais quente do que y sse x tem energia cinética molecular média maior do que y (SOAMES, 2003, p. 432; KRIPKE, 1980, p. 138).

Em face desse impasse, basicamente dois caminhos se impõem, ao ver de Soames. O primeiro é restringir o uso de termos para espécies naturais apenas àquelas situações nas quais figuram como nomes, em que podem ser analisados como tendo a sua referência vinculada a objetos abstratos. O outro caminho consiste em, deixando de lado a noção de rigidez, concentrar a atenção em outras características que nomes e predicados compartilham, as quais tornam possível que, se verdadeiros, enunciados de identidade envolvendo predicados relacionados a espécies naturais possam ser – a exemplo de enunciados de identidade envolvendo nomes próprios – tanto necessários quanto conhecíveis *a posteriori* (SOAMES, 2003, p. 429). Nos próximos parágrafos, é apresentada, de modo sumário, a proposta desenvolvida nessa última direção por Soames, na obra já referida. Em seguida, examina-se a concepção alternativa de Besson (2010).

Soames inicia chamando a atenção para a questão de o que exatamente está sendo identificado nos exemplos discutidos de enunciados teóricos de identidade; isto é, o que ladeia o sinal de identidade nesses enunciados? A pergunta tem razão de ser dado que a forma gramatical de tais enunciados pode esconder uma forma lógica bastante diferente do que se poderia esperar à primeira vista. Assim, considere-se a relação formada pelos quatro enunciados abaixo, os quais Kripke agrupa sob a rubrica de identificações teóricas:

- (1) A luz é uma corrente de fótons.
- (2) A água é H₂O.
- (3) O relâmpago é uma descarga elétrica.
- (4) Ouro é o elemento com o número atômico 79.
- (6) Gatos são animais. (SOAMES, 2003, p. 430, a numeração dos itens foi modificada)

Não é de todo evidente que tais enunciados contenham, no plano da forma lógica, termos singulares ao lado do sinal de identidade. Em vez disso, podem ser analisados a partir do seguinte modelo, que faz uso de bicondicionais universalmente quantificadas: $\forall x (Ax \leftrightarrow Bx)$. Supondo que tal esquema ofereça uma análise adequada da forma lógica de parte dos enunciados, o que garante que eles sejam necessários (pressupondo que já foi deixada de lado a idéia de que é devido aos termos singulares serem designadores rígidos)? Para Soames, a solução – a qual abrange parte significativa de casos, mas não todos – passa pelo caráter não-descritivo compartilhado tanto pelos predicados que expressam categorias naturais quanto pelos nomes próprios.

Assim como os nomes, predicados para categorias naturais são não-descritivos – i.e, eles não são sinônimos das descrições associadas a eles pelos falantes e a sua

referência (o conjunto de coisas a que eles corretamente se aplicam) não é semanticamente determinada por essas descrições. Esse é, sugiro, o paralelo importante com os nomes próprios. (SOAMES, 2003, p. 433)

A questão, contudo, ainda não se resolve. Como o caráter não-descritivo de tais predicados pode fundamentar a necessidade de enunciados teóricos de identidade verdadeiros? Aqui, Soames retoma a explicação kripkeana para a introdução na linguagem de termos para categorias naturais. As formas gerais da introdução de nomes na linguagem, segundo o modelo explicativo histórico-causal, foram descritas na seção 4 do capítulo 2.

Diante disso, sejam registradas apenas as pressuposições semânticas, tornadas explícitas por Soames, envolvidas no ato de se introduzir, de maneira bem-sucedida, um termo (via ostensão) para categorial natural, a saber: i) os espécimes da amostra associada ao predicado a ser introduzido devem ser todos membros de uma única espécie natural de um tipo definido (por exemplo, ao ser introduzir ostensivamente “ouro”, pressupõe-se que as instâncias sejam do tipo metal); e ii) os predicados A e B – aqueles que são identificados nos enunciados teóricos – devem se referir a espécies naturais do mesmo tipo (SOAMES, 2003, p. 435-438).

Aceitas essas pressuposições, a demonstração se torna possível. Eis o modelo para compreendê-la:

- 11a. $\forall x (Ax > Bx)$ é verdadeira, quando compreendido no sentido pretendido.
 11b. A e B são predicados simples para categorias naturais do mesmo tipo (p.ex., os dois são predicados para espécies, os dois são predicados para substâncias etc.). Além disso, A “designa” a única categoria natural (do tipo especificado) instanciada por quase todos os membros de sua amostra associada. Onde c^a e c^b são as categorias associadas (designadas por), respectivamente, a A e B, as extensões de A e B com relação a um estado-do-mundo m são os conjuntos de indivíduos que são membros, com relação a m , de c^a e c^b , respectivamente.
 11c. $\forall x (Ax > Bx)$ e $\forall x (Ax \leftrightarrow Bx)$ são ambas verdades necessárias. (SOAMES, 2003, p. 437; a numeração original dos tópicos foi mantida)

A concepção de Besson segue por outros caminhos. O propósito da autora é fornecer uma concepção de rigidez que possa ser aplicada a termos para espécies naturais, ao mesmo tempo em que não torne outros termos gerais trivialmente rígidos. De maneira mais específica, propõe-se que somente termos para espécies naturais são designadores *de jure* obstinadamente rígidos. Diferentemente de Soames, cuja análise focaliza termos para categorias naturais na função predicativa (*é um tigre*), Besson está mais interessada em explicar o funcionamento desses termos concebendo-os como expressões semântica e sintaticamente simples (BESSON, 2010, p. 26).

Para desenvolver a sua estratégia, Besson parte de uma noção associada ao quadro teórico da referência direta desenvolvida por Kaplan. A idéia é que termos para categorias naturais não têm diferentes referentes em diferentes contextos de usos – termos para categorias naturais não possuem caráter, conceito proposto por Kaplan para dar conta das regras que determinam o referente de uma expressão, como indexicais, nos seus diferentes usos. O referente designado por termos para espécies naturais seria sempre o mesmo, devendo tais termos, por isso mesmo, serem considerados designadores obstinadamente rígidos. Assim como nomes próprios, aqueles termos seriam diretamente referenciais.

Caso – para fins de argumentação – sejam aceitas as idéias anteriores, quais seriam os “referentes estáveis” dos termos para espécies naturais (BESSON, 2010, p. 32)? Isto é, a que tais palavras se referem, invariavelmente, nos mais diversos mundos possíveis? De maneira muito natural, é-se levado a pensar em existentes necessários, o que, porém, não constitui uma resposta aceitável, pois descrições definidas fortemente rígidas (i.e, descrições definidas que se referem a existentes necessários, como “o menor número primo”) aplicam-se também sempre aos mesmos objetos, invariavelmente.

Assim, quando se consideram referentes estáveis, essa noção de obstinação não é suficientemente refinada para estabelecer uma linha de separação entre a maneira como funcionam termos para categorias naturais e a maneira como funcionam descrições definidas fortemente rígidas. Além disso, o conceito depende de um compromisso quanto ao próprio estatuto metafísico das entidades referidas por termos para espécies naturais – existentes necessários –, o que deveria ser evitado (BESSON, 2010, p. 34).

Tendo em vista essas dificuldades, Besson oferece, então, como nota distintiva dos termos para nomes próprios e para espécies naturais, a obstinação *de jure*. A idéia é que nomes próprios e termos para espécies são designadores que se aplicam ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis por conta de uma estipulação. Por sua vez, descrições como “o menor número primo” são qualificadas de rigidamente obstinadas *de facto*; isto é, referem-se sempre ao mesmo objeto não em virtude de estipulação, mas sim por possuírem algum predicado que, em qualquer mundo possível, ocorre de ser verdadeiro somente de um objeto.

A diferenciação entre a obstinação *de jure* e a *de facto* foi feita em termos de estipulação, o que pode não ser uma noção muito clara. Pensando nisso, depois de passar em revista algumas possibilidades, Besson esforça-se para articular essa diferença de um outro modo. Assim, propõe-se a noção meta-semântica, tomada de Kaplan, de batismo (*dubbing*), definido como o ato que produz “a individuação semântica de uma expressão pela atribuição a ela de um referente” (BESSON, 2010, p. 30).

Assim, a proposta final concernente à rigidez para nomes próprios e termos para categorias naturais é esta: é a (Obstinação *De Jure*)⁵⁴ que é a noção distintiva, não trivial, da rigidez. Termos para categorias naturais e nomes próprios são obstinadamente rígidos *de jure*; descrições definidas e termos descritivos gerais não o são. Para satisfazer (Obstinação *De Jure*), tais termos têm de satisfazer (Referência Direta)⁵⁵ e (Batismo). Em última análise, é a meta-semântica da referência direta que nos permite destacar nomes próprios e termos para categorias naturais como designadores obstinadamente rígidos *de jure*. (BESSON, 2010, p. 37)

Nessa proposta, consegue-se manter a diferença entre descrições como “o menor número primo” e termos para espécies naturais: enquanto aquela é um designador rígido obstinado *de facto*, estes são designadores rígidos obstinados *de jure*. Além disso, o referente estável de um termo para categoria natural não precisa ser estabelecido a partir de uma posição determinada quanto ao seu estatuto metafísico – é fixado apenas por uma questão de estipulação.

Por maiores que possam ser os méritos apontados na concepção de Besson, deve-se notar que a solução sugerida faz uso de princípios em relação aos quais, pelo menos em *N&N*, Kripke procura se manter neutro (para um exemplo, ver a próxima seção), além de não poder ser generalizada de modo a abranger todos os casos nos quais figuram termos para categorias naturais em enunciados teóricos de identidade. A própria autora reconhece esse último fato, ao esclarecer que procura focalizar somente as situações em que os termos para espécies naturais desempenham a função de termos singulares. Em particular, representam dificuldades enunciados que possam ser descritos como tendo uma forma lógica semelhante a de “Para todos os corpos x e y , x é mais quente do que y sse x tem energia cinética molecular média maior do que y ”.

4.5 As duas rotas para o necessário *a posteriori*

A concepção do essencialismo científico de Kripke baseia-se na existência de uma categoria bem singular de verdades, que é a de verdades necessárias *a posteriori*. Como Soames (2011) ressalta, contudo, há dois caminhos que levam ao estabelecimento do necessário *a posteriori*, sendo que apenas um deles seria de fato bem-sucedido.

A primeira rota, que tem êxito, apóia-se na diferenciação entre possibilidade epistêmica e possibilidade metafísica. Nesses casos, sabe-se *a priori* que, se um objeto tem

⁵⁴ “(Obstinação *De Jure*): Um *designador obstinadamente rígido de jure* é um designador que designa, como uma questão de estipulação, o mesmo objeto em todos os mundos possíveis” (BESSON, 2010, p. 34).

⁵⁵ “(Referência Direta): Um *termo diretamente referencial* é um termo que contribui apenas com o seu referente para as proposições expressas pelas frases em que ocorre” (BESSON, 2010, p. 29).

certas propriedades, tem-nas de forma necessária, cabendo exatamente à investigação empírica determinar a verdade do antecedente; isto é, as propriedades que um objeto possui. Assim, os dados empíricos apresentam-se como indispensáveis para a exclusão de situações que, embora epistemicamente possíveis, são impossíveis do ponto de vista metafísico.

Em outras palavras, nem tudo o que é concebível revela-se uma possibilidade metafísica genuína (SOAMES, 2011, p. 81). Para fins de ilustração, segue uma passagem do próprio Kripke, na qual ele considera se seria possível o calor não ser movimento de moléculas, como de fato é:

[uma tal circunstância imaginada] (...) seria na realidade um caso no qual algumas criaturas com terminações nervosas diferentes das nossas habitam este planeta (talvez sejam até nós mesmos, se for um fato contingente a nosso respeito que temos essa estrutura neural específica), e no qual essas criaturas eram sensíveis à alguma outra coisa, digamos à luz, de uma forma tal que sentiam a mesma coisa que nós sentimos quando sentimos calor. Mas essa não é uma situação em que, digamos, a luz teria sido calor, ou mesmo na qual uma corrente de fótons teria sido calor, mas sim uma situação na qual uma corrente de fótons teria produzido as sensações características que *nós* chamamos “sensações de calor”. (KRIPKE, 1980, p. 131-132)

A segunda rota para o necessário *a posteriori* baseia-se nos casos de identidades envolvendo nomes próprios correferenciais. Para Soames, diferentemente da primeira via, esta última – tal como formulada em *N&N* – não consegue estabelecer o seu intento. Para que se possa ver isso em termos gerais, consideremos o enunciado “Véspero é Fósforo”. A proposição aí expressa diz apenas que o objeto é idêntico a si mesmo, uma vez que não está associada ao nome descrição alguma. Assim, é equivalente à proposição de que Véspero é Véspero. Ora, essa última, embora necessária, não é *a posteriori* – ao contrário, pode ser conhecida sem recurso à experiência.

Na situação descrita, um usuário competente de uma língua, através somente da reflexão a respeito das palavras “Véspero” e “Fósforo”, não é capaz de determinar a verdade do enunciado “Véspero é Fósforo” – é indispensável haver dados empíricos para que isso possa ser afirmado. Disso não se segue, porém, que a proposição de que Véspero é Fósforo seja conhecida apenas *a posteriori*, pois tal proposição é equivalente à proposição de que Véspero é Véspero, a qual, ao contrário, é *a priori*.

Assim, tudo o que é demonstrado a partir desse exemplo é que não é *a priori* que se sabe que i) “Véspero” e “Fósforo” são correferenciais e ii) “Véspero é Fósforo” expressa uma verdade (cf. SOAMES, 2011, p. 87-88). O resultado é que, contrariamente ao que Kripke

pensara, enunciados de identidade envolvendo termos correferenciais, tais como os discutidos acima, não seriam exemplos genuínos do necessário *a posteriori*.

Deve-se observar, contudo, que, para a discussão de Soames, é necessário explicitar uma concepção clara a respeito do que é uma proposição, ainda que seja uma visão mínima, que se comprometa apenas com aqueles aspectos menos controvertidos concernentes às entidades proposicionais. Como em outros pontos, em *N&N* Kripke busca se manter neutro no que diz respeito à questão dos portadores de verdade, permitindo-se tão-somente falar de enunciados (*statements*) como verdadeiros ou falsos. No final do prefácio, lê-se a seguinte passagem nessa direção:

Uma última questão: parece que alguns dos críticos das minhas doutrinas, e alguns simpatizantes, leram-nas como afirmando, ou pelo menos implicando, uma doutrina da substitutibilidade dos nomes próprios. Isto pode ser tomando como dizendo que uma frase com “Cícero” expressa a mesma “proposição” que a correspondente com “Túlio”, que acreditar na proposição expressa por uma é acreditar na proposição expressa pela outra ou que elas são equivalentes para todas as finalidades semânticas. Russell parece ter sustentado uma tal visão para os “nomes logicamente próprios” e ela parece adequada para uma imagem puramente “milliana” do nomear, na qual apenas o referente do nome contribui para o que é expresso. Mas eu (e, tanto quanto sei, até mesmo Mill) nunca pretendi ir tão longe. A minha visão de que a frase portuguesa “Véspero é Fósforo” poderia às vezes ser usada para levantar uma questão empírica, enquanto “Véspero é Véspero” não poderia, mostra que eu não trato as frases como completamente intercambiáveis. Ademais, indica que o modo de fixar a referência é relevante para a nossa atitude epistêmica a respeito das frases expressas. Como isto se relaciona com a questão de quais “proposições” são expressas por essas frases, se essas “proposições” são objetos de conhecimento e de crença e, em geral, como tratamos nomes em contextos epistêmicos, são questões embaraçosas. Eu não tenho nenhuma “doutrina oficial” sobre elas e, na verdade, não estou certo de que o aparato das “proposições” não falhe nessa área. (KRIPKE, 1980, p. 21)⁵⁶

Se é recusada a associação entre frases e proposições, como se só fossem possíveis essas duas alternativas, sendo as proposições compreendidas como o que pode propriamente ser objeto de conhecimento – aquilo que pode ser verdadeiro ou falso –, as observações de Soames erram o alvo. Esse é o caminho seguido por Fitch (2004b), que é aliás autor de um argumento parecido com o de Soames. Na sua discussão, Fitch procura explorar como, a partir da categoria de enunciados, é possível escapar das objeções de Soames e outros àquele

⁵⁶ Ver, porém, a discussão sobre termos ficcionais (seção 4.1, cap. 2 desta dissertação). No artigo que dedicou a esse tema, que remonta a uma conferência dada originalmente em 1976, Kripke parece sustentar concepção mais positiva acerca das proposições, na medida em que afirma que enunciados internos a uma obra de ficção não expressam proposições genuínas. Em *N&N*, como se viu, ele é mais reticente quanto à natureza e ao papel das entidades proposicionais. Vale lembrar que as conferências que formam *N&N* foram pronunciadas no começo do ano de 1970.

subconjunto de verdades necessárias que fazem uso de identidades envolvendo nomes próprios com a mesma referência.

Para entender a sugestão, é preciso ter clareza quanto à distinção entre frases e enunciados. Uma frase é uma seqüência de signos que ainda não foram interpretados. Isto significa que uma mesma seqüência pode dizer coisas diferentes em línguas diferentes ou até mesmo em momentos diversos no âmbito de uma mesma língua. Daí ser importante estabelecer a interpretação da frase, fixando-lhe um significado contextualmente determinado. Enunciados são exatamente frases interpretadas – o seu significado lingüístico. Um enunciado está vinculado a usos específicos de frases de acordo com a interpretação de uma língua.

Dentro desse quadro, pelo menos três seriam os níveis, portanto: i) o plano dos signos, ii) os signos interpretados num contexto específico e iii) aquilo expresso pelos signos interpretados (as proposições). Antes de sabermos se é verdadeira ou falsa – e o que a torna tal –, a seqüência de signos formada por “O banco foi roubado”, por exemplo, precisa ser interpretada; isto é, é preciso determinar se a expressão lingüística, tal como usada em certa ocasião, quer dizer que uma instituição bancária foi alvo da ação de ladrões, ou se, em vez disso, foi o assento que ficava no jardim que subitamente desapareceu, digamos.

O enunciado expresso pelo nosso uso da frase [“Você é um filósofo”], dada a nossa interpretação de acordo com as regras da nossa linguagem, é algo como *a pessoa indicada tem a propriedade de ser um filósofo*. A proposição asseverada pelo proferimento da frase num dado contexto de uso é algo diferente. Se os teóricos da referência direta estão corretos, a proposição singular asseverada é uma entidade complexa envolvendo uma pessoa particular (a saber, a pessoa indicada). (FITCH, 2004, p. 302)

Como isso poderia contornar o problema levantado? A idéia é que o enunciado de que Véspero é Fósforo deve ser tomado como o enunciado de que Véspero é Fósforo é verdadeiro em determinado contexto de uso, sendo conhecido apenas *a posteriori* (FITCH, 2004b, p. 302). Tal enunciado é diferente do enunciado que anuncia que Véspero é Véspero. Nessa abordagem, a verdade ou falsidade dos enunciados é sensível a fatores contextuais. O ônus da solução é transformar frases à primeira vista sobre objetos em frases metalingüísticas sobre enunciados. Dito de outra forma, (1) transforma-se em (2):

(1) É necessário e *a posteriori* que Véspero é Fósforo.

(2) O enunciado de que Véspero é Fósforo, em determinado contexto de uso, é tanto necessário quanto tem a sua verdade conhecida apenas *a posteriori*.

Se as considerações de Fitch forem corretas, é possível manter em sua totalidade o conjunto de exemplos de verdades necessárias *a posteriori* discutidos em *N&N*. Essa alternativa obtém apoio da recusa de Kripke em formular explicitamente, naquela obra, uma concepção sobre a natureza das proposições e do que adequadamente pode ser qualificado como sendo verdadeiro ou falso. Uma análise metalingüística de enunciados, contudo, pode estar em desacordo com outros aspectos discutidos em *N&N*, como o próprio Fitch (2004b, p.305) reconhece.

Tanto Fitch quanto Soames (e, também, Besson, cujas idéias foram apresentadas na seção anterior) são filósofos que procuram lidar com certos desdobramentos naturais da concepção formulada em *N&N*. Dito de outro modo, esses autores esforçam-se para refinar alguns aspectos que não foram devidamente explorados por Kripke. Como já observado antes, Kripke qualifica a sua própria visão de imagem ou esboço, não reconhecendo-se como autor de um sistema teórico elaborado de forma completa. Essa característica do seu pensamento, evidentemente, faz com que existam alguns pontos merecedores de mais esclarecimentos. Pode ocorrer, contudo, de os esclarecimentos ou desdobramentos desenvolvidos exigirem o abandono de algumas posições expressas em *N&N*. A discussão sobre a segunda rota para o necessário *a posteriori* é um exemplo disso.

Com efeito, a idéia de Soames é que é possível identificar em *N&N* duas estratégias para a defesa das verdades necessárias descobertas empiricamente, sendo que apenas uma delas obteria êxito. A primeira estratégia adotada por Kripke abrange sobretudo os casos envolvendo termos para categorias naturais. A segunda, que não seria bem-sucedida, ocorre principalmente nos exemplos que contêm nomes próprios correferenciais. Contudo, se é rejeitado um pressuposto fundamental para o argumento de Soames (a saber, o aparato das proposições), tal como Fitch indica, parece ser possível manter as duas alternativas para o estabelecimento de verdades necessárias *a posteriori*.

Ocorre que a formulação mesma do problema, tal como Soames a faz, depende da articulação de uma visão específica sobre proposições, algo em relação ao qual Kripke afirma querer manter-se neutro. Por outro lado, uma solução como a de Fitch também incorre na afirmação de suposições que não são explicitamente sustentadas em *N&N*.

Seja como for, o que fica claro, a partir da exposição feita ao longo deste trabalho, é a relevância do conjunto de idéias propostas por Kripke. Trata-se de um pensador que conquistou merecidamente o seu lugar nas discussões contemporâneas, sendo capaz de contribuir para a mudança do panorama intelectual da sua época. Não seria exatamente essa uma das principais características de um grande filósofo?

Na próxima (e última) seção, serão retomados alguns dos resultados mais importantes alcançados ao longo dos capítulos desta dissertação.

5 CONCLUSÃO GERAL

Depois de todo esse percurso, é chegada a hora de sintetizar algumas das principais conclusões obtidas e mostrar como elas se relacionam de modo a possibilitar que Kripke elabore a sua perspectiva metafísico-científica.

Nesse sentido, as contribuições dadas pelo capítulo 1 dizem respeito ao esclarecimento do quadro conceitual sobre a referência contra o qual Kripke se volta. De fato, o descritivismo, na época das conferências de *N&N*, representava o paradigma explicativo dominante no âmbito da filosofia analítica da linguagem. Essa perspectiva teórica pode ser compreendida a partir do contraste com a concepção sobre os nomes próprios desenvolvida por Mill e tem a sua origem associada aos filósofos Frege e Russell.

Não foi objetivo desta dissertação investigar se, pelos atuais padrões de exegese, é de todo correta a atribuição do descritivismo às figuras históricas de Frege e Russell. Em vez disso, procurou-se salientar as características mais centrais da visão descritivista, tal como ela era debatida e compreendida no ambiente filosófico que viu *N&N* vir à luz. É só tendo clareza sobre esse ponto que se pode compreender adequadamente o esforço de Kripke de extrair o que seriam as teses constitutivas do descritivismo.

No capítulo 2, analisou-se como essas teses são rejeitadas a partir dos argumentos kripkeanos de tipo modal, semântico e epistêmico. A formulação desses argumentos, porém, exigiu a apresentação e a elucidação de certas noções fundamentais. Pelo menos duas dessas noções – a separação entre modalidades epistêmicas e metafísicas e o conceito de designação rígida – serão condição mesma para a constituição do essencialismo científico. Esse segundo capítulo também se ocupou da proposta alternativa de Kripke para a explicação da função referencial dos nomes e de alguns problemas dela decorrentes.

Como a distinção mencionada entre modalidades epistêmicas e metafísicas e o conceito de designação rígida contribuem para a formulação do essencialismo científico? Em linhas gerais, separar claramente aquilo que diz respeito ao conhecimento (*a priori* e *a posteriori*) e o que concerne à metafísica (necessidade, possibilidade) permite a configuração de uma nova categoria de verdades: verdades necessárias *a posteriori*. Uma verdade necessária *a posteriori* é verdadeira em todos os mundos possíveis, mas só é conhecida como tal após as devidas investigações empíricas. Exemplos de verdades desse tipo podem ser,

digamos, “Sócrates é um ser humano”, “Esta mesa é feita de madeira” ou, ainda, “A água é H₂O”, para mencionar apenas alguns. Em todos esses casos, são atribuídas certas propriedades essenciais a objetos referidos por meio de designadores rígidos.

Tem sentido, contudo, distinguir entre propriedades essenciais/necessárias e contingentes/acidentais? Essa objeção foi levantada por Quine e a ela foi dedicada a seção 3 do capítulo 3. Registre-se aqui, apenas, o papel de destaque desempenhado – nessa questão em particular, mas também na elaboração mais geral da visão kripkeana como um todo – pelas intuições.

Não foi possível empreender nesta dissertação uma investigação específica a respeito da validade do procedimento que consiste em recorrer às nossas intuições ou juízos pré-teóricos como parte do esforço de fundamentação de teses filosóficas. O assunto, contudo, parece ser merecedor de análise à parte, talvez num estudo de caráter metafilosófico; isto é, que procure examinar aspectos concernentes à própria natureza da investigação filosófica.

A seção 4 do capítulo 3 forma o cerne desta dissertação – o destino de toda a preparação anterior. Por isso, será retomada com algum detalhe. A seção 4 desse capítulo procurou caracterizar o essencialismo científico de Kripke. Foram analisadas principalmente, por um lado, as alegações quanto à necessidade da origem biológica dos seres, e, por outro, quanto à necessidade da origem e da composição material dos artefatos.

De acordo com a tese da essencialidade da origem biológica, é essencial a um indivíduo qualquer ter os pais biológicos que de fato tem. Por sua vez, as teses da origem e da composição material dos objetos físicos afirmam que i) é essencial a uma mesa específica feita de madeira que ela tenha se originado do pedaço de madeira de que de fato foi construída e ii) é essencial à mesa o material mesmo de que foi feita – no caso, a madeira –; isto é, a mesa não poderia ter sido feita de metal e ainda ser o mesmo objeto.

As afirmações essencialistas de Kripke podem ser expressas por meio de enunciados de identidade envolvendo designadores rígidos. Em 4.3, mostrou-se como enunciados de identidade envolvendo nomes próprios correferenciais, se verdadeiros, são necessários; se falsos, necessariamente falsos. Discutiu-se aí também o tema dos enunciados teóricos de identidade envolvendo termos para espécies naturais. A esse respeito, Kripke defende que o pertencimento a categorias naturais não é determinado pelos traços exteriormente observáveis dos indivíduos, ainda que tais características fenomênicas possam desempenhar um papel importante na introdução dos termos correspondentes.

Em 4.4, o assunto foi a ampliação da definição da designação rígida para o conjunto dos termos para categorias naturais. Essa questão foi tratada pois Kripke não discutiu, de

modo específico, a noção de designação rígida para casos envolvendo termos gerais. O problema é que nomes próprios e termos para espécies naturais geralmente desempenham diferentes funções semânticas. Para contornar as dificuldades surgidas, foram consideradas as propostas de Soames e Besson.

Finalmente, em 4.5 a atenção voltou-se para o tema, levantado por Soames, das duas rotas para o necessário *a posteriori*. Para Soames, existiriam dois caminhos em *N&N* para a defesa das verdades necessárias *a posteriori*. Entretanto, somente a primeira estratégia conseguiria êxito. Como resposta aos alegados problemas envolvendo essa segunda via, foram expostas algumas considerações de Fitch.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, A. **Saul Kripke**. London: Continuum, 2007.

BARNETT, D.. “The problem of Material Origins”. *Noûs*, 39:3, 2005, p.529-540.

BESSON, C. “Rigidity, Natural Kind Terms, and Metasemantics”. In BEEBEE, H.; SABBARTON-LEARY, N. **The Semantics and Metaphysics of Natural Kinds**. New York: Routledge, 2010, p.25-45.

BLACKBURN, S. “Contato e descrição”. In _____. **Dicionário Oxford de filosofia**. Consultoria da edição brasileira de Danilo Marcondes. Tradução de Desidério Murcho *et al.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 74.

BRANQUINHO, J. “Sobrevive o Descritivismo Actualizado Aos Argumentos Modais?”. Disponível em: <<http://www.joaobranquinho.com/sobrevive.htm>>. 2000. Acesso em: 12/01/2011.

BRANQUINHO, J. “Eliminação da identidade”. In _____.; MURCHO, D.; GOMES, N. G (eds.). **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 274-276.

BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.

BUCKHARDT, H “De Orígenes a Kripke: a história de mundos possíveis”. Tradução de Custódio Almeida. In: IMAGUIRE, G; ALMEIDA, C. L.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Metafísica contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 335-350.

CAMPOS, J. “A teoria dos Nomes de Mill”. Disponível em: <<http://www.jcamposc.com.br/MILL1.pdf>>. [200-?]. Acesso em: 27/12/2010.

COURA, M. F. **A teoria das descrições de Russell: críticas e defesas**. 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em filosofia). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COSTA, C. F. “Teorias descritivistas dos nomes próprios”. **Dissertatio**, Pelotas, n. 30, p. 185-195, verão de 2009.

FITCH, G. W. **Saul Kripke**. Montreal, QC: McGill-Queen's University Press, 2004a.

FITCH, G. W. "On Kripke and Statements". **Midwest Studies in Philosophy**, XXVIII, 2004b, p.295-308.

FREGGE, G. (1892). "Sobre o sentido e a referência". *In: Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978, p.61-86.

G1. 'Unicórnio' nasce na Itália e surpreende pesquisadores. 11 de junho de 2008. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL597143-5603,00-UNICORNIO+NASCE+NA+ITALIA+E+SURPREENDE+PESQUISADORES.html>. Acesso em 18 de fevereiro de 2012.

GRAÇA, A. S. "Atomismo lógico". *In* BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. (eds.). **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 83-91.

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein's place in twentieth-century analytic philosophy**. Oxford: Blackwell, 1996.

HUGHES, C. **Kripke. Names, Necessity, and Identity**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HUMPHREYS, P. W.; FETZER, J. H. (eds.). **The new theory of reference. Kripke, Marcus, and Its Origins**. Dordrecht: The Netherlands, 1998.

KRIPKE, S. "A Puzzle about Belief". *In* _____. **Philosophical Troubles**. Collected Papers, Volume 1. Oxford: Oxford University Press, 2011a, p.125-161.

KRIPKE, S. "Vacuous Names and Fictional Entities". *In* _____. **Philosophical Troubles**. Collected Papers, Volume 1. Oxford: Oxford University Press, 2011b, p.52-73.

KRIPKE, S. "Frege's Theory of Sense and Reference". *In* _____. **Philosophical Troubles**. Collected Papers. Volume 1. Oxford: Oxford University Press, 2011c, p.254-291.

KRIPKE, S. **Wittgenstein on Rules and Private Language**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

KRIPKE, S. **Naming and necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

LINSKY, B. “Kripke on Proper and General Names” *In* BERGER, A. (ed.). **Saul Kripke**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 17-48.

MILL, J. S (1881). “Of Names”. *In*: MARTINICH, A. P. (Ed.). **The Philosophy of Language**. Fifth edition. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 284-289.

MURCHO, D. “Essencialismo e designação rígida”. 2004. **Crítica na rede**. Disponível em: <http://www.criticanarede.com/met_designacao.html>. Acesso em 09 de fevereiro de 2012.

MURCHO, D. “Introdução”. *In* RUSSELL, B. **Os Problemas da Filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MURCHO, D. “Essencialismo”. *In* BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. (eds.). **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 284-285.

MURCHO, D. **Essencialismo naturalizado. Aspectos da metafísica da modalidade**. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

ORLANDO, E. **Concepciones de La Referencia**. Argentina: Editorial Eudeba, 1999.

OTERO, M. P. **Esbozo de la filosofía de Kripke**. Barcelona: Montesinos Ensayo, 2006.

PENCO, C.. **Introdução à filosofia da linguagem**. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PINKER, S. **Do que é feito o pensamento**. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

QUINE, W. V. O. **Word and object**. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

RUSSELL, B. (1905). “On denoting”. *In*: MARTINICH, A. P. (ed.). **The Philosophy of Language**. Fifth edition. Oxford: Oxford University Press, 2008, p.230-238.

RUSSELL, B (1980). **Meu desenvolvimento filosófico**. Trad. Luiz Alberto Cerqueira e Alberto Oliva. Rio de Janeiro: 1980.

SALMON, N. "Fiction, Myth, and Reality". *In*: BERGER, A. (ed.). **Saul Kripke**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p.49-77.

SALMON, N. U. **Reference and Essence**. 2nd ed. Amherst, New York: Prometheus Books, 2005.

SEARLE, J. "Filosofia contemporânea nos Estados Unidos". *In* Tsui-James, E.P; Bunnin, N. (orgs.). **Compêndio de filosofia**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.1-23.

SILVA, D. S. "A explicação descritivista para a função referencial dos nomes próprios". **Sinergia**, v.12, n.3, p.235-239. Disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2011_n3/pdf_s/segmentos/artigo_03_v12_n3.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2012.

SOAMES, S. "Kripke on Epistemic and Metaphysical Possibility – Two Routes to the Necessary A Posteriori". *In* BERGER, A. (ed.). **Saul Kripke**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 78-99.

SOAMES, S. **Philosophical Analysis in the Twentieth Century. The Age of Meaning**. Volume 2. Princeton: Princeton University Press, 2003.

SOAMES, S. **Beyond Rigidity. The Unfinished Semantic Agenda of Naming and Necessity**. Oxford: Oxford University Press, 2002.